



Mario Jorge de Paiva

**Fragments para uma análise da forma de
recrutamento das elites político-econômicas
ministeriais de Castelo Branco a Lula**

Dissertação de Mestrado.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências sociais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Eduardo de Vasconcelos Raposo

Rio de Janeiro
Abril de 2016



Mario Jorge de Paiva

**Fragments para uma análise da forma de
recrutamento das elites político-econômicas
ministeriais de Castelo Branco a Lula**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Eduardo de Vasconcelos Raposo

Orientador
Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Fernando Cardoso de Lima Neto

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Paulo Renato Flores Durán

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Profa. Mônica Herz

Coordenadora Setorial do Centro
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2016

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Mario Jorge de Paiva

Possui Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2014) e Mestrado em Ciências Sociais pela mesma instituição (2016). Possui experiência na área de pesquisas quantitativas e interesse no campo da Ciência Política, especialmente Teoria das Elites.

Ficha Catalográfica

Paiva, Mario Jorge de

Fragmentos para uma análise da forma de recrutamento das elites político-econômicas ministeriais de Castelo Branco a Lula / Mario Jorge de Paiva ; orientador: Eduardo de Vasconcelos Raposo. – 2016.

111 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2016.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Teoria das elites. 3. Recrutamento de elites. 4. Formação ministerial. 5. Economia-política brasileira. I. Raposo, Eduardo de Vasconcelos. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

Dedico este trabalho a minha avó, Neide Martins de Paiva.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Eduardo de Vasconcelos Raposo, por me guiar desde meu primeiro ano na PUC. Com Raposo o processo de escrever, uma dissertação, foi tranquila e criativa jornada.

Agradeço a banca examinadora, formada por: Fernando Cardoso Lima Neto, Paulo Renato Flores Duran e Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho. Cada um desses membros da banca deu uma contribuição fundamental para este trabalho.

Agradeço aos professores: Alberto Carneiro Barbosa de Souza, Ana Paula Conde Gomes, Jorge Antônio Ferreira Correia, Mário Grynszpan e Paulo Jorge Silva Ribeiro. Esses, por diferentes caminhos, também deram contribuições importantes, para minha jornada chegar até aqui.

Agradeço aos companheiros: Daniel Henrique da Mota, Francisco Paz, Leandro Marinho, Miguel Tiriba, Pattrick Pinheiro e Vanusa Maria Queiroz. Trabalhar com vocês foi ótimo. Juntos nós cruzamos o melhor dos tempos e o pior dos tempos.

Agradeço a Ana Roxo, Eveline Medeiros, Felipe Santos e Mônica Gomes pela eterna paciência.

Agradeço a CAPES/PROSUP e a PUC-RIO pela concessão da bolsa de estudos, para o desenvolvimento da presente dissertação

Resumo

Paiva, Mario Jorge de; Raposo Eduardo de Vasconcelos. **Fragments para uma análise da forma de recrutamento das elites político-econômicas ministeriais de Castelo Branco a Lula.** Rio de Janeiro, 2016. 111p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação realiza um estudo comparativo entre os perfis das elites políticas ministeriais, de caráter econômico, dos governos de Castelo Branco até Lula, em seu segundo mandato. Tentaremos compreender uma faceta do funcionamento de certas instituições políticas brasileiras, envolvendo os critérios para o recrutamento de novos membros para certas elites do Executivo. Em nossa análise nos utilizaremos de um aporte teórico amplo formado por pensadores clássicos, evoluindo a teoria das elites, e por pensadores importantes voltados para o estudo da política no Brasil. Também será usado vasto material empírico coletado do DHBB (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro) e da Biblioteca Virtual da Presidência. Com base no cruzamento, entre as informações quantitativas e qualitativas, apontaremos as semelhanças e as diferenças dos governos referidos.

Palavras-chave

Teoria das elites; recrutamento de elites; formação ministerial; economia política brasileira.

Abstract

Paiva, Mario Jorge de; Raposo Eduardo de Vasconcelos. (Advisor). **Fragments for an analysis of the form of recruitment in the ministerial elites: Castelo Branco to Lula.** Rio de Janeiro, 2016. 111 p. MSc. Dissertation. Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present dissertation realizes a comparative study in the historical moment among: Castelo Branco to Lula, in his second mandate. We will try to understand an aspect of the functioning of Brazilian's political institutions, involving the new member's recruitment criterion for political and economic elites of executive power, mostly ministerial. In our analysis we use a broad theoretical framework formed by classic theme thinkers, of political elites, and also by important thinkers focused on the study of politics in Brazil. We will look a vast empirical material, collected from DHBB (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro) and in the "Biblioteca Virtual da Presidência".

Keywords

Theory of elites; recruitment of elites; ministerial training; Brazilian economy-politics.

Sumário

Introdução	11
1. Teoria das elites	18
1.1. Teoria clássica das elites políticas	18
1.2. Bases do elitismo democrático	28
1.3. Teoria das elites no Brasil	32
2. Elites político-econômicas federais do Brasil	37
2.1. A história	37
2.2. Os atores da área econômica analisados	50
2.3. Elites econômicas selecionadas no quadro total das elites	62
3. Conclusão	70
Anexo	71
Referências bibliográficas	109

Lista de gráficos

Gráfico 1: Taxa de circulação da área econômica de Castelo Branco até Lula	53
Gráfico 2: Gênero geral dos atores da área econômica de Castelo Branco até Lula	55
Gráfico 3: País de origem dos atores da área econômica de Castelo Branco até Lula	55
Gráfico 4: Estados de origem dos atores da área econômica de Castelo Branco até Lula	56
Gráfico 5: Região de origem dos atores da área econômica de Castelo Branco até Lula	56
Gráfico 6: Os atores da área econômica de Castelo Branco até Lula possuíam relação com a iniciativa privada?	57
Gráfico 7: Os atores da área econômica de Castelo Branco até Lula possuíam algum político na família?	57
Gráfico 8: Critério para a nomeação dos atores da área econômica de Castelo Branco até Lula	62
Gráfico 9: Taxa de circulação total de Castelo Branco até Lula	63
Gráfico 10: Gênero total dos atores de Castelo Branco até Lula	64
Gráfico 11: País de origem total dos atores de Castelo Branco até Lula	64
Gráfico 12: Região de origem total de Castelo Branco até Lula	65
Gráfico 13: Os atores totais de Castelo Branco até Lula possuíam relação com a iniciativa privada?	65
Gráfico 14: Os atores totais de Castelo Branco até Lula possuíam algum político na família?	66
Gráfico 15: Os atores totais de Castelo Branco até Lula eram filiados a algum partido?	67
Gráfico 16: Critério para a nomeação dos atores totais de Castelo Branco até Lula	68

Lista de tabelas

Tabela 1: Nível de escolaridade dos atores da área econômica, Castelo Branco até Lula	58
Tabela 2: Os atores da área econômica de Castelo Branco até Lula eram filiados a algum partido?	60
Tabela 3: Os atores da área econômica de Castelo Branco até Lula haviam participado do Poder Legislativo?	61
Tabela 4: Nível de escolaridade dos atores totais de Castelo Branco até Lula	66
Tabela 5: Os atores totais de Castelo Branco até Lula já haviam participado do Poder Legislativo?	68
Tabela 6.1: Elites ministeriais da área econômica do governo Castelo Branco	72
Tabela 6.2: Elites ministeriais da área econômica do governo Costa e Silva	74
Tabela 6.3: Elites ministeriais da área econômica do governo Garrastazu Médici	77
Tabela 6.4: Elites ministeriais da área econômica do governo Geisel	78
Tabela 6.5: Elites ministeriais da área econômica do governo Figueiredo	80
Tabela 6.6: Elites ministeriais da área econômica do governo Sarney	82
Tabela 6.7: Elites ministeriais da área econômica do governo Collor	89
Tabela 6.8: Elites ministeriais da área econômica do governo Itamar Franco	91
Tabela 6.9: Elites ministeriais da área econômica do governo FHC	99
Tabela 6.10: Elites ministeriais da área econômica do governo FHC II	103
Tabela 6.11: Elites ministeriais da área econômica do governo Lula	105
Tabela 6.12: Elites ministeriais da área econômica do governo Lula II	105

Introdução

O conceito *elite* surgiu modernamente no século XVII, sendo utilizado para designar produtos de qualidade superior. Na

[...] língua inglesa o primeiro uso conhecido de “elite”, de acordo com o *Oxford English Dictionary* data de 1823, quando já era aplicado para referir-se a grupos sociais. Entretanto, o termo não se tornou amplamente utilizado em literatura social e política na Europa senão bem para o final do século XIX, e na década de 1930 na Grã-Bretanha e na América, quando se difundiu através das teorias sociológicas das elites, especialmente através da obra de Vilfredo Pareto (BOTTOMORE, 1974, p. 7-8).

Se continuarmos a seguir os dicionários, vamos achar duas acepções distintas para o termo, na atualidade. Existindo o significado de um conjunto de melhores e mais notáveis. Mas também possuindo o sentido envolvendo aqueles, os quais estão ocupando os cargos mais altos em algum campo social. Nos dois casos vemos a elite como um grupo restrito. E essas definições podem ser somáveis ou não. Os melhores podem ocupar os cargos mais altos ou não.

Os dicionários também nos mostram como as palavras derivadas, de tal conceito, possuem significados carregados de conotações negativas. Ser chamado de elitista é ofensivo em um momento, no qual a igualdade se tornou um valor dominante. Mesmo valendo lembrar: elite e democracia não são termos irreconciliáveis. Também surgindo assim necessidade de pensar que tipo de igualdade as pessoas desejam, para além da óbvia fala de que todos se dizem contra as desigualdades.

Igualdade jurídica ou uma igualdade mais ampla que isso? A igualdade não sufoca a liberdade? As pessoas realmente desejam o que dizem desejar? Seus desejos, de igualdade plena, são realizáveis? A sociedade rigorosamente igualitária não é uma impossibilidade empírica?

Se adotarmos a concepção de Pierre Bourdieu (2007), vamos deslumbrar como a distribuição de poderes, dentro dos campos sociais, ocorre de maneira desigual. Os campos – espaços sociais estruturados e estruturantes onde se desenrolam as lutas por poder – possuem suas normas e heresias, engendrando *habitus* específicos e, obviamente, desníveis de capitais. Podemos acreditar: se

nós tirarmos a palavra *dominante*, e colocarmos *elite* no lugar, veremos que Bourdieu está tratando de elites, dos diversos campos em estudo. Então mesmo quem é contra o elitismo, termina aceitando a ideia de poderes assimétricos dentro das sociedades.

Partindo dessa chave, na qual o termo é importante tanto para elitistas quanto para os contrários ao elitismo, poderíamos nos perguntar: qual é a importância de estudar as elites políticas, por exemplo? E é de grande importância estudá-las, porque elas estão ligadas diretamente as transformações, ou permanências, de uma sociedade. Dependendo de suas configurações, elas, as elites, possuem peso para fazerem determinados processos de relevância para uma nação funcionarem ou não. As elites formam e são formadas pelos cenários sociais, assim expondo correlações entre os ambientes e os atores.

Tentar analisar um país sem entender as elites que o governam é difícil. É possível criar um discurso histórico do ponto de vista de qualquer ator ou grupo social, contudo é válido dizer: alguns são mais relevantes que outros, para as mudanças ou permanências dos cenários existentes. Não são só as elites que moldam a totalidade do conjunto de elementos da sociedade, enquanto o resto da população fica observando tudo sem nenhum movimento, sem nenhuma possibilidade, mas estudar, por exemplo, os padeiros nos dá uma visão clara dos grandes processos sociais? Não seria melhor estudar ministros e presidentes?

Continuemos, quais são as principais questões envolvendo as elites? Se desejarmos escolher três questões básicas, poderíamos levantar: quem são as elites? Quais elementos as tornam elites? Elas estão realizando bem suas tarefas? O último dos três pontos parece estar mais em voga, mesmo a teoria das elites não estando, vale apontar.

Em junho de 2013 vimos uma onda de manifestações em todo o país, organizadas em grande parte pelas redes sociais, que possuía como combustível a indignação. Indignação contra quem? Ora, contra os poderosos e suas forças opressoras. Criticaram as elites políticas, as elites econômicas, a mídia controlada por uns poucos etc. Não sendo um privilégio do Brasil essa indignação contra os poderosos. Se voltarmos um pouco mais, na linha do tempo, lembraremos: o

movimento *Occupy*, de 2011, lutava em tese contra 1% da população, a qual com ganância dominava 99% dos americanos. Além dele, muitos outros protestos recentes, ao redor do globo, parecem ter características em comum contra as elites, nos referimos a movimentos na: Tunísia, Islândia, Espanha, nos países árabes e *tutti quanti*. Como bem mostra Manuel Castells (2013). Sob esse rótulo de combate as elites, surgem discursos de crítica e mudança que mobilizam toda essa massa humana insatisfeita, a qual luta por melhores condições dentro dos campos.¹

E quem são as elites? A nossa definição do dicionário é insuficiente para uma rápida identificação delas. Na verdade, para mostrar como a questão não é nada simples, existe até uma ampla discussão se o termo a ser utilizado é *elite* ou *elites*.

O termo “elite” é frequentemente utilizado no singular ou no plural. É assim que iremos falar da “elite da nação” ou “das elites que nos governam” [...] Estas expressões que podemos diariamente encontrar nos meios de comunicação social refletem a polissemia de um termo que veicula noções distintas (COENEN-HUTHER, 2004, p. 13).

Vilfredo Pareto (1848-1923), por exemplo, não opta por uma definição apenas.

Vilfredo Pareto [...] é um dos sociólogos que, de forma mais nítida, fizeram surgir a impossibilidade de escolha entre singular e plural no termo “elite”. É o que Boudon e Bourricaud constatarem no seu *Dictionnaire critique de la sociologie*, numa rubrica significativamente intitulada “Elite(s)” [...] Pareto baseia-se em duas definições diferentes de elite: uma definição que é de caráter geral que requer o plural e uma definição de aplicação mais restrita que conduz à noção de elite dirigente em que o singular é mais adequado. Estas duas definições surgem quer nos *Sistemas Socialistas* (1902/1903), quer no *Tratado de Sociologia Geral* (1916), não existindo mudança de concepção entre estas duas grandiosas obras, contrariando ao que sugere Bottomore [...] (ibid., p. 15-16).

A definição geral, plural, fala sobre a excelência em uma atividade. Nesse sentido existem elites nos diversos ramos da sociedade. A definição restrita, a singular, vê a elite como uma classe social. Contudo pesquisadores posteriores a

¹ Claro, quando citamos esses exemplos, do século XXI, só estamos mostrando que de tempos em tempos esse tipo de evento retorna, afinal movimentos de indignação contra as elites são muito mais numerosos e antigos. A Revolução Francesa, para citar um grande caso, não foi um evento contrário às elites?

Pareto podem não adotar as duas concepções, como Wright Mills.² Nós seguimos Pareto, pois a ideia de não nos fixarmos em apenas uma definição, tendo assim maior liberdade de escolha do escopo de análise, agrada-nos.

A pergunta persiste: “Quem são essas elites?” Geralmente, nos discursos, as elites ficam nas sombras, quase como se esses poderosos fossem um grupo misterioso e secreto. Mesmo não sendo raro também as pessoas selecionam alguns poucos atores sociais para representarem a “cara da elite”, por assim dizer. Concentrando todo o seu ataque nesses entes específicos. Outro caso de descrição, mal feita, de elite é apontar um estrato enorme da sociedade como elite, exemplo: rotular que quem não gosta do partido X é elite.

Com a questão das elites tão em evidência no mundo social/político, nosso presente trabalho deseja tratar delas. Porém, ao contrário desses discursos, os quais podem possuir o luxo de manterem o termo quase como um elemento

² Charles Wright Mills (1916–1962) é importante, para nós, por ter escrito o livro *A Elite do Poder* de 1956. Sua tarefa, nesse texto, é localizar os membros da elite, sendo que ele via a elite do poder como grupo a controlar as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna em três esferas: na política, na economia e no campo militar.

A política pode já ter sido um conjunto descentralizado com débil espinha dorsal, mas tornou-se uma organização centralizada e presente em todos os níveis da vida social. A ordem militar antes frágil, alimentada por um contexto de desconfiança das milícias estaduais, passou a ser ampla e cara faceta do governo. A economia foi dominada por duas ou três empresas, e elas controlam as rédeas do mundo econômico. Os três campos se ampliam e centralizam. O poder cresce e eles se retroalimentam em suas decisões, as quais vêm de cima e são coordenadas. A coordenação não é firme, total e final, mas existe. Homens trabalhando juntos para facilitarem suas respectivas vidas. Tais grupos de poder encontram-se formalmente e informalmente. Não existe um critério número, mas critério qualitativo. Aceitam-se, compreendem-se, casam-se entre si. E Mills vai contra a concepção clássica, na qual em todas as épocas e em todos os lugares existe um grupo dominante condicionando a história. Essa afirmação, aponta ele, é tautológica. Sendo que quando não é lida dessa forma, é tão generalista que se torna inútil para um estudo do presente.

O autor também debate com duas outras correntes. De um lado os homens, os quais acreditam na existência de uma elite com poderes gigantescos. Do outro lado com os homens que sustentam como os poderes das elites são bastante limitados. Mesmo levando as duas correntes em conta, ele opta por um caminho do meio.

Quanto a corrente de elite “onipotente”, ele vai citando alguns exemplos. O marxismo vulgar diz: “a culpa é da burguesia”. No nazismo a culpa era de uma conspiração dos judeus. Para a direita americana a culpa é dos comunistas e seus espíões. É uma interessante fórmula secular, sai a vontade de Deus e entra a vontade de outro agente mundano misterioso.

Contra essa corrente poderíamos achar: as elites são impotentes. É tão dispersa que falta coerência histórica. Como classes superiores estão sempre ameaçadas, não existe classe dominante. Então o autor comenta: se a elite americana é impotente, e assim merecendo nossa simpatia, somos governados pela fortuna. Logo devemos abandonar a ação, como muitos já fizeram, e nos acomodarmos no âmbito privado e na vida material. Mas se acreditamos, todavia, que guerra e paz são controláveis, se torna mister entrar nessa investigação de quem controla o poder.

Ele acredita: a elite é responsável não por tudo, mas por uma larga margem de fatos. As elites não são sempre os fazedores da história. Isso não é dizer que elas são sempre passivas. Para cada época e lugar, devemos nos perguntar sobre o poder de suas elites.

esotérico, nós aqui delimitaremos minimamente o que estamos considerando por elite, ou elites, e desse amplo conceito recortaremos algo cabível em um trabalho de mestrado. Também não vamos nos focar se as elites estão fazendo bem seu trabalho, vamos tentar identificar o seu perfil e seus critérios de recrutamento. Queremos saber: quem são as elites, dentro de nosso campo escolhido, e quais critérios mensuráveis foram úteis para seus respectivos recrutamentos.

Falaremos de toda(s) a(s) elite(s)? Não, nosso presente trabalho deseja analisar as elites políticas brasileiras ligadas a questões econômicas. Assim “descartamos” elites: midiáticas, militares, industriais, religiosas ou qualquer outro tipo de grupo dominante. Consideramos como elites políticas, ligadas às questões econômicas, atores federais, predominantemente ministeriais, que estão em posição de mando idealmente ligado aos problemas e questões econômicas de nosso país.

A presente dissertação não surgiu por geração espontânea. Ele possui por base a pesquisa quantitativa/qualitativa *Elites Políticas Brasileiras*, criada pelo professor Eduardo de Vasconcelos Raposo, que está em curso desde 2007.³ Onde foram analisadas as biografias de 821 atores políticos, dispersos por mais de 130 instituições e que cobriam 13 períodos governamentais. Dessas informações foi criado um banco de dados, no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), que será um aporte empírico muito útil para nosso estudo.

Nosso objetivo aqui não irá ser estudar a totalidade desses atores selecionados por Raposo. Nesta dissertação, o que faremos é recortar os atores e momentos que nos interessam desse quadro total.

O momento é de Castelo Branco até o segundo governo de Lula, e as instituições idealmente econômicas são: Banco Central do Brasil/SUMOC; Banco do Brasil; BNDE/BNDES; Ministério da Administração e Reforma do Estado; Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento; Ministério da Indústria e do Comércio; Ministério da Indústria, do Comércio e do

³ A mencionada pesquisa, por sua vez, possui como sua base de informações o Dicionário Histórico Biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (DHBB – CPDOC/FGV) e a Biblioteca da Presidência da República.

Turismo; Ministério do Planejamento e Coordenação Geral; Ministério do Planejamento e Orçamento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Presidência da República; Secretaria do Planejamento; Secretaria do Planejamento e Coordenação; Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão e, para finalizar, Ministério do Orçamento e Gestão.

Tentaremos estabelecer correlações entre as “naturezas” dos governos em estudo e cruzá-las com uma série de características pessoais dos membros das consideradas elites. Para assim achar algum *ethos* das elites político-econômicas desses governos.

Sabemos como os entes em estudo não possuem total autonomia para realizarem o que bem entenderem em suas respectivas pastas. Não são só esses agentes a moldarem a “natureza” das pastas econômicas ou dos governos, mas até o grau de liberdade relativa de um ministro pode ser um dado indicativo para análise. E é válido supor a existência de correlações entre determinados contextos políticos nacionais (regime militar ou regime democrático, economia estabilizada ou crise econômica etc.) e as características das elites que ocupam os principais cargos do Poder Executivo nacional. Daí nossa crença na possibilidade de achar perfis de elites políticas relacionadas a esses governos.

Temos o paradigma de governo desenvolvimentista de um lado, do outro lado o de governo estabilizador e “no meio” os governos mistos. Chamaremos de desenvolvimentistas, os momentos em que o Estado foi fomentador do desenvolvimento econômico. De estabilizador, os momentos, nos quais o Estado possuía como preocupação essencial o equilíbrio das contas públicas. E de mistos os governos, os quais possuíam certa indecisão sobre os melhores rumos a serem tomados na gestão pública. Claro, isso é uma tipologia ideal.

Outra coisa: no título da dissertação usamos *fragmentos para uma análise*. Uma escolha razoável. Ao puxarmos como chave interpretativa a discussão sobre elites, nós estamos evocando um fio de reflexão que poderia ir desde antes do Platão (427 a.C - 347 a.C, datas aproximadas) até os pensadores contemporâneos. Tratar das elites é algo a dar “pano para a manga”. Poderíamos estudar certas elites nacionais durante décadas e ainda teríamos muita coisa sem ser dita ou

vista, certos movimentos semióticos poderiam acarretar todo um novo campo de estudos, os quais antes nós nem deslumbraríamos. Ainda acharíamos coisas a serem corrigidas também. Logo o mais correto é a humildade. Entregar apenas o pouco que temos, os nossos *fragmentos*, diante de algo maior. Aqui entendemos: o presente trabalho não é um ponto final em nenhuma discussão. É uma mera vírgula.

A dissertação se dividirá da seguinte maneira:

Ela começou com esta introdução.

No primeiro capítulo veremos uma explicação do que é a teoria das elites e os pensadores que a moldaram ao longo de sua história. Também se faz necessário mostrar quais pensadores do Brasil fazem um diálogo com a questão das elites. Devemos explicitar desde já, o presente trabalho não possui pretensão da cinza arte genealógica, tentando traçar as etapas das discussões sobre elites indo desde Platão. Ele já começa com Mosca (1858-1941), com a discussão dita moderna.

No segundo capítulo: extrairemos de fontes históricas, e de nosso banco de dados, características relevantes sobre os atores em estudo e suas respectivas épocas. Mesclaremos informações bibliográficas com séries gráficas e tabelas para apresentarmos assim, de modo bastante didático e empírico, quem eram as elites políticas brasileiras, e suas naturezas, de acordo com o nosso recorte.

No terceiro capítulo, o qual será nossa conclusão, tentaremos explicar as proximidades e as diferenças entre as elites políticas, de caráter econômico, faladas no capítulo anterior, para chegarmos a algumas conclusões sobre os períodos em estudo e sobre a dinâmica política existente dentro de nosso recorte institucional.

Ainda teremos o anexo que apresentará breves biografias dos mais importantes atores de nosso recorte. Para enriquecer, principalmente, o capítulo 2.

1. Teoria das elites

1.1. Teoria clássica das elites políticas

A teoria das elites é:

Um dos temas mais consagrados das Ciências Sociais [...] Sobre ela foi produzida uma enorme quantidade de textos, envolvendo um sem-número de autores das mais variadas origens e filiações em uma discussão que se estende do século XIX até, pelo menos, a década de 80, quando sua incidência diminui (GRYNSZPAN, 1996, p.35).

E, com essa explicação inicial, entramos aqui na questão teórica, a qual envolve não só Pareto, mas também Gaetano Mosca e Robert Michels (1876-1936). Valendo disser: mesmo existindo discordâncias entre esses três autores, também existe um mínimo comum ideal que permite eles serem categorizados juntos. E esse fator era:

[...] de que em qualquer sociedade, em qualquer grupo, em qualquer época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite que, por seus dons, e sua competência e seus recursos, se destacava e detinha o poder, dirigindo a maioria. Esta era uma lei sociológica inexorável, que nem mesmo o mecanismo do sufrágio universal e a crença nos princípios sobre os quais se apoiava – os da igualdade entre os homens e da soberania popular – produziam era a legitimação do mando da minoria, cujos desígnios passavam a ser aceitos como expressão da vontade autônoma das amplas majorias (idem, 1999, p. 11-12).

Sim, Mário Grynszpan fala isso se referindo a Mosca e Pareto, os dois autores principais de seu livro citado, entretanto não fica difícil de ampliar esse múltiplo comum a Michels, o qual foi influenciado por ambos.

Michels, é importante destacar, era cerca de 20 anos mais novo do que Mosca e 30 anos mais novo do que Pareto. Ele havia sido discípulo de Mosca em Turim, em 1907, vindo daí algumas das hipóteses norteadoras de *Sociologia dos partidos políticos*. Mosca portanto era visto por Michels como um mestre, da mesma forma que Pareto teve sua ascendência reconhecida por ele a partir de meados da década de 10. Ainda que a primeira edição de seu livro tenha sido publicada em 1911 em alemão – antes portanto do *Traité de sociologie générale*, que data de 1916 –, as idéias fundamentais de Pareto já tinham sido formuladas em trabalhos anteriores [...].

Mais do que a simples procedência cronológica, contudo, há um claro reconhecimento de que Mosca e Pareto foram os principais pólos iniciais do debate sobre as elites, estando mais ainda referidos um ao outro (ibid., p. 33-34).

Não importa se a sociedade é dita primitiva ou civilizada, democrática ou despótica. Sempre existe uma elite, segundo a teoria. É um mundo dividido entre governados e governantes. Mesmo havendo a crença de grande participação política por parte da massa, sempre há uma classe política organizada, a qual se impõe.

Among the constant facts and tendencies that are to be found in all political organisms, one is so obvious that it is apparent to the most casual eye. In all societies from societies that are very meagerly developed and have barely attained the dawns of civilization, down to the most advanced and powerful societies two classes of people appear, a class that rules and a class that is ruled. The first class, always the less numerous, performs all political functions, monopolizes power and enjoys the advantages that power brings, whereas the second, the more numerous class, is directed and controlled by the first; in a manner that is now more or less legal, now more or less arbitrary and violent, and supplies the first, in appearance at least, with material means of subsistence and with the instrumentalities that are essential to the vitality of the political organism (MOSCA, 1939, p. 50).

Como percebemos, existe uma grande crítica à democracia representativa e as utopias coletivistas. Não sendo surpreendente que certos autores, como Arno Mayer (1926-) em *A força da tradição* ou mesmo Albert O. Hirschman (1915-2012) em *A retórica da intransigência*, os tenham visto como conservadores, os quais, por causa do momento histórico, faziam crítica à ideia de igualdade.

Claro, concordamos com Grynszpan, quando esse comenta:

É certo que livros como os de Mayer e de Hirschman são referências fundamentais, contribuindo para relativizar a visão que se tinha do século XIX e do início do século XX como um período caracterizado pelo avanço inexorável da modernidade, do capitalismo, da indústria, do liberalismo, da democracia e das classes subalternas. Todavia, ao enfatizarem os aspectos de conservação e da reação, de restauração, que marcaram aqueles anos, esses autores deixaram de dar a devida importância ao que havia de novo naquelas mesmas reações (GRYNSZPAN, 1999, p. 25).

Soberania popular, igualdade, homens comuns na política etc. tudo isso é *invenzione*, para esses pensadores da teoria das elites. Mas isso não é uma baixa arma política, em suas mãos, eles queriam desvelar o mundo e entender como as coisas eram e não como elas deveriam ser. Queriam mais do que convencer as pessoas, como militantes, apresentar uma análise realista, mesmo científica para a

época, em uma aproximação com Auguste Comte (1798-1857) e Nicolau Maquiavel (1469-1527).

Mosca, ao descrever seu trabalho, bem comenta como seu desejo era uma ciência política, se separando até do termo sociologia:

We call this study "political science." We have chosen that designation because it was the first to be used in the history of human thought, because it has not yet fallen into disuse and because the term "sociology," which many writers have adopted since the day of Auguste Comte, still has no precise and sharply defined meaning (in common usage it covers all the social sciences, among them economics and criminology, rather than the science directly concerned with the study of the phenomena that are more specially and properly designated as "political") (MOSCA, 1939, p. 4).

Ele queria, e não só na obra que acabamos de mencionar, mas em sua obra de maneira geral, fazer um estudo científico, explicar a lógica da política e da sociedade. E reclama:

Even today political science has not yet entered upon its truly scientific period. Though a scholar may learn from it many things that escape the perception of the plain man, it does not seem to offer any body of incontrovertible truths that are accepted by all who are versed in its discipline, and much less to have acquired, so far, a trustworthy and universally accepted method of research. The causes of this situation are multiple, and for the present we cannot go into them (ibid., p. 6).

Pareto, é interessante comentar, parece ter dúvidas também quanto à utilização do termo sociologia. Não acreditando poder dar uma contribuição muito melhor para essa discussão e refletindo sobre tal problema de maneira bem pragmática.

La société humaine est l'objet de nombreuses études. Les unes portent des noms spéciaux ; ainsi le droit, l'histoire, l'économie politique, l'histoire des religions, etc. D'autres embrassent des matières encore confuses, dont la synthèse avec celles qui sont déjà distinctes, vise à étudier la société humaine en général. On peut donner à ce groupe d'études le nom de Sociologie.

Une telle définition est très imparfaite. On pourrait peut-être l'améliorer, mais pas beaucoup; car enfin, nous n'avons une définition rigoureuse d'aucune science; pas même des diverses disciplines mathématiques [...] Mais, au lieu de perdre du temps à trouver sa place, ne vaudrait-il pas mieux étudier les faits dont elle s'occupe? Laissons là les noms; regardons aux choses (PARETO, 1917, p. 1).

Vamos lá, o “pontapé inicial” dessa trinca foi Mosca. Esse desde suas primeiras obras, como o *Sobre a teoria dos governos e sobre o governo parlamentar*, publicada em 1881, já mostrava uma forte insatisfação com o

sistema parlamentar da Itália. Falando da imoralidade e da corrupção existente no sistema e das suas redes obscuras de reciprocidade, as quais conduziam a vida política não de acordo com os desígnios dos eleitores, porém de acordo com a vontade desses governantes.

Como já é bem sabido, ele sempre via uma classe de poderosos governando. Na Idade Média existia o clero, os nobres e os cónsules da corporação. Na época das Monarquias Esclarecidas existia a nobreza da corte e a burocracia. Na Itália no fim do século XIX se possuía os considerados representantes do povo. E tal autor teria de falar sobre o processo de separação. O que torna alguém elite? Apontando três critérios de diferenciação. O primeiro critério é a riqueza, esse não é um critério formal para a participação na vida política, porém é um critério real e implícito. O segundo critério é o berço, por assim dizer, a família possui relevância muito grande para a biografia do indivíduo, situando a pessoa dentro de um universo de conhecimentos, valores e posturas da minoria dominante. O terceiro critério, existente apenas em sociedades avançadas, seria o mérito. A forma que possibilita mesmo o “mal nascido” conseguir chegar à elite. Mas, no caso italiano, ele não via o processo de dominância estar fortemente pautado por uma escolha dos melhores. Assim as elites, segundo os critérios de Mosca, não eram boas e bem preparadas.

Ele fala ainda de fórmulas políticas, existindo três formas de se mascarar e legitimar a dominação. Formas para ligar as classes governantes e governadas com laços comuns de sentimentos e valores. O primeiro tipo é o fundamento teológico, Deus colocou o governante em seu lugar. O segundo tipo é a abstração racional, soberania popular, a qual fala sobre o poder emanando de todos os homens para justificar a ficção representativa moderna. O terceiro tipo é um modelo híbrido, pautado pela soma desses dois modelos anteriores, o soberano é escolhido pela graça de Deus e pela ação do povo. A Itália estaria se espelhando na terceira forma de legitimação (HOLLANDA, 2011, p. 15-16). Junto como a fórmula política eles precisam de um mecanismo e esse mecanismo é o Estado.

Mosca é contra o despotismo da democracia liberal, apresentando-a como contraface do socialismo. Todavia a aproximação do fascismo fez com que esse pensador terminasse por rever suas ideias e dar uma guinada em suas opiniões. O

parlamento terminou por se tornar uma coisa boa, um mal pequeno, diante do que poderia vir. Em discurso no Senado admite: mesmo tendo criticado duramente, durante toda a sua vida, o regime parlamentar, agora lamenta a sua queda, fazendo ele o único e triste elogio fúnebre. Via alguns futuros possíveis se aproximando e não gostava de nenhum deles (ibid., p. 20).

A segunda edição de seu livro *Elementos de ciência política*, lançado em 1923 – seguido por seu lançamento nos Estados Unidos, com o nome de *The Ruling Class*, em 1939 – melhor explicita certas mudanças de opinião. Valendo lembrar que o livro ao ser traduzido, para o inglês, passou por mais do que uma simples tradução, houve distribuição diferente de capítulos, acréscimos, decréscimos etc. (GRYNSZPAN, 1999, p. 50). Mosca se torna mais abrangente, admitindo forças, as quais orientam a sociedade em vários níveis, se estendendo para além do “enclaustrado político” e já substituindo o termo classe política por classe dirigente (ibid., p. 52). O autor ainda aponta seus erros do passado e termina por se aproximar assim do conceito de elites trabalhado por seu “rival” Pareto. Falemos sobre ele.

Vilfredo Pareto em vida recebeu de Mosca duras críticas e acusações de plágio, existindo uma clara rixa entre tais autores. Para evitar certas discussões podemos dizer brevemente:

Reconhece-se, em geral, a anterioridade cronológica de Mosca. É a Pareto, contudo, que se atribui a generalização, a difusão da teoria e do próprio termo elite, e, mais do que isso, a sua afirmação científica [...].

A essa avaliação, de forma mesmo a justifica-la, acrescenta-se uma outra, segundo a qual Pareto tinha uma perspectiva muito mais ampla do que Mosca (ibid., p.42-43).

Pareto achava a acusação de plágio absurda, pois a formulação de Mosca era óbvia, como ele comenta em uma nota de pé-de-página na 1ª edição do seu *Manuel d'économie politique*.

Em tal livro existe um Pareto ainda com ideias liberais. Mesmo com mudanças posteriores, aqui ele já esboça uma preocupação sociológica, o que é bastante natural, pois é um livro de economia política. O mais marcante dessa obra, porém deve ser sua crítica ao pensamento igualitário socialista. A

desigualdade não é culpa do capitalismo, ela é um traço da sociabilidade humana. Uma lógica também existente em Mosca, como já vimos.

Tratado de sociologia geral, lançado em 1916, marca sua passagem de defesa para a crítica ao liberalismo, esse passa a ser visto como uma forma de ocultação das origens emocionais das crenças. Tendo apenas uma aparência racional. No mencionado livro, ele fala sobre duas formas de motivações para as ações humanas. A primeira delas, e de alcance limitado, é a motivação baseada nas ações lógicas, um ajuste entre os meios e os fins desejados. A segunda forma, se relaciona com as ações não lógicas. Meios e fins não estão em consonância, como a dança da chuva dos índios. A coisa parece lógica, faz total sentido para aquele povo, porém não é. É apenas uma aparência, assim também seria a política (HOLLANDA, 2011, p. 24-25).

Existe algo no ser humano imutável e algo variável. Então surge a necessidade de equilíbrio entre a mudança e a permanência. As causas para a decadência de uma sociedade eram: aderirem à mudança sem permanências ou se fecharem a mudança e assim as transformações acontecem de maneiras violentas, como nas conquistas. Por essa ideia de mudança necessária, mas não radical, falava da necessidade de uma constante renovação das elites. E existem elites em todos os ofícios dentro da sociedade. Temos a elite dos padeiros, a elite dos ladrões, as elites econômicas e temos as elites políticas, as quais mais nos interessam por aqui. A metáfora básica, para se entender o que é uma elite, para o Pareto, é a seguinte: dentro de um ofício existem os melhores e os piores. Se tivéssemos que atribuir uma nota para cada profissional, os de notas mais altas seriam as elites.

Não há impedimento, portanto, em supor a figura de um “bom ladrão”, isto é, de um sujeito que infringe as normas com competência e destaca-se no meio daqueles que se dedicam ao mesmo objetivo. O que define as elites, assim, é um princípio de eficiência, e não um critério moral.

No sistema apresentado por Pareto, a elite política constitui uma das classes de elite e reúne os homens mais aptos à condução do governo (ibid., p.29).

A elite política seria formada pelos homens mais aptos para governarem, diante de certo quadro não estático. Seriam os de “nota 10” no quesito governar em determinado contexto.

Outro ponto importante de ser dito é:

A circulação das elites, portanto, difere daquilo que poderíamos chamar de cooptação, ou de uma adesão total, em que os novos indivíduos mudavam sua maneira de ser, adotando a dos antigos, como ocorria na Itália do *transformismo*. Era fundamental para a circulação, na visão de Pareto, que os novos membros trouxessem e mantivessem seus sentimentos, opiniões e valores, produzindo assim uma mudança no perfil e nas ações da elite (GRYNSZPAN, 1999, p. 194)⁴

Enquanto Mosca se afastou da crítica ao parlamentarismo, com a aproximação do fascismo, Pareto não fez o mesmo. Foi acolhido como um cientista visionário. Porque em seus trabalhos falavam da necessária superação ao modelo vigente, o que ocorreu. O regime fascista era apontado como a materialização do pensamento de Pareto, esse chegando até a ser chamado de Karl Marx do fascismo e da burguesia.

Sua postura diante de tal estilo de governo é ambígua. Olhando suas cartas, vemos como em alguns momentos tal pensador parece estar excitado com Mussolini, fazendo grandes elogias a sua ascensão. Mas em outras horas, Pareto fala como sua confiança nos fascistas tinha minguado. Por morrer em 1923 fica a cargo dos comentadores, e de suas brigas, dizer qual o nível de adesão dele as ideias fascistas.

Robert Michels foi pensador alemão a ter como mestre Mosca, além de sofrer influência de seu amigo Max Weber (1864-1920). Se utilizando da teoria das elites, interpretou a oligarquização da política, onde os partidos seriam instrumentos da classe dominante organizada. Embora tenha produzido grande

⁴ E por que esse ponto é importante? Puxando um momento para o caso brasileiro, esse trecho entra em diálogo com, por exemplo, Raymundo Faoro, o qual muito falava de cooptação.

Um caso para nós pensarmos é quando Dilma Rousseff coloca Joaquim Levy, um ente de formação claramente liberal, no Ministério da Fazenda. Ela está mudando o perfil de nossa elite ministerial, relacionada à economia, ou ela está cooptando um ator, apenas para deixar certos seguimentos da sociedade mais tranquilos? Lembremos as dificuldades de Levy em sua implantação das medidas de reforma econômica. E pensemos: é da natureza de um economista liberal ficar falando sobre aumentar impostos?

Então, ao contrário de Raposo (2015), não vemos um paradoxo nessa escolha, nesse “liberal no mundo desenvolvimentista”. Paradoxal seria se em algum momento tal ente sozinho tivesse poder para desafiar o modelo de economia vigente, isso não parece ter acontecido. Acreditamos que isso, essa escolha, era algo até esperado. A de chamarem alguém diferente para tentar dar uma cura milagrosa, e não amarga, para os problemas criados em momento anterior.

É interessante, Levy nos parece elite se considerarmos como membro da elite alguém que ocupa o mais alto dos cargos de certo campo. Porém Levy não nos parece membro da elite, nesse sentido ilustrado por Pareto, em que para ser elite o ente precisa ter grande poder de ação e de modificação no quadro em questão.

número de artigos e livros, ao longo de sua vida, geralmente nos atemos a um único trabalho, *Sociologia dos partidos políticos*, lançado em 1911 (HOLLANDA, 2011, p. 32-33). Michels, em sua obra mais famosa, aponta: apenas para os patrões interessa a desorganização dos trabalhadores operários. Embora a organização seja indispensável, para a classe operária, no fim a própria organização colocará um pequeno núcleo regendo tal grupo. Querer reunir regularmente assembleias deliberativas de 1000 cabeças é um entrave, encontrando as maiores dificuldades para acontecer com frequência. Assim surge a necessidade de uma organização sólida e eficaz, a qual impele para a delegação de responsabilidades para uma minoria mais ativa.

Essa minoria emerge e destaca-se, acabando por criar uma nova elite, isso é inevitável. Apesar da famosa retórica de igualdade do socialismo, as dinâmicas reais não se afastam dessa lei de ferro. As organizações se distanciam de suas motivações originais à medida que se expandem e se ramificam. Para buscarem mais eficiência no processo democrático, que sempre demanda mais e mais, surgem os políticos profissionais.

O líder político passa de um executor das vontades das massas para um juiz autônomo e separado dos elementos que o colocaram no poder. Embora muitos digam trabalhar em nome das massas, existe uma clara ruptura entre os seus atos e as vontades populares.

O poder circula como agente corruptor e conservador, independente das boas ideias originais. Socialismo e anarquia não são antídotos, eles também se corrompem enquanto se integram a lógica vigente e perdem poder revolucionário. O partido deixa de ser um meio, para se conseguir algo, e com o tempo se torna um fim em si mesmo. Muitos passam a retirar o sustendo do mesmo, com isso existe o interesse de sua conservação. Causas políticas se tornam menores diante de causas pessoais. O que altera é a composição da elite. Sai aristocracia entram socialistas e o jogo continua. Não adianta, até o homem com as ideias mais democráticas e igualitárias pode ser um tirano em potencial. Algo que ainda

agrava mais esse quadro, não muito positivo, é a tendência personalista do poder.⁵

Mosca se posicionou contra o fascismo. Pareto possuiu posição dúbia. Já Michels aderiu à causa fascista. Estreitou seus vínculos com o nacionalismo, chegando assim a acreditar que Mussolini era a forma de resolução dos erros das democracias representativas. O fascismo combinaria a eficiência do governo com a participação das massas nas questões políticas, mesmo isso não anulando a existência de uma elite agora forte e monolítica.⁶

Poderíamos pensar: “Como Pareto e Michels, grandes intelectuais, se prestaram a associações com o fascismo?” Porém não podemos ignorar como muitos pensadores da época ficaram fascinados pelo sistema, Michels não é caso isolado. Na verdade, peguemos Thomas Sowell (2011) e vejamos que os intelectuais não são os *ungidos* pelo conhecimento, os quais sempre acertam suas “apostas históricas”. Não, eles erram e existiam vários defensores do fascismo até nos Estados Unidos.

É difícil evitar o anacronismo, perceber como escolhas aparentemente óbvias, para nós (que já sabemos seus resultados), não o eram no calor do momento. Com isso não queremos isentar Michels de sua relação com o fascismo. Nosso desejo, na verdade, é dizer: as coisas são mais complicadas do que nossos rápidos e simplistas julgamentos a posteriori.

Ponto importante a ser comentado também é: a teoria das elites não morreu depois do fim do fascismo. O estudo dos grupos dominantes é importante demais para acabar. Muitos pensadores, mesmo sem nem usarem os termos modernos, se envolvem na questão das elites e esbarram em suas formulações. Vamos tentar no próximo seguimento observar o que aconteceu, em termos mais diretos, com a corrente de pensadores envolvidos com a teoria das elites, depois de seus pais fundadores. Adiantamos, a diferença maior é: os autores posteriores tentaram uma soma mais clara entre essa teoria e a democracia. Como Mosca eles

⁵ E os líderes de origem burguesa terminam sendo mais leais a suas ideias socialistas do que aqueles, os quais possuem origens humildes e ascendem. O poder sobe a cabeça mais fácil nas classes baixas (GRYNSZPAN, 1999).

⁶ Também, vale recordar, trabalhou por anos na divulgação do nazismo.

perceberam que a democracia representativa, mesmo não sendo infalível, era o caminho melhor.

Outra questão, a qual pode ser formulada em nossas cabeças é: “Talvez o “vilão” do pensamento elitista não seja propriamente a democracia”. Realmente, alguns diriam que o “vilão” é o socialismo. Afinal, mesmo os elitistas tendo adquirido postura menos extrema, suas premissas ainda irão de encontro com as bases do socialismo/marxismo.

Valendo destacar dois pontos de conflito: primeiro, a concepção de classe dominante. Os socialistas clássicos olham para as classes dominantes como algo estacionário, fechado. É burguesia vs proletariado e ponto. Isso na teoria da elite é descartado. Segundo, e mais sério, a busca por uma sociedade de igualdade plena. Isso é algo impossível se observarmos a teoria das elites. Mesmo assim, nem todos parecem concordar como o “vilão”, para os elitistas, seria o socialismo e seus afins.

A definição de classes para Marx pode ser discutida, existem pilhas de interpretações diferentes sobre a obra de Marx. Assim podemos interpretar a noção de classes como algo bem abrangente e próximo das interpretações históricas de Pareto. Essa lógica marxista, entre opressores vs oprimidos, pode englobar as mais diferentes categorias humanas. E poderíamos até considerar a teoria das elites uma generalização da problemática da luta de classes. O próprio Pareto apresenta concordâncias com Marx, mesmo existindo ressalvas. Pareto em *Les Systèmes Socialistes* diz que a luta de classes, nos termos de Marx, é um fato real, do qual encontramos traços em toda a história. A luta entre capital e trabalho é uma forma de antagonismo existente dentro do sistema social, porém faz ponderação quanto à importância dada por Marx à questão econômica, não reduzindo o conflito a duas categorias antagônicas. A briga não é entre proletários e patrões, porém entre uma infinidade de grupos com diferentes interesses dentro da sociedade, sobretudo as elites que disputam o poder político. Claro, para Pareto também não iria existir um fim da história das lutas.

Na leitura de Coenen-Huther (2004), dependendo do ponto de vista, podemos ver a teoria das elites como: uma oposição à teoria da luta de classes, um

complemento dessa luta ou mesmo como uma generalização de tal hipótese. Vamos lá, a elite pode ser encarada como uma classe, pois possui certas características de estatuto mais ou menos homogêneo, um padrão de formação e rendimentos, além de sentimento de pertença a um grupo.

1.2. Bases do elitismo democrático

Cristina Buarque de Hollanda, no livro *Teoria das Elites*, ao tratar do elitismo democrático, cita dois nomes. O primeiro é Joseph Schumpeter (1883-1950) e o segundo é Robert Dahl (1915-2014). Sigamo-la e acrescentemos mais um nome, o de Karl Mannheim (1893-1947).⁷

⁷ Para além desses nomes canônicos, também seria interessante, por exemplo, refletir sobre a importância da filósofa Zinov'yevna Rosenbaum (1905-1982), mais conhecida como Ayn Rand, mesmo sua obra sendo pouco comentada no Brasil. Seu texto mais famoso, um romance, demonstra bem seu vies intelectual. Referimo-nos ao épico, de 1957, *A Revolta de Atlas*.

O que esse romance possui de importante?

O filósofo esloveno Slavoj Žižek (2008) se refere à Rand como a autora que mais perto chegou de escrever um *Manifesto Capitalista*. Não parece existir dúvidas que ele fale isso se referindo a *A Revolta de Atlas*.

E qual a história? Os livros formam uma distopia, onde o planeta inteiro está tomado por governos de cunho socialista e EUA é o último país capitalista, mesmo já se mostrando no caminho para virar mais uma república popular e destruir sua economia junto.

É um cenário, no qual o governo cada vez mais suprime e estigmatiza toda a iniciativa privada, toda potência individual etc. Nisso os principais líderes da indústria, do empresariado, das artes, das ciências começam a sumir. Não é do dia para a noite esse processo, ele acontece durante alguns anos. No começo ninguém nota, mas à medida que a decadência se espalha, esse vazio se faz nítido.

O romance acompanha a jornada de Dagny Taggart, vice-presidente da empresa ferroviária Taggart Transcontinental, lutando contra quase tudo e contra quase todos, enquanto faz sua empresa funcionar, dando lucro e sendo inovadora.

A trilogia fala muito sobre ressentimento. Os fracos passam a atacar a habilidade dos mais aptos, das elites, porque a mediocridade é glorificada enquanto a genialidade é motivo de mal estar. Acusam seus adversários melhores, pelas coisas que eles mesmos fazem. Desejam um mundo que não se sustenta. Ninguém aceita responsabilidades.

Os três livros são uma luta épica entre personagens medíocres/mediocrizantes contra os mais aptos em determinadas áreas. O título trata de Atlas, o Titã que carrega o mundo nas costas, fazendo referência exatamente às elites. Elas carregam o mundo, com todos os medíocres dentro, nas costas. Por que a *revolta*? A obra imagina exatamente a revolta das elites, que entram em greve, sumindo, e deixando o mundo para os incapazes e vendo onde isso ia dar.

A última a ser convocada, para a greve, é a relutante Dagny Taggart. Capítulos e capítulos passam até todos os verdadeiramente capazes já estarem refugiados em uma cidade inacessível denominada Atlântida, sob a regência de John Galt, um ente de capacidades excepcionais mesmo entre os excepcionais.

A filosofia de Rand trata de uma revalorização dos melhores em meio a um mundo dominado por uma tirania da maioria, da coletividade. Coletividade, a qual precisa das elites, para o mundo continuar a possuir sua ordem, mas em vez de serem agradecidos por existirem capazes, abusam

Para Schumpeter a filosofia democrática do século XVIII, a qual desejava um retorno aprimorado ao modelo de democracia direta grega, era fantasiosa. Joseph rejeita a suposição de que a vontade do povo leva necessariamente ao bem comum, existindo aí dois equívocos. O primeiro equívoco envolve a utopia de um consenso geral sobre um bem comum. O bem comum significa uma coisa para cada pessoa e mesmo se um bem comum fosse achado no plano teórico, como aplicá-lo empiricamente? Surgiriam divergências quanto a como chegar a esse ideal. O segundo equívoco envolve o fato dos humanos não estarem pautando suas ações pela pura razão, vide Pareto. Schumpeter relembra: nem todas as ações do homem são friamente calculadas, baseadas em uma mentalidade científica perfeita de análise entre causas e consequências (HOLLANDA, 2011, p. 39).

Ele aponta a democracia como uma técnica institucional de gestão. Compara um eleitor a um consumidor. Ambos possuem informações superficiais sobre o produto, ou sobre o candidato, e as possibilidades de escolha influenciam

desse e os desvalorizam como maus, exploradores etc. Vibram toda vez que o governo vai contra o lucro pessoal, em favor de um coletivo amorfo, por exemplo. E exigem dos melhores um sentimento de culpa por serem melhores, enquanto existem tantos piores. “Como ousam serem ricos, felizes e fortes? Como ousam serem muito mais do que eu jamais serei?”, o fraco se indaga querendo que os melhores sejam derrubados e fiquem em seu mesmo nível.

Como se a riqueza fosse a responsável pela pobreza. O que economistas discordariam, afinal a economia não é jogo de soma zero. Se um ganha, o outro necessariamente não vai perder. Se alguém lucra isso não é graças à exploração do “capitalismo malvado”, afinal a miséria já estava aí desde muito tempo antes desse sistema econômico. O que o capitalismo trouxe de interessante foi à redução sistemática da pobreza, em outros termos, a criação da riqueza. O que veio na esteira do capitalismo para as populações foi: a redução da mortalidade, alimentação melhor, meios de conseguirem bens materiais antes inalcançáveis etc. Então derrubar o rico, o produtor, é a solução dos problemas? Não necessariamente.

Um mundo onde todas as vontades podem ser saciadas é um mundo ideal, uma utopia. Uma negação da vida, se formos pensar em Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900). Rand deseja ir contra a *era do ressentimento*, na qual os fracos, juntos, derrubam os fortes. Existem ecos claros de Nietzsche em Ayn, nos parece. Entre liberdade ou igualdade, ela escolhe liberdade.

Ela critica também os intelectuais que mesmo tendo condições, optaram por tentar silenciar a realidade. Esses venderam a sua capacidade para legitimar a ignorância e a fraqueza. Esses vão contra o óbvio e fantasiam, contrariando até a premissa mais básica de todas: $A=A$. Desprezam a racionalidade humana, tentando provar, de todas as formas que $A \neq A$.

Como não tentar fazer uma ponte entre essa crítica de Ayn e certos discursos de relativista exagerados, os quais parecem querer dizer que absolutamente tudo é construção social? Como não fazer uma ponte mesmo com Karl Marx? Porque, para Marx, o mundo não é o que parece ser, mas é o seu contrário.

A parte perfeita para se entender a filosofia de Rand está no capítulo 7, do volume 3, de sua mencionada trilogia. A história já está chegando ao fim, os EUA estão à beira do colapso final, e John Galt decide entrar em rede nacional, através do rádio, e apresentar para o público suas ideias, através de um monólogo, o qual mostra os motivos de o mundo ter ficado decadente do jeito que ficou. Rand fala através de Galt, da mesma forma como Platão parecia falar através da sua personagem Sócrates.

o desejo desses “escolhedores”. Assim sendo, as elites não expressam a vontade do povo, de algum modo elas as induzem. Todo o seu diagnóstico é apresentado como realista, não pessimista. Ele desejou tirar a ficção democrática e passar a tratar das elites em um jogo de captura de voto e propaganda. As elites são interessadas no interesse do povo na medida em que é esse fator a fazer uma eleição ser ganha. Em sua obra as elites são encaradas como premissa da democracia, não um obstáculo a ser superado, para se chegar ao fim da história ou qualquer outra coisa do gênero. Considerando razoável qualificar de democracia os regimes, nos quais as elites disputam de maneira pacífica o poder através de eleições e mecanismos legais. Também escreve sobre como o melhor arrecadador de votos não é necessariamente o melhor para a administração da coisa pública, porém as elites políticas democráticas não são, em definitivo, melhores ou piores que outros tipos de elites políticas (ibid., p.40-41).

Mannheim, vide o autor anteriormente mencionado, aponta o afastamento entre a doutrina clássica de democracia e a realidade. Não existe meio de escapar a delegação de poderes e às suas consequências. Esse fato não atrapalha a democracia porque os representantes são intimidados a prestarem conta de seus atos regularmente. Sua perspectiva histórica é de longo prazo. Segue Mosca ao comentar a existência de três tipos de critérios para a seleção das elites. Falando que a sociedade aristocrática tendia a escolher pelo sangue, a sociedade burguesa juntou o princípio da riqueza. Já a sociedade democrática moderna somou, a essas duas formas de seleção, o princípio do mérito, o qual agora é critério decisivo de sucesso social nos locais onde a democracia é forte. E há democracia porque as categorias da sociedade que anteriormente não tinham participação nos negócios públicos, alcançam agora a participação. O que faz o número de membros da elite aumentar (COENEN-HUTHER, 2004, p.77).

A divisão no corpo social faz surgirem elites com vocações específicas, contudo essa divisão e crescimento desse grupo faz enfraquecer o poder de cada elite. Em primeiro momento a variedade é boa, no tempo posterior isso dá lugar a uma situação difusa, pois uma elite anula a outra. Com esse caráter aberto da sociedade de massas, surge a indecisão e a falta de liderança firme. As sociedades liberais estão bloqueadas em um momento histórico, o qual intensificou a

competição individual, enfraquecendo as relações sociais. Assim o autor demanda uma reorganização da sociedade para encontrar o meio termo, entre anarquia liberal e a organização ditatorial. O enfraquecimento das elites leva o autor a uma postura inicialmente pessimista, mas isso é combatido no ensaio *Demokratisierung des Geistes*, lançado em inglês como *The Democratization of Culture*. Nesse texto ele vê como a democratização não se estabelece apenas na política, mas também na vida intelectual e cultural. Antes do sufrágio universal existia uma elite acostumada com o *know-how* da arte de governar. A irrupção da massa na cena política gerou a ruptura de homogeneidade, daí acontece uma modificação dos processos de tomada de decisão e seleção das elites. Como o ideal democrático está direcionado para a atividade profissional, a política ganha uma dimensão de especialização. No mundo de aristocratas, os entes possuíam formação humanista voltada para a vastidão da cultura e para os múltiplos interesses (ibid., p. 80-81).

A política passou a pertencer também aos profissionais. Novas elites ascenderam e se acrescentou algo a elite mais antiga de perfil diferente. O trabalho das comissões se torna mais importante do que as sessões do plenário, esse teatro com menos significação real. Os pontos de vista diferentes agora se encaram com documentação (ibid., p. 82-83).

Já a obra de Robert Dahl entende a democracia clássica como uma ideia reguladora, sistema que deveríamos ao máximo tentar aproximar do mundo real. Como podemos ver em Dahl, o processo de democratização envolve a ampliação do debate e da participação. Ele relaciona essa variável (democratização) com a variável *oposição pública* porque a base da democracia não é uma igualdade forçada e sim discussões, as quais se somam com uma igualdade básica. Os cidadãos possuem liberdade para formarem suas preferências, crenças e terem suas opiniões levadas em conta pelas elites (DAHL, 2005).

Sua representação gráfica, sobre isso, envolve dois eixos: a participação (em eleições e cargos públicos) e a institucionalização. Existindo no mundo uma ênfase maior no primeiro eixo mencionado, afinal mesmo ditadores apresentam a preocupação de fazer com que o povo participe. Aí está a diferença entre a participação e a contestação (ibid., p. 3-5). No caso brasileiro, para exemplificar a

fala de Dahl, o nosso movimento histórico foi de aumento da participação da população por vias eleitorais de maneira relativa e diante de líderes populistas/autoritários. Essa participação não possui espaço para a democrática liberdade de questionamento, mas sim para um alinhamento a posição do líder. Como não se lembrar do: “Brasil, ame-o ou deixe-o”?

Em uma formatação de elites hegemônicas que passam de exclusivas para inclusivas. Mas se já houve a passagem de um formato de hegemonia para outro, agora se inicia um momento da necessidade de se passar para o padrão poliarquico (regime substancialmente popularizante e amplamente aberto para contestações) nesse nosso mais longo momento democrático. Então se torna necessário pensar nos modos de ação popular, para além do mero voto em um candidato A, B ou C. Ele quer pensar uma participação mais efetiva.⁸

1.3. Teoria das elites no Brasil

Teóricos importantes já discutiram e estudaram as elites de nosso país. Mas terminam por somar a essa questão uma série de elementos distintos. Afinal, o Brasil possui história própria, com diferentes elementos culturais, dialogando por isso com outros problemas e análises em relação ao cenário da Europa. Aqui focaremos em alguns autores, os quais nos parecem mais ligados ao elitismo propriamente dito. Nossa seleção, para pensarmos o caso brasileiro, envolve “apenas”: Oliveira Vianna (1883-1951), Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) e José Murilo de Carvalho (1939-). Hollanda trabalha com os dois primeiros, os elitistas brasileiros estrito senso, mas José Murilo se mostra importante, para nós, logo tal acréscimo é merecido.

⁸ Outra questão passível de análise, dentro de um debate sobre o elitismo democrático, é a sua relação com a Escola Neo-institucionalista, como podemos acompanhar, por exemplo, com André Marengo (2008). Tal corrente intelectual reafirmar a importância de colocar as instituições como atores políticos, dotadas de autonomia. E como os entes não possuem poderes para alterar esses cenários sociais. Realmente, uma perspectiva útil para se pensar o limite do poder dos entes da elite.

E mais uma vez vemos: afinidade com os elitistas clássicos não está só no pensamento autoritário. Assis Brasil, encarado como pensador liberal, também acreditava como as elites possuíam papel central na política de nosso país. O autor em *Democracia representativa: do voto e da maneira de votar*, ano de lançamento 1893, faz crítica a essa nostalgia de um modelo de democracia direta e explícita como o modelo representativo é necessário. A representação além de um sinal de um tempo diferente, é também um mecanismo de qualidade para a vida política (HOLLANDA, 2011, p. 46).

Para Assis Brasil mesmo o eleitor não possui o conhecimento para deliberar sobre os assuntos de interesse público, mas isso não o exclui da política, porém limita suas funções específicas ao voto. Porque a escolha do representante é uma prática, a qual não necessita de ciência. E no voto a população (alfabetizada) continua a exercer sua autoridade. Já a classe política acumula os instrumentos necessários para o bom governo. São minorias qualificadas para governar, as quais são legítimas porque alcançaram seus postos graças ao voto e estão sob o controle das leis (ibid., p. 46-47).

Assis Brasil descarta essa noção de total correspondência entre o eleitor e o eleito. Segundo sua visão o voto é voto de confiança, dando a liberdade do representante, durante seu tempo de mandato, fazer o que acredita ser o melhor. Mas claro, as boas elites são resultados de um bom funcionamento institucional, existindo sim certa fidelidade em relação aos desejos do eleitorado (ibid., p. 47).

A teoria de modernização do país de Oliveira Vianna possuiu práticas concretas porque o pensador se associou aos quadros governamentais de Getúlio Vargas. E ele foi o primeiro intelectual a realizar uma avaliação sociológica densa da estrutura e da organização do Estado Brasileiro (SANTOS, 2012, p. 245).

Para Vianna não adiantava imitar os ingleses, ou qualquer outra nação. O que deveríamos fazer era aceitar nossa condição de brasileiros e lidar com as consequências de nossa formação social. O passado não pode ser corrigido, desejando assim um exame do passado para apontar os melhores caminhos do presente.

No trabalho de Oliveira poderíamos destacar dois tipos de elites, idealmente. As nossas elites da República Velha, as quais eram incapazes de reconhecer o Brasil real, se mantendo em um plano abstrato, e as elites locais compostas pelos clãs rurais, os agentes voltados ao pequeno mandonismo.

Tal elite local possuía uma estrutura clânica baseada nas famílias, com seus agregados, e na posse de extensas terras, as quais provinham todas as principais necessidades de seus habitantes, reduzindo assim a interação com os outros grupos. Esse sistema de clãs era formato de organização social antiga, do feudalismo português, que já possuía raízes no Brasil desde a colonização. Vianna não via as oligarquias como um mal em si, assim como o iberismo também não era ruim por si só. Mas o clã faz o indivíduo se voltar para uma configuração privada e doméstica. Aonde as regras vêm do próprio grupo, não de um mundo público. A solidariedade possível é a solidariedade do clã. Dificultando assim a formação de um poder político nacional.

A tentativa de implantação, em terras nacionais, do modelo liberal americano era algo impossível de dar certo. A Constituição de 1891 não haveria de funcionar adequadamente, exatamente por se pautar em poderes locais para regerem o Brasil, nos condenando a um liberalismo só de fachada. Então como modernizar o país? Com um modelo de transferência de lealdade. Dirigindo o poder do local para o nacional. Todavia como realizar tal proeza? Autoritarismo, um autoritarismo baseado na necessidade.

Sua adesão à revolução, ou golpe, de 1930 ocorreu, pois ele enxergou este novo governo centralizado como uma forma de combater a dispersão política que existia. O povo, por uma união cívica, não iria superar o atraso. Nós possuiríamos uma índole voltada para a obediência. Os brasileiros gostam de um poder centralizado, pessoal e forte. Somente as elites podem dar rumo a essa história, mas não podiam ser essas elites ruins de bacharéis, as quais não sabem pensar a brasilidade. Vianna queria quadros de elites políticas formada por pragmáticos, com gente a partir de classes profissionais e econômicas, facilitando unidades orgânicas e corporativas para um coeso jogo político. O corporativismo defendido por Vianna remete em parte ao esquema durkheimiano. Em que a coesão social, a ordem, combate a anomia.

José Murilo de Carvalho (2012) não é um elitista, mas *A construção da ordem* é trabalho fundamental, a ser mencionado, para se entender as elites brasileiras e mesmo compará-las com aspectos de outras elites existentes em diferentes épocas e locais. Seu texto também nos soa um bom ponto para a devida soma entre teoria e prática, entre a pesquisa quantitativa e qualitativa. De certo modo, as questões sobre o recrutamento das elites da época do Império nos foram úteis para delimitar nossas questões, com os devidos cuidados para não cairmos em anacronismos.

Murilo mostra como a elite teve papel primordial no Brasil exatamente pelo peso que o Estado teve para formar a nação, devido à ausência de uma poderosa classe burguesa, capaz de regular as relações sociais. Era uma elite, a qual se confundia com a própria burocracia. Mesmo tendo certa variedade de composição social, possuía ideologia e treinamentos similares (CARVALHO, 2012, p. 229).

Nossas elites foram pouco orgânicas, sendo produzidas de acordo com os desejos de certas escolhas políticas existentes. E pela sua educação e treinamento, ela não se mostrava representativa da população, porém representava um fator de estabilidade política. Em que mesmo com similaridades, não existia uma unidade monolítica da elite. No começo tal espaço de poder era dominado por magistrados e militares, depois saem muitos militares e entram vários padres *and so on* (ibid., p. 231). Claro, não podemos ignorar o fato: Murilo está considerando como elites um escopo maior do que o nosso, entretanto essa é uma questão de recorte. Envolvendo senadores, deputados, conselheiros etc.

Em termos de questões, sobre quem eram as elites, Murilo escolheu fatores como: o nível de escolaridade delas (apontando exatamente que a elite representava uma ilha de letrados no meio de uma população iletrada), relação com a máquina estatal (mostrando como durante bastante tempo as elites eram recrutadas na própria máquina estatal, o Estado representava o maior empregador dessas pessoas com cursos superiores). Demonstrou também que elas não eram fixas em apenas uma esfera de poder, existindo a possibilidade de um ente passar do Executivo para o Legislativo, por exemplo. Revelou como elas eram treinadas com uma grande circulação geográfica. E que, em certos casos, a influência

familiar era importante para uma ascensão mais rápida, exemplo do jovem bacharel que ia direto a Câmara e assim ficava a um passo do círculo das elites (ibid., p. 125). Além disso, as elites surgiam de províncias específicas (ibid., p. 134). Todos pontos fundamentais para se pensar quais são as permanências e mudanças em relação a elite brasileira contemporânea.

2. Elites político-econômicas federais do Brasil

2.1. A história

Saímos do primeiro capítulo teórico. Agora faremos um trabalho mais empírico e histórico. Olharemos para os atores de nosso recorte, assim como observaremos os cenários históricos. Veremos a configuração do tabuleiro e suas peças, se alguma figura de linguagem nos é permitida.

Nesse primeiro tópico do capítulo conheceremos um pouco da história do país, no período em estudo. No segundo iremos abordar as estatísticas e os atores, para na terceira parte, desse capítulo 2, realizarmos as necessárias comparações entre as elites econômicas vs as elites ministeriais totais em questão (explicaremos melhor isso mais para frente).

Começemos.

Bem, por motivos óbvios para entendermos o que foi o governo de Castelo Branco devemos lembrar a crise que o Brasil estava passando antes. A economia havia perdido dinamismo no início dos anos 60. A taxa do PIB real que atingiu o pico em 1961, chegava a 1963 com apenas 1,5% de crescimento e depois com 2,4% em 1964. Os déficits orçamentários aumentavam e a inflação chegou em 1964 a taxas anuais superiores a 100%. Com as incertezas políticas os investimentos, tanto nacionais quanto estrangeiros, caíam (BAER, 2009, p. 92-93).

Com desequilíbrio monetário e externo, as preocupações do recém-iniciado regime militar envolveram, de 1964 até 1967, ajustes conjunturais e estruturais da economia. Sendo lançado nessa época o Plano de Ação Econômica do Governo, PAEG, o qual visava a estabilização dos preços de maneira ortodoxa – com aumento da receita do governo, cortes de despesas governamentais, controle e crédito ao setor privado etc. – além de reformas estruturais envolvendo o sistema financeiro, tributário e o mercado de trabalho. Tudo para uma contenção

gradualista dos problemas econômicos (GIAMBIAGI et al., 2011).⁹

As medidas tomadas por tal presidente militar se beneficiaram da falta de poderes antagônicos as suas medidas, no sentido de que se um presidente democraticamente eleito fizesse suas proposições, dificilmente elas teriam sido aprovadas no Congresso e aceitas sem resistências pela sociedade.

Os êxitos das reformas de seu governo é que tornaram possíveis os alicerces do milagre econômico posterior, mesmo existindo ainda taxas moderadas de crescimento no período, 4,2% ao ano, além de existir uma redução da inflação menor do que o esperado. A inflação em 1964 era de 92%, em 1966 ela era de 39%, sendo a meta estipulada de 10% para esse ano (ibid., p. 59).

Castelo Branco, um governo claramente estabilizador, teve a frente dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, respectivamente, Roberto Campos e Octávio G. de Bulhões. Ambos os economistas com perfis ortodoxos, condizentes com a necessidade do momento. E tanto PAEG quanto as reformas de tal período foram feitas de acordo com o diagnóstico econômico de Roberto Campos, apresentado ao presidente através de um documento chamado *A crise brasileira e diretrizes de recuperação econômica*, em que Roberto explicava os déficits do governo e a contínua pressão salarial como os grandes causadores da inflação (ibid., p. 51).

O governo seguinte encabeçado pelo general Arthur da Costa e Silva, de 1967 até 1969, e que teve continuidade com o general Emílio Garrastazu Médici, foi caracterizado por uma política monetária expansiva e por vigoroso

⁹ Vemos também que a política pós-64 abriu a economia mais ao comércio exterior. Mesmo que a indústria nacional, com o grande envolvimento do Estado, continuasse forte. As empresas do governo produziam aço, mineração e produtos petroquímicos, controlando mais de 80% da capacidade de gerar energia no país, enquanto no setor financeiro os bancos estatais possuíam papel predominante (BAER, 2009, p.99).

Sobre a reforma tributária é válido falar que houve nesse período uma significativa elevação da carga tributária, passando de 16% do PIB em 1963 para 21% em 1967. Um tipo de mudança que beneficiou mais as camadas de renda alta, os parques poupadores existentes no Brasil, com incentivos e isenções sobre o imposto de renda. Sendo a maior parte das novas arrecadações do governo federal sobre os impostos indiretos, os quais, como bem sabemos, causam maior dor de cabeça às camadas econômicas mais baixas (GIAMBIAGI et al., 2011, p. 55). A política salarial foi consideravelmente restritiva, no período de vigência do PAEG, havendo uma penalização dos salários reais em favor dos lucros. E parece consensual como foi um período de concentração de renda.

crescimento econômico, acompanhado ainda de gradual redução da inflação e do desequilíbrio externo. Com o fim do governo Castelo Branco tivemos uma ruptura, em que passamos de uma linha estabilizadora, para dar lugar, com os militares da conhecida linha dura, a um padrão desenvolvimentista.

Assim em 1968 se inaugurou a fase de grande crescimento, a qual iria durar até 1973. Foi uma taxa média de crescimento elevado, liderado pelo setor de bens de consumo duráveis. E o mais fantástico de nosso milagre foi: geralmente rápidos crescimentos geram inflação, o nosso foi acompanhado de uma moderada queda da mesma (ibid., p.62). Existente devido a uma combinação de condições externas favoráveis (envolvendo a boa relação com USA), a disponibilidade de liquidez a juros baixos e expansão do comércio mundial. Porém nem tudo foi perfeito, a dívida externa aumentou bastante, saltando de US\$ 3,4 bilhões para US\$ 14,9 bilhões no período do milagre, aumento de “apenas” 332% (ibid., p.68).

Costa e Silva colocou a frente da pasta da Fazenda, o professor da USP Delfim Netto. Tal economista manteve a linha de combate à inflação, porém conciliou tal medida com o retorno do crescimento econômico no Brasil (ibid., p.64).

Nesses termos as políticas fiscais e salariais foram mantidas sem grandes alterações. Em 1968 foi lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento, PED, o qual visava o fortalecimento das empresas privadas, ampliação do mercado interno, a estabilização gradual dos preços etc. Medidas para o crescimento econômico que auxiliavam a manutenção da legitimidade do governo de exceção, o qual começou parecendo uma breve pausa em nossa situação democrática, porém acabou se estendendo por 21 anos.¹⁰

Se o primeiro presidente linha dura dos anos de ditadura militar, Costa e Silva, saiu da presidência, no dia 31 de agosto de 1969, isso ocorreu graças a motivos de doença. Existindo logo em seguida, por parte dos militares, uma rápida ação para impedir que fosse empossado o vice-presidente, Pedro Aleixo,

¹⁰ E se viu em Costa e Silva o início dos anos de chumbo, com o AI-5, um Ato Institucional que suspendeu garantias constitucionais, fechou o Congresso e perseguiu opositores ao regime. Foram direitos políticos cassados, prisões arbitrárias (sem direito de defesa), torturas e mortes.

esse um civil (RAPOSO, 2011, p. 126).

Garrastazu Médici foi encarado pelos militares como o sucessor natural de Costa e Silva. Embora desconhecido por grande parte da população, Médici adquirira prestígio, no Exército, graças ao seu trabalho na chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI). Aceitou a indicação para o cargo no dia 6 de outubro de 1969 e no dia 7 de outubro já fazia seu primeiro discurso, na condição de “candidato-presidente”, prometendo a instauração da democracia plena no país e falando sobre a continuidade da fixação das “bases do nosso desenvolvimento econômico e social”. Apontando assim para a manutenção do desenvolvimentismo.

No dia 30 de outubro de 1969 se tornou presidente, empossando seus novos ministros. Seu padrão, como era esperado, é de continuidade, tanto em âmbito político como econômico.

Muitos nomes dos ministérios, formados por Costa e Silva, permaneceram em seus respectivos cargos. A manutenção de Delfim Netto na pasta da Fazenda foi importante para a aceleração do crescimento econômico. Ele agradava aos setores industriais do país, que pressionaram o presidente para Delfim Netto continuar nessa posição.

O período de 1974 até 1984 se revela como o momento de lenta transição de volta ao regime democrático, também é desse período o esgotamento do milagre. Neste momento temos como presidentes: Ernesto Geisel, de 1974 até 1978, e João Figueiredo, de 1978 até 1984. Dois militares, os quais seguiam a linha de Castelo Branco, sendo considerados mais moderados (GIAMBIAGI et al., 2011, p. 73).

Com o milagre econômico houve uma expansão das importações e da dívida externa no país, por isso o Brasil se tornou mais dependente do contexto externo, assim como aumentou também a dependência estrutural em relação ao petróleo, o qual não era produzido em parque nacional. Nesse cenário um revés do “humor internacional” iria ser um grande problema nacional, o que realmente aconteceu quando os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo,

OPEP, promoveram o evento que ficou conhecido como o primeiro Choque do Petróleo. Fazendo o preço médio do barril subir de US\$2,48, em 1972, para US\$3,29, em 1973, e depois para US\$11,58, em 1974. Um crescimento de preços, o qual foi até US\$13,60 em 1978. Com os novos preços nossa capacidade de importação se reduz, assim como se torna mais difícil manter nosso ritmo de crescimento (ibid., p. 75-76).

Geisel esperava pagar as altas contas do petróleo com mais crescimento, mantendo assim um padrão desenvolvimentista, também acreditando que nossa transição democrática seria feita de modo mais fácil em um cenário sem uma estagnação econômica (BAER, 2009, p.110). Mário H. Simonsen, o ministro da Fazenda, na época, defendeu com veemência as políticas de altas taxas de crescimento, e endividamento, dizendo ser um calculo elementar, se tivéssemos optado pela estagnação teria sido uma opção ineficiente.

O modelo de ajuste de Geisel se materializou através do II PND, anunciado em meados de 1974, sendo esse um plano considerado ousado por fazer investimentos tanto públicos quanto privados, com o maciço apoio do BNDE. Mesmo em momento inicial o mercado internacional se mostrando conturbado, as condições de crédito melhoraram a partir de 1975. Em 1976 o crescimento, mesmo ainda estando acelerado, já demonstrava que a situação estava degradingolando com a taxa de inflação chegando a 46%, tendo esse governo o mérito de apenas conseguir evitar sua aceleração (GIAMBIAGI et al., 2011, p. 80-82).

Em março de 1979 assumi a presidência Figueiredo e esse convida Mário H. Simonsen para o Ministério do Planejamento, o qual era o comando central da política econômica deste período. Nesse mesmo ano a economia brasileira estava em seu 12º ano consecutivo de grande crescimento e endividamento externo, mas a coisa viria a piorar. 1972 era o ano do segundo choque dos preços do petróleo e em 1980 o preço de tal recurso já estava em US\$35,69. Havendo uma resposta restritiva dos países industrializados, o cenário externo mais uma vez se mostrava pouco amigável. E na visão de Simonsen, desta vez, o ajuste recessivo teria de ser feito para controlar a Balança de Pagamentos. Houve críticas e resistências as suas medidas impopulares dentro e fora do governo e tal ministro pediu renuncia

dando lugar a Delfim Netto, o qual voltou a comandar a política econômica até o fim do governo de Figueiredo (ibid., p. 87-88).

Delfim manteve as medidas de controle monetário, já estabelecidas, e teve até de reforçá-las, criando também uma maxidesvalorização cambial de 30% nominais em dezembro de 1979. Na área fiscal, tarifas públicas foram sendo corrigidas e os gastos contidos (ibid., p. 88-89).

Em 1980 mais medidas ortodoxas tiveram de ser tomadas. Para fugir de medidas de austeridade impostas pelo FMI, o próprio governo tomou medidas de austeridade, havendo impacto restritivo, com o PIB caindo para 1,6% em 1981 (BAER, 2009, p.122). Essa política restritiva se manteve até o fim do governo Figueiredo gerando recessão no período de 1981 até 1983. O aumento da inflação erodia a receita real do governo e a indexação da dívida pública foi uma ferramenta bastante usada, para financiar os déficits do governo. Em 1984 houve uma recuperação, ligada ao aumento das exportações (ibid., p.126).

José Sarney, de 1985 até 1990, é nosso primeiro presidente civil, desde João Goulart. Sendo ele vice de Tancredo Neves, o qual foi eleito ainda de maneira indireta, tendo contudo esse morrido antes de tomar posse. Sarney, ao se tornar presidente, assumiu um grande desafio não só econômico, como político.

Em seu governo houve 3 grandes tentativas de conter a inflação: Plano Cruzado de 1986, Plano Bresser em 1987 e Plano Verão em 1989. Mas não nos esqueçamos do “Cruzadinho” e do Plano Cruzado II. A insistência ao combate da inflação mostra bem como esse tópico se tornou central na agenda e como esses planos não obtiveram sucesso no logo prazo, mesmo colaborando para a formação de momentos de rápido crescimento e ajudaram os economistas a entenderem melhor a natureza de nossa inflação (GIAMBIAGI et al., 2011, p.97).

O Plano Cruzado foi adotado no segundo ano de governo pelo ministro da Fazenda Dílson Funaro, que substituiu Francisco Dornelles em agosto de 1985. Tal plano, colocado em prática, possuía série de medidas similares ao Plano Austral, adotado na Argentina. Existindo a diferença que nós estávamos em uma situação melhor em relação aos nossos vizinhos, os quais fizeram o ajuste já em

situação de retração do ponto de vista econômico.

Tal plano foi considerado heterodoxo. As grandes medidas do Plano Cruzado envolviam: reforma monetária (ficou o Cruzado estabelecido como a moeda do Brasil), congelamento de preços, desindexação econômica, deslocamento no período de apuração do índice de preços ao consumidor, cadernetas de poupança passaram a ter rendimento trimestral em vez de mensal e salários congelados. Mas antes do congelamento de preços houve um aumento salarial, em certos setores, e tal medida foi vista como o essencial erro do plano (BAER, 2009, p.169).

O Plano Cruzado possuiu sucesso inicial, foram 9 meses de controle econômico. Superficialmente parecia que havíamos encontrado a fórmula para terminar o problema e houve um *boom* do consumo, comum em estabilizações. Os gastos dos consumidores eram incentivados pelos reais aumentos dos salários e pela eliminação da indexação dos depósitos de poupança, que acarretava um “êxodo” desse dinheiro dos bancos, indo para os bens de consumo.

Havia concordância sobre como o congelamento salarial deveria ser temporário, porém tal medida deveria durar por quanto tempo exatamente? À medida que as coisas avançavam, o critério político foi substituindo o técnico, afinal esse congelamento e o sucesso provisório era base de aceitação para o governo, o fim do problema da inflação garantia popularidade a Sarney. E não deveria ser uma surpresa quando começaram a faltar produtos nas prateleiras. As filas aumentavam e o ágio começou a ser feito.

O Cruzadinho, 23 de julho de 1986, surgiu como uma tentativa de correção dos problemas do momento, sendo um pacote fiscal para o desaquecimento do consumo, envolvendo um aumento dos preços dos produtos. O descontentamento da sociedade foi geral (GIAMBIAGI et al., 2011, p.114).

O Cruzado II foi lançado uma semana depois das eleições de novembro de 1986, fazendo muita gente pensar que tais medidas amargas tinham sido postergadas para pouco depois das eleições de maneira proposital. Tal pacote fiscal marcou o começo do fim do congelamento de preços e tinha o objetivo de

umentar a arrecadação do PIB em 4%, ou seja, mais impostos indiretos sobre a população. Além disso, eis que aumentaram tarifas de energia, telefone e tarifas postais (ibid., p. 115).

O próprio Sarney admite, o Cruzado II foi o maior erro de seu governo. Com os preços voltando a ser corrigidos, a taxa mensal da inflação, em janeiro de 1987, atingiu 16,8%. Em fevereiro de 1987 houve o fim oficial do Plano Cruzado. Com a expressiva deterioração das contas públicas, foi decretado ainda nesse mês moratória dos juros externos. Pouco tempo depois Dílson Funaro, ministro da Fazenda, e sua equipe econômica, pediram demissão.

Dando assim espaço para o professor, de economia da FGV-SP, Luís Carlos Bresser-Pereira ser anunciado como novo ministro da Fazenda e preparar um novo plano de estabilização monetária. O objetivo do Plano Bresser era criar um choque deflacionário, o qual, de alguma forma, se precavia dos erros existentes no plano econômico anterior. A inflação antes diagnosticada como puramente inercial, agora era encarada como uma inflação tanto inercial quanto de demanda. O plano foi visto como uma mistura de medidas heterodoxas e ortodoxas. Tal pacote também teve sucesso inicial, a inflação mensal baixou de 26,1% para 3,1% de junho para julho. Mas diante da resistência, e com a insatisfação popular se alastrando, o ministro pediu demissão. Foi substituído por Maílson da Nóbrega (ibid., p. 116-117).

O novo ministro repudiou as ideias heterodoxas de combate à inflação e propôs mais um plano ortodoxo e gradualista. As propostas foram batizadas de Política do Feijão com Arroz, com congelamentos de valores nominais dos empréstimos do setor público e contenção dos salários públicos. A taxa de inflação, no primeiro trimestre de 1988, ficou próxima ao esperado pelo governo, contudo já ocorreu aceleração da inflação no segundo trimestre (Ibid., p. 117).

Em 14 de janeiro de 1989 foi anunciado o Plano Verão, mais um programa híbrido, somando: congelamentos de preços e salários, reforma administrativa, restrição de crédito etc. Bem, a história mais uma vez se repetiu, a inflação cedeu no primeiro momento, porém foi questão de tempo até voltar a subir (ibid., p. 118).

Em 1990 toma posse o primeiro presidente eleito por voto direto no Brasil desde 1961, ano em que foi eleito Jânio Quadros. Fernando Collor, eleito pelo pequeno partido PRN, teriam de enfrentar uma inflação, a qual ultrapassava 80% ao mês e uma economia estagnada (ibid., p. 131).

Foram dois planos econômicos feitos em tal governo, Collor I e Collor II, e tal presidente foi tão frustrado, na tentativa de salvar nossa economia, que ele faria o povo brasileiro sentir falta de Sarney, algo no mínimo improvável na cabeça da população.

Seus ajustes econômicos não só fracassaram, mas também resultaram em recessão e perda de credibilidade das instituições de poupança (ibid., p. 132). Todos ainda têm memória do caos que foi o sequestro da liquidez. Depois de uma série de escândalos e insatisfações tal presidente renunciou do poder no fim de 1992, ficando inelegível por um período de 8 anos. Do ponto de vista sociológico seria interessante pesquisar como Fernando Collor conseguiu voltar para a política, sendo atualmente senador.

O Plano Collor I, lançado em 15 de março de 1990, fez o Cruzeiro ser reintroduzido como padrão monetário e foi promovido um novo congelamento de preços, que todos já sabiam como seria uma medida pouco eficaz. Na área financeira houve o inesquecível sequestro da liquidez, que o governo prometia devolver em 12 prestações iguais a partir de setembro de 1991. Quanto às metas fiscais, o governo promoveu aumento de arrecadação (criando novos tributos), reduzindo prazos de recolhimento e suspendendo isenções e benefícios. Promoveu-se ainda uma ampla redução ministerial, eram 23 ministérios, caíram para 12, existindo ainda uma série de autarquias extintas (ibid., p. 138-139).

O plano conseguiu reduzir a inflação de 80% ao mês para 10% nos meses subsequentes, claro a economia sofreu forte retração (ibid., p. 141).

Em 1º de fevereiro de 1991 foi lançado o segundo plano econômico, o qual como mote principal tinha mais racionalização das contas públicas e o crescimento do parque industrial.

Com a falha do 1º pacote do governo Zélia Cardoso de Mello, a frente do ministério que somava as atribuições do Ministério do Planejamento e da Fazenda, foi substituída por Marcílio Marques Moreira. Zélia saiu do ministério por falta de apoio político e pelo fato de ser considerada excessivamente autoritária e controladora. Marcílio foi bem encarado, por seu discurso de ser contra um tratamento do choque na economia, por já ter sido embaixador em Washington e também executivo de um grande banco. Mas em outubro de 1992, Itamar Franco assumia o poder. O ministério da Economia foi dividido, Marcílio Marques Moreira deu lugar a Gustavo Krauser, no Ministério da Fazenda, e Paulo Haddad, no Ministério do Planejamento (ibid., p. 141-142).

Itamar Franco teve como desafio óbvio, a contenção do quadro hiperinflacionário, o qual já estava em um patamar inacreditável. Era inflação de 2.500% ao ano. Como bem lembra Fernando Henrique Cardoso (2013), ser Ministro da Fazenda de Itamar era um “beijo da morte”. Ninguém queria o cargo, ninguém ficava no cargo muito tempo. Muitos economistas até acreditavam que o problema da hiperinflação era impossível de ser resolvido. Esse quadro muda quando Fernando Henrique assume tal ministério, a contragosto, e junto com sua equipe ministerial traça um ousado plano, o qual dá certo.

O Plano Real foi concebido para fazer um ajuste fiscal, o qual resolvesse o equilíbrio das contas do governo, criasse um padrão estável de valor, desmontasse o sistema de desindexação e que garantisse a estabilidade econômica. Remetia assim a *proposta Larida*, lançada pelos economistas: Pésio Arida e André Lara Resende. Mesmo que algumas mudanças tenham sido acrescentadas para o bom funcionamento desta ideia (GIAMBIAGI et al., 2011, p. 147-148).

As condições externas ajudaram, assim como o fato de a economia brasileira estar mais aberta.

Fernando Henrique tornou-se presidente, em 1995, pelo seu sucesso a frente do Ministério da Fazenda. Todo o seu programa eleitoral foi pautado em apresentá-lo como o criador do Plano Real e o homem certo para continuar arrumando o país nesse momento, no qual a poeira começava a abaixar. A campanha de 1994 foi: “Com um olho no eleitor e o outro no Real”. Havia o

receio de que se algum outro candidato ganhasse as eleições, esse colocaria tudo a perder em termos de controle da inflação, valendo lembrar: Luiz Inácio Lula da Silva, e o Partido dos Trabalhadores, eram críticos ao plano.

Fernando Henrique Cardoso, presidente, também pode ser encarado como um governo estabilizador e de continuidade. Seu esforço governamental foi tratar para que o Plano Real continuasse a dar certo. Se mais medidas econômicas não fossem somadas ao esforço inicial, deste pacote econômico, tudo iria degradingolar como a série de planos econômicos anteriores que inicialmente conseguiam segurar a inflação, porém se mostravam ineficientes depois de certo tempo. Para a primeira moeda forte brasileira em décadas funcionar, o Executivo tinha que trabalhar na delicada manutenção dessa vitória.

No seu primeiro governo, de 1995 até 1999, Banco Central, Conselho Monetário Nacional e Ministério da Fazenda ganharem uma força e destaque incrível, esses órgãos acumulam atribuições e poderes. A criação de nova série de mecanismos mais eficazes para a proteção do sistema financeiro se torna fundamental, como exemplos disso temos: Proer e o Proes, além das mudanças na política cambial.

O ano de 1995 se inicia tenso por algumas razões, como: superaquecimento da economia, o qual trazia a memória do povo o Plano Cruzado. Nesse período estava acontecendo a crise do México, a qual teve efeitos sobre a Argentina e se suspeitando que poderia ter efeitos sobre o Brasil. As reservas internacionais do Brasil estavam em queda. E, por último, a inflação mantinha alguma resistência. Agora sabemos como o real se mostrou bem sucedido, porém na época as pessoas ainda estavam com o “pé atrás” depois de tantos planos econômicos que deram errado.

Confrontados com as pressões inflacionárias, as autoridades reagiram em março de 1995 com medidas que visavam dois componentes: uma desvalorização controlada da moeda e uma alta da taxa de juros nominal. Tais medidas funcionaram suficientemente bem para serem repetidas na crise da Ásia, no segundo semestre de 1997, e na crise da Rússia, em agosto de 1998.

O segundo governo de FHC, de 1999 até 2002, fez a desvalorização cambial, deixando o câmbio flutuar. Uma mudança em relação à política cambial rígida do 1º mandato. Armínio Fraga, um profundo conhecedor do mercado financeiro internacional, foi convidado ao posto de presidente do Banco Central. Ele escolheu sua equipe e anunciou duas providências: a elevação da taxa de juros básica e o início de estudos para a criação de metas para a inflação.

Em 1999 o país começou a viver a retomada do crescimento, o qual seria parado, mais uma vez, agora com a crise de energia de 2001.

O ano de 2002 representava a campanha eleitoral presidencial, em que muitos observadores internacionais temiam a vitória do PT. Temiam que tal partido colocasse em risco os ajustes fiscais brasileiros. Mas o Partido dos Trabalhadores foi adotando um tom mais moderado, nessa nova era “Lula paz e amor”, mesmo, claro, ainda existindo membros dentro do partido a permanecerem com o tom mais alto. Essa mudança de estilo se mostrou, entre outras coisas, através da escolha de Antônio Palocci, como coordenador do programa de governo. Esse conseguia dialogar com diferentes segmentos da sociedade. Alguns documentos também ilustram a mudança: a *Carta ao Povo Brasileiro*, o programa do governo e *Nota sobre o Acordo com o FMI*, na qual o partido prometia respeitar o acordo feito por FHC com tal órgão internacional (BAER, 2009, p. 245-247).

Ao encerrar o ano de 2002, o cenário econômico não estava tão favorável quanto se poderia imaginar. O superávit da economia estava na casa de US\$ 5 bilhões e o déficit em conta corrente se aproximava dos US\$ 20 bilhões. Assim sendo, quando o presidente Lula assumiu a ortodoxia fiscal e monetária, existiram resultados positivos. A inflação caiu, mesmo tendo como contrapartida um aumento da taxa de juros real Selic, de 6% em 2002 para 13% em 2003, o que não parece algo inesperado.

O Banco Central funcionou de maneira independente, como no governo de FHC, e encabeçado por Henrique Meirelles, que implementou quatro rodadas de elevação nominal do juros, por vezes discordando das posições defendidas pelo Ministério da Fazenda.

Com a mudança do ministro da Fazenda, e com um balanço positivo na economia, vemos uma alteração do paradigma do governo, com a indicação de Guido Mantega para o cargo. Em sua gestão vemos a taxa real do gasto público ter um aumento expressivo (em relação à média dos dois primeiros anos do governo), afrouxamento dos superávits primários, a meta fiscal deixou de ser efetivamente perseguida etc. O ministro Mantega passou a dirigir, claramente, em numerosas ocasiões o Banco Central e houve aumento substancial da importância do BNDES na economia. A troca ministerial demonstra uma mudança do perfil estabilizador para o perfil desenvolvimentista do governo Lula, ainda em seu primeiro mandato (GIAMBIAGI et al., 2011, p. 215).

Em 15 de maio de 2005 a revista *Veja*, em sua edição 1905, levou as bancas uma reportagem especial sobre a suspeita de corrupção nos Correios. Falava sobre um vídeo, de quase 2 horas de duração, o qual mostrava um funcionário estatal pedindo propina a um empresário. Teria sido “apenas” mais um caso de corrupção, se este funcionário não tivesse citado o nome de Roberto Jefferson como o homem, o qual oferecia cobertura ao esquema. Os partidos de oposição começaram a se articular para formar uma CPI mista, tal CPI passou e esse foi o começo do processo de denúncia do Mensalão. Mesmo com o grande escândalo, no qual José Dirceu (o homem chamado por Lula de “capitão do time”) surgia como o chefe do esquema de roubo dos cofres públicos, Lula conseguiu se reeleger. Claro, houve desgaste da imagem de seu partido e de sua pessoa, mesmo assim um bom momento econômico e carisma o ajudaram a ficar no cargo (VILLA, 2012).

De um modo geral o governo Lula, em seus pontos positivos, pode ser lembrado pela ampliação da classe média, 29 milhões de brasileiros entraram na “nova classe média”, crescimento do IDH e redução do índice de Gini, de 0,57 em 2001 caiu para 0,52 em 2009. Além de uma saída “tranquila” da crise imobiliária de 2008, na qual nossa parceria maior com a China, Índia e outras potências emergentes, fizeram o Brasil conseguir “escapar do pior” (GIAMBIAGI et al., 2011).

2.2. Os atores da área econômica analisados

Iremos agora procurar pistas de como os atores determinam e são determinados pelo contexto. Para tanto estabeleceremos correlações entre uma série de características biográficas dos membros da elite político-econômica com os contextos, nos quais exerceram suas atividades.

A partir de que critérios os diferentes governos aqui considerados, levando-se em conta as circunstâncias, recrutaram atores para as pastas estudadas? Para facilitar nossa tarefa consideraremos três tipos possíveis de governos: *governos estabilizadores*, *governos desenvolvimentistas* e *governos híbridos*. Chamamos esses *tipos* de tipos ideais porque sabemos como a realidade é sempre maior e mais complexa, por isso dizer que um governo foi desenvolvimentista ou estabilizador não significa que ele só tratou de desenvolvimento ou estabilização econômica. Os tipos ideais aqui utilizados possuem como base inicial a classificação de Eduardo Raposo e Yuri Kasahara no artigo *Instituições fortes, moeda estável e Banco Central do Brasil autônomo*, de 2010.

Consideraremos também, para nossa análise, as seguintes características biográficas dos atores em questão: nacionalidade, gênero, origem federativa (onde nasceram), relação com a iniciativa privada (já trabalharam na iniciativa privada ou sempre foram políticos?), relação com o mundo político (possuíam políticos na família?), seus níveis de escolaridade, filiação partidária, ligação com o Legislativo (já haviam sido vereadores, deputados ou senadores?) e suas cotas (nomeação técnica, política ou mista).

Essas cotas possuem alguma relação com etnia ou ação afirmativa? Não, as cotas que aqui tratamos se referem: 1- Atores de cota política são aqueles, os quais chegaram às suas pastas para compor as bases de apoio político e parlamentar do governo, são entes filiados a partidos políticos. 2- Atores de cota técnica são os que ocupam seus cargos por dominarem habilidades do assunto da pasta em questão, sem possuírem filiação partidária. 3 - Já a cota mista leva em consideração os indivíduos incluídos nas pastas por uma escolha partidária, mas possuidores também de competência técnica dentro do assunto em questão,

economia, no caso.

Bem, nossa divisão por esses três tipos de cotas faz sentido? A aposta é que sim. Nem todos os ministros são, necessariamente, muito entendidos no assunto de suas pastas. Talvez fosse razoável que fossem, mas não são. Não é só a meritocracia que escolhe ministros. Um exemplo, o qual as pessoas costumam comentar, é o Marcelo Bezerra Crivella na pasta da Pesca. O que um cantor gospel e pastor entende de pesca? Claro, um pastor pode ser um bom ministro, porém pessoas com formação específica na área, em princípio, devem ter mais familiaridade com essa pasta.

Uma questão que aqui ainda vale ser mencionada, sobre nossas definições de cotas, envolve o chamado presidencialismo de coalizão, termo esse criado por Sérgio Abranches. Para o cientista político em questão, em seu artigo *Presidencialismo de Coalizão, O Dilema Institucional Brasileiro*, de 1988, não existe dúvida de como para o presidente governar, esse teria de formar uma coalizão partidária. Se isso não ocorresse suas medidas de governo correriam o risco de não serem aprovadas no Congresso. Diante dessa realidade, o Executivo se vê obrigado a distribuir cargos para garantir o apoio dos partidos. Cargos esses não exatamente preenchidos pelas mentes mais competentes em seus referidos campos.

Para prosseguirmos é válido lembrar que todo recorte possui um fator de arbitrariedade. Fazer classificação de ministérios pode ser uma tarefa bem complexa. Isso porque tanto as atribuições quanto os nomes das pastas mudam frequentemente. Optamos, então, por somar alguns ministérios em uma categoria única, por exemplo SUMOC/Banco Central do Brasil, isto porque existe uma continuidade clara entre a extinta SUMOC e as atribuições dadas ao Banco Central. Ou a soma do BNDE com o BNDES. Além do ministério do Planejamento, que foi secretaria durante um tempo, por exemplo.

Também não ignoramos que tais instituições possuem pesos diferentes de acordo com o momento. O BNDES, o próprio nome diz, é um banco voltado para o desenvolvimento, o qual avalia a concessão de recursos por critérios diferentes de um banco comercial, visando um objetivo econômico específico para o Brasil.

Já o Banco Central é uma instituição voltada tipicamente para a estabilidade da economia, ver Raposo (2011). Assim sendo, tais instituições possuem lógicas diferentes e é de se esperar que o Banco Central adquira mais preponderância em momentos de necessidade de uma estabilização econômica, enquanto o BNDE(S) é possivelmente instituição mais útil para os momentos em que a lógica do desenvolvimentismo esteja mais em alta.

Nós não ignoramos que todo ministério está relacionado à economia, pois economia é algo onipresente na sociedade, indo desde o macro até o micro. Gerenciar uma casa é economia. A própria denominação economia surgiu como algo doméstico, o termo grego antigo envolve a soma da palavra *oikos* (casa) mais a palavra *nomos* (norma). Porém alguns ministérios estão mais relacionados à economia e planejamento do que outros, não? Logo recortar é justificável.¹¹

Como ficará claro, alguns governos também possuem mais membros em suas elites ministeriais, ligadas a economia, do que outros. O que isso significa? Que alguns governos estavam mais preocupados com a economia? Acreditamos que não necessariamente. Isso, a diferença no número de titulares, pode ocorrer devido a maior circulação de atores, possível sinal de crise, ou devido a um aumento do número de ministérios, o que não é nenhuma novidade no caso brasileiro. Não sendo surpreendente que, por exemplo, o governo de Costa e Silva possua um número de ministérios reduzido em relação ao governo Lula.

Outro tópico: alguns gráficos não se fecham em 100%. Alguns atores podem não ter entrado no cálculo final, por uma possível falta de informação, em algum aspecto de sua vida. Ou, como nos gráficos relacionados a cotas, nós deliberadamente optamos por deixar os presidentes de fora dos somatórios.¹²

Por fim devemos dizer que: contar de maneira minuciosa a vida de cada ator também nos pareceu uma tarefa, para nós, dispensável. Nossos fins não são esses, até porque já existe o DHBB do CPDOC, essencial fonte de informações, a qual se presta ao minucioso desvelamento biográfico desses políticos. Mesmo

¹¹ E seguimos a mesma lógica de recorte utilizada por Eduardo Raposo.

¹² E não ficarmos entrando na polêmica se esse presidente era preparado para governar e aquele outro não.

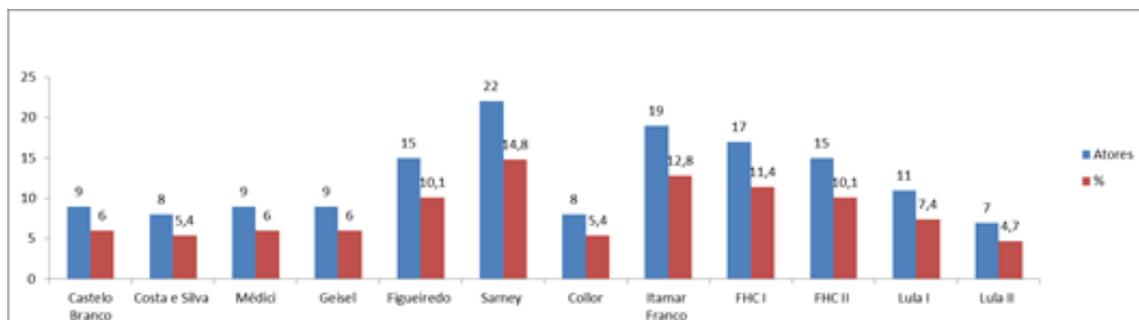
assim, criamos um anexo, o qual, de maneira razoavelmente sucinta, apresenta os mais importantes atores dos quadros econômicos dos governos em estudo, afinal não podemos ficar apenas nas estatísticas. Devemos ver o esqueleto do sistema, mas nunca podemos ignorar completamente sua carne e sangue, atrás de tudo estão pessoas, não peças de um relógio.

Depois de considerarmos os perfis político-econômicos da área, veremos se essa parcela de elite ministerial se diferencia, ou se assemelha, com o próprio quadro total de elites existentes em nosso banco de pesquisa.

Será que o perfil dessa elite econômica é relativamente parecido com o perfil das elites de outras áreas?

Vamos agora traçar o perfil total das elites político-econômicas em questão, para depois realizar as comparações necessárias.

Gráfico 1: Taxa de circulação da área econômica de Castelo Branco até Lula



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Ao observarmos o gráfico acima, o que primeiramente nos salta aos olhos é a baixa circulação dos atores econômicos em quase todos os governos do período militar.

Sendo assim, existe uma correlação entre o período de ditadura militar com um índice baixo de circulação. Fato que pode ser atribuído à diferentes

causas, dentre as quais a negação de vários conflitos, o que pode resultar em permanência dos titulares das pastas envolvidas.¹³

Sobre a alta circulação dos titulares, das instituições econômicas, no período democrático, alguns fatos devem ser mencionados. Durante o governo Sarney, que apresentou alta taxa de circulação, houve sucessivos planos econômicos falhos, na tentativa de conter a crise econômica do país. Collor, por sua vez, apresentou uma baixa taxa de circulação, porém isso se deve, em grande parte, por seu reduzido tempo de governo somado a um esforço, do mesmo, para conter o tamanho da máquina pública.¹⁴ Ele, não esqueçamos, somou atribuições de pastas na área econômica, por exemplo. Colocando Zélia em um “super” ministério. Itamar Franco, uma alta taxa de circulação, revela-se como um governo instável, pelo menos até a posse de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, quando foi implantado o Plano Real.

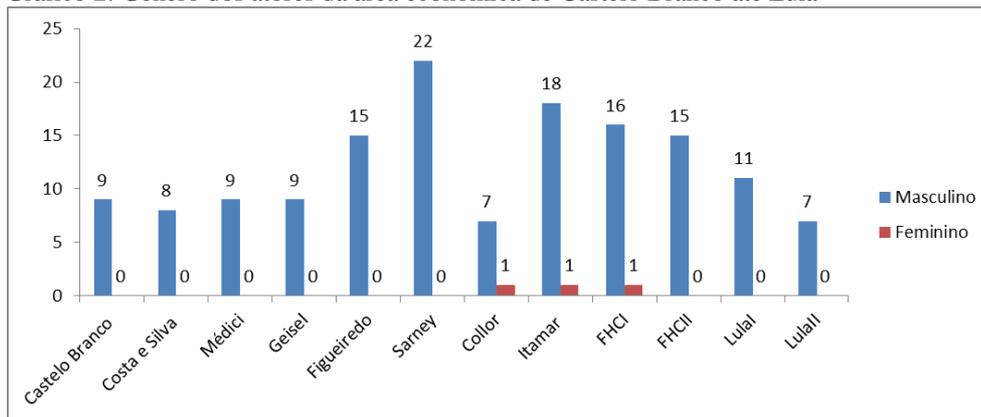
De Fernando Henrique até Lula, em seu segundo mandato, vemos a diminuição das taxas de circulação, um indício que a economia, mesmo com turbulências, havia seguido um caminho de maior estabilidade.

¹³ O governo Figueiredo, que é a expressão do esgotamento tanto do regime autoritário quanto do ciclo desenvolvimentista dos governos militares, teve uma taxa de 10% na circulação de seus atores. Um índice alto para tal momento.

¹⁴ O tipo de ideia que poderia voltar, levando em conta a quantidade de ministérios existentes e o momento de crise, em que cortes urgentes devem ser feitos.

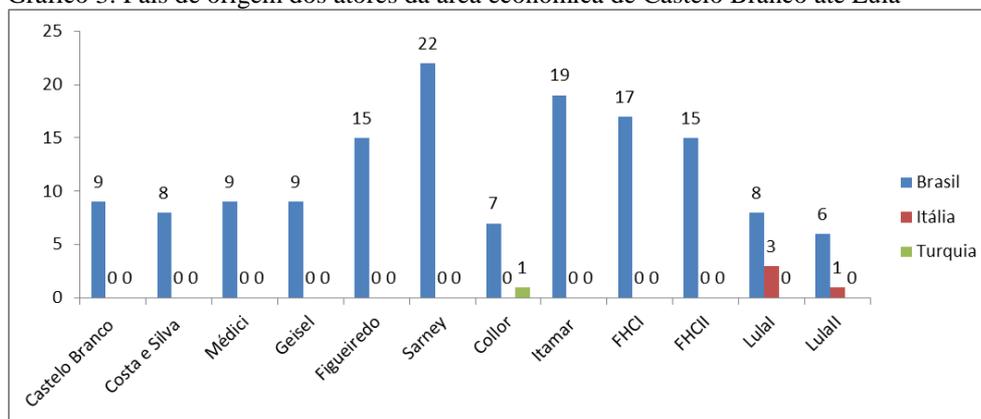
A máquina pública é muito cara, basta entrar no *site* impostometro.com.br para se ter uma ideia. No ano de 2014 pagamos 35,42% do PIB em impostos, e existe gente que continua querendo aumentá-los. Se Collor nos deixou alguma ideia interessante, foi essa, uma tentativa séria de reduzir os custos do governo.

Gráfico 2: Gênero dos atores da área econômica de Castelo Branco até Lula



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Gráfico 3: País de origem dos atores da área econômica de Castelo Branco até Lula



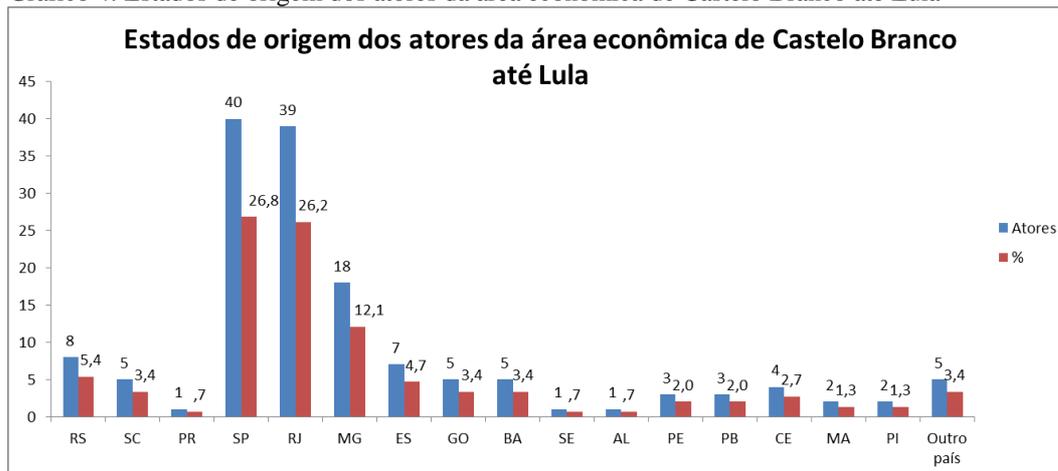
Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Arredondando existem 99,7% de atores brasileiros.

O gênero dos atores, independente do governo, é predominantemente masculino.

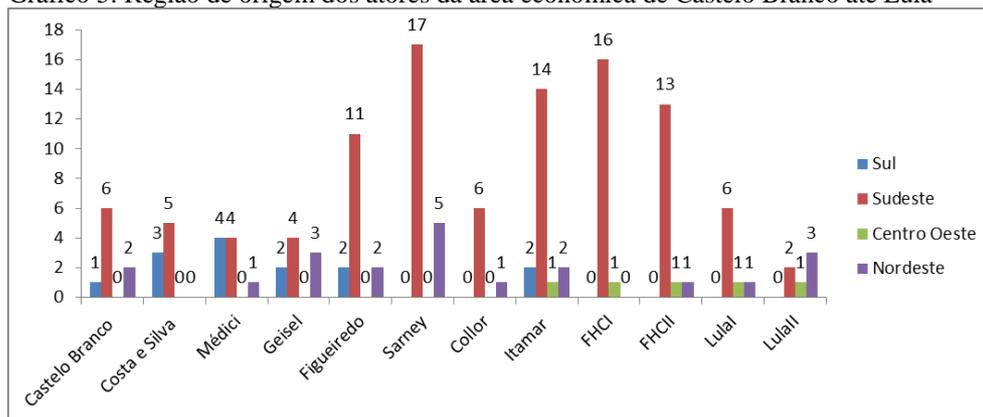
Vemos pela primeira vez uma mulher entrar nesse nosso recorte de elite político-econômica com Zélia Cardoso de Mello, possuidora de grande destaque no governo Collor, como já sabemos.

Gráfico 4: Estados de origem dos atores da área econômica de Castelo Branco até Lula



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

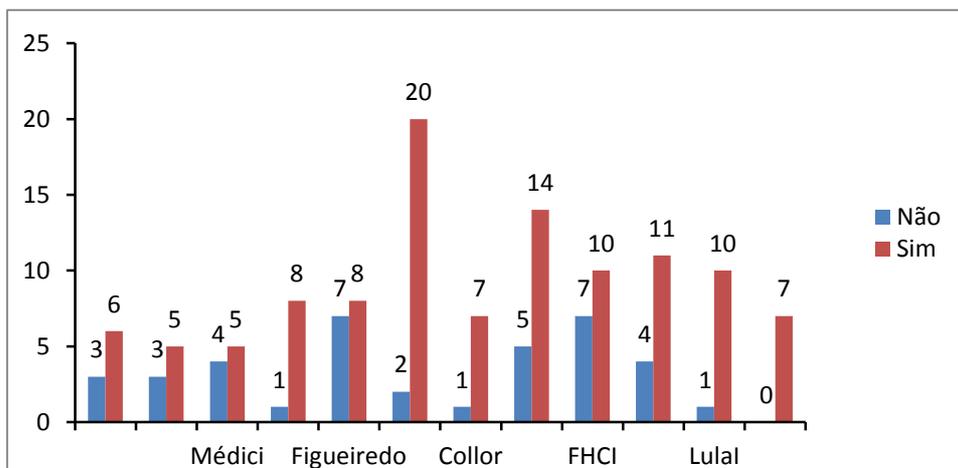
Gráfico 5: Região de origem dos atores da área econômica de Castelo Branco até Lula



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Os locais de origem dos atores são, em sua predominância, São Paulo e Rio de Janeiro, seguido por Minas Gerais, o que torna claro como a região, na qual houve o maior número de atores recrutados foi o Sudeste. Com 70% dos atores sendo recrutados de tal região.

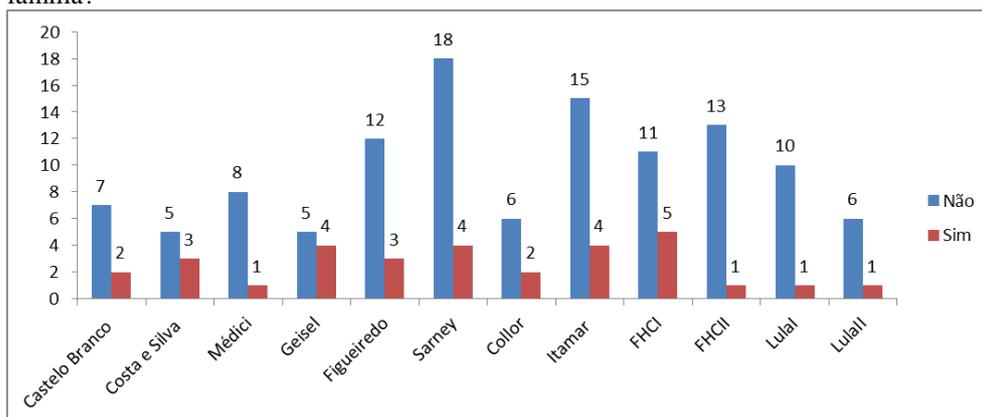
Gráfico 6: Os atores da área econômica de Castelo Branco até Lula possuíam relação com a iniciativa privada?



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

A ligação dos atores observados com a iniciativa privada é alta, considerando-se que os mesmos possuem em 75% dos casos alguma relação anterior com a iniciativa privada.

Gráfico 7: Os atores da área econômica de Castelo Branco até Lula possuíam algum político na família?



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

O índice de atores com algum político na família fica na casa de 21%. Deve-se notar que os membros econômicos, desses diferentes governos, não são os tradicionais políticos que saíram, em grande parte, de famílias políticas. A

excessão está no governo Geisel, cuja presença é alta. Mas em grupos estatísticos tão pequenos, algumas variações poucas causam grandes diferenças percentuais.

Tabela 1: Nível de escolaridade dos atores da área econômica de Castelo Branco até Lula

	Até o ensino médio	Superior incompleto	Superior completo	Especialização	Mestrado	Livre-docência	Doutorado	Formação Militar	Carreira Diplomática
Castelo Branco	1	0	2	3	0	0	2	1	0
Costa e Silva	0	0	3	0	1	2	0	2	0
Médici	0	1	4	0	2	1	0	1	0
Geisel	0	0	6	1	1	0	0	1	0
Figueiredo	1	0	6	1	3	1	2	1	0
Sarney	1	0	8	5	3	1	4	0	0
Collor	0	0	3	1	1	0	2	0	1
Itamar	1	0	5	4	2	0	6	0	0
FHCI	0	0	0	1	1	0	15	0	0
FHCII	0	0	1	1	5	0	8	0	0
Lula I	1	1	1	1	2	0	5	0	0
Lula II	1	0	0	1	1	0	3	0	0

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

A tabela acima, sobre nível de escolaridade, revela que mesmo no período militar, houve uma baixa correlação entre os atores econômicos e a formação militar, o que não é surpresa, posto que os economistas constituem-se em profissionais de formação específica.

Em termos de formação, deve-se notar como os doutores e pós-graduados encontram-se mais presentes nos governos mais recentes, a ampliação da pós-graduação ocorreu ao longo do tempo, de modo que a ditadura militar possuía um perfil menos qualificado desse ponto de vista.

FHC, em primeiro mandato, parece o governo com maior nível escolar. Ele apresenta 88,2% dos atores com doutorado. Se em Itamar já era alto, agora ele chega ao nível mais alto da série gráfica. Alguns dos nomes em estudo, do governo FHC, além de uma forte formação necessária, para tentar combater a crise, fizeram parte da elaboração do Plano Cruzado, do Plano Collor e do Plano Real. Os economistas de tal governo possuíam uma formação acadêmica similar surgindo, em grande parte, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Existindo ainda o fato dessa universidade incentivar os melhores economistas a realizarem pós-graduações no exterior, mais especificamente nos Estados Unidos. Não sendo surpreendente que os atores em questão tenham tido contato com: Harvard, Berkeley, Yale, MIT etc. Estudar nos EUA mais do que um título, trás um contato com determinadas teorias, experiências, valores etc. Se você vai estudar economia nos Estados Unidos, irá ter contato com a teoria neoclássica, a abordagem monetarista etc., toda uma base forte do pensamento liberal. Em que em tal país, também é importante mencionar, a economia tenta se aproximar ao máximo da matemática, em um desejo de ser uma *hard science*. Ou seja, não é uma economia muito fortemente pautada por teorias sociológicas ou no desejo de fazer uma história econômica (BELIEIRO JUNIOR, 2008).

Tabela 2: Os atores da área econômica de Castelo Branco até Lula eram filiados a algum partido?

	Aliança Renovadora Nacional - ARENA	Partido da Frente Liberal - PFL	Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	Partido Democrático Social - PDS	Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB	Partido dos Trabalhadores - PT	Partido Progressista Brasileiro - PPB	Partido Social Democrático - PSD	Partido Trabalhista Brasileiro - PTB	Partido da Reconstrução Nacional - PRN
Castelo Branco	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Costa e Silva	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Médici	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Geisel	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Figueiredo	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Sarney	0	0	0	0	6	0	1	0	0	0
Collor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Itamar	0	3	6	0	1	0	0	0	1	0
FHCl	0	0	6	0	0	0	2	0	1	0
FHCII	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0
LulaI	0	0	1	0	1	6	0	0	0	0
LulaII	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Em termos de filiação partidária, a tônica é a de atores sem filiação partidária. Até um determinado momento, vimos atores filiados apenas a ARENA, isso se deu, claro, pelo momento de bipartidarismo. Somado ao fato que entre os ministros eles não chamavam políticos da oposição para ocuparem esse espaço de poder.

Só em Figueiredo isso muda, pois, como sabemos, o bipartidarismo acabou antes do regime militar. Nesse mesmo sentido, existe alguma correlação entre partido do presidente e governo, no momento democrático. Quando Lula é presidente aumenta a participação de filiados ao PT ou quando FHC é presidente aumenta o número de filiados ao PSDB.

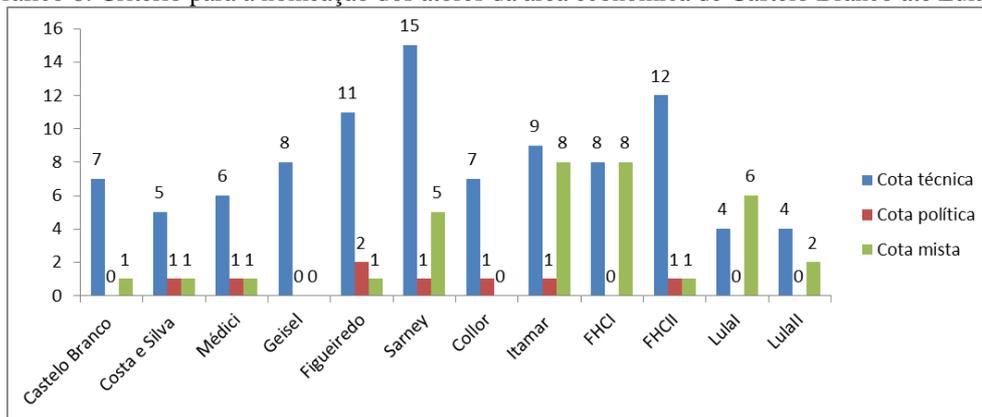
Tabela 3: Os atores da área econômica de Castelo Branco até Lula haviam participado do Poder Legislativo?

	vereador		deputado estadual		deputado federal		senador	
	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Castelo Branco	9	0	9	0	8	1	9	0
Costa e Silva	8	0	8	0	7	1	8	0
Médici	9	0	9	0	8	1	9	0
Geisel	9	0	9	0	9	0	9	0
Figueiredo	15	0	15	0	14	1	14	1
Sarney	20	2	20	2	18	4	21	1
Collor	8	0	8	0	8	0	8	0
Itamar	18	1	18	1	16	3	15	4
FHCI	17	0	17	0	14	3	15	2
FHCII	15	0	15	0	15	0	14	1
Lulal	10	1	10	1	6	5	10	1
Lulall	7	0	7	0	4	3	7	0

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Constata-se um baixo envolvimento dos atores em questão com o Poder Legislativo, sendo ligeiramente superior quando se trata de uma relação passada em nível federal. Ou seja, é mais fácil chegar aos postos de poder quando se foi deputado federal ou senador do que quando se foi vereador, por exemplo. E isso nos faz lembrar de Wright Mills, este separa o que era a elite local e o que era a verdadeira, e difícil de mapear, elite do poder.

Gráfico 8: Critério para a nomeação dos atores da área econômica de Castelo Branco até Lula



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

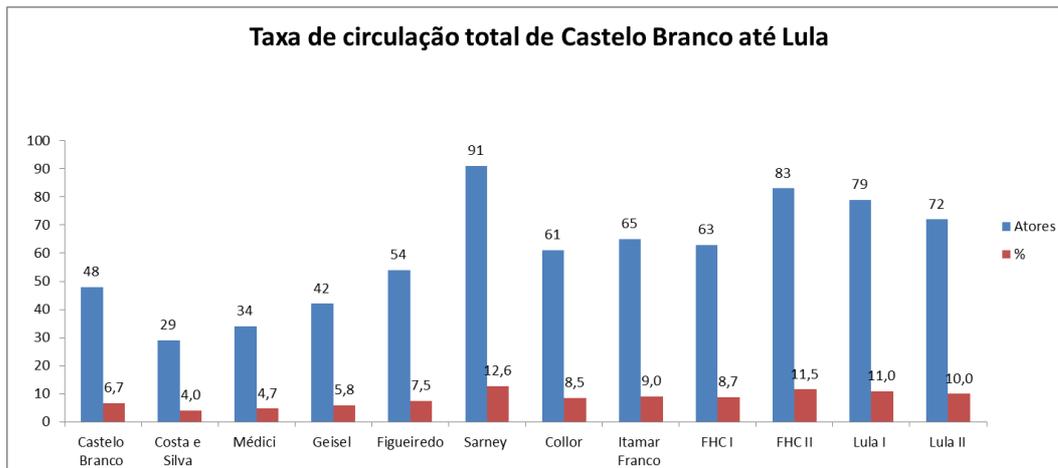
A cota preferida é a técnica. A menos utilizada é a política. Algo esperado diante de uma área, a qual, por sua grande relevância, deveria ficar na mão de especialistas mesmo. E o que parece variar em nosso quadro, em maior grau, é a cota mista. Ela com o tempo, e com o retorno a democracia, vai se ampliando. Sarney sozinho possui um número de atores de cota mista superior ao regime militar inteiro.

Collor não possuiu praticamente nenhum ator de cota que não seja técnica, mas o quadro se transforma quando Itamar assume. No primeiro mandato de Lula até ocorre a inversão onde a cota mista supera a técnica, pela primeira vez dentro de nosso recorte de estudo.

2.3. Elites econômicas selecionadas no quadro total das elites

Agora as informações sobre os atores da área econômica serão consideradas em contraste com a totalidade dos atores de todo quadro das elites governamentais do nosso banco de dados.

Gráfico 9: Taxa de circulação total de Castelo Branco até Lula



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Na circulação de todos os ministros de cada governo, vemos que houve, por diferentes motivos, menos rotatividade nos governos militares. Nos governos democráticos, submetidos aos conflitos abertos, a circulação foi maior.

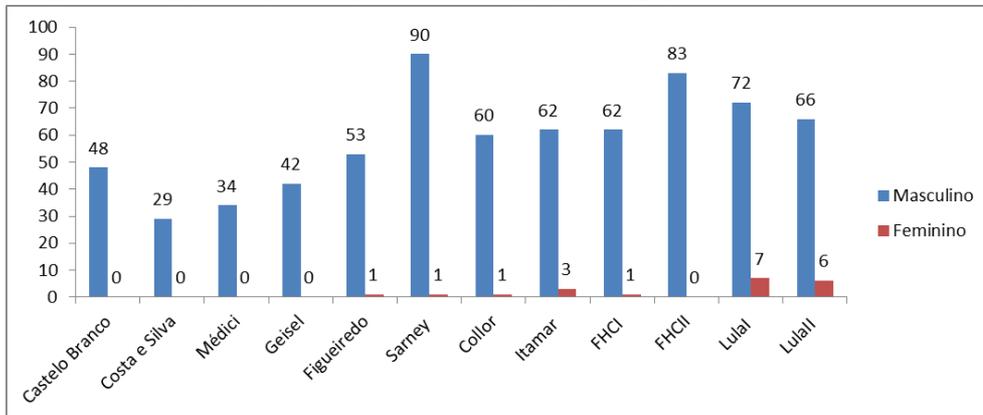
Sobre o período militar, a menor circulação deu-se nos governos Costa e Silva, Médici e Geisel. As maiores foram durante os governos Castelo Branco e Figueiredo. Como já dito, governos militares, por vezes, negaram crises evitando a troca dos titulares de seus principais ministérios.

Sarney, em termos de circulação, é o que apresenta maiores índices. Collor e Itamar possuem taxa similar, mostrando, por exemplo, que os atores de Itamar circulavam mais na área econômica do que nas outras áreas propriamente ditas. E se existe um decréscimo gradual de Fernando Henrique até Lula, em seu segundo mandato, no padrão de recrutamento das elites econômicas, esse perfil não se repete no quadro geral de circulação.

Existe um aumento do número de atores no segundo governo de Fernando Henrique e esse padrão continua elevado em Lula.

Assim o decréscimo na circulação de elites econômicas é uma particularidade, considerando-se que nas elites totais o nível de circulação é bem mais elevado.

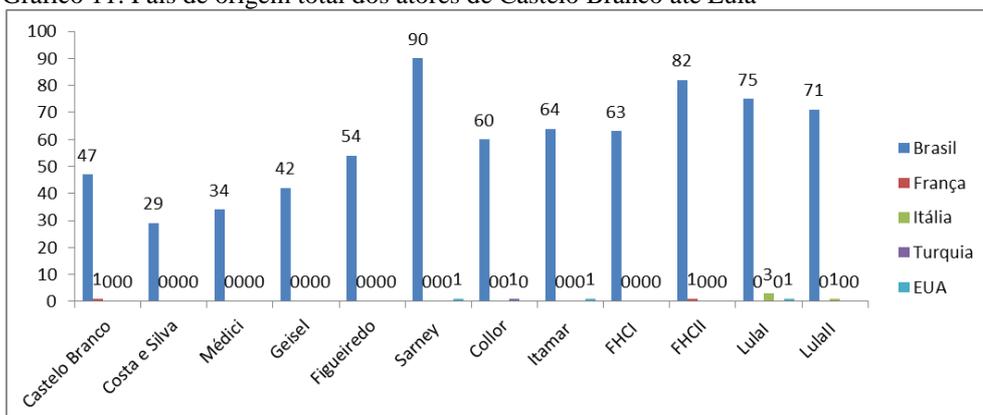
Gráfico 10: Gênero total dos atores de Castelo Branco até Lula



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

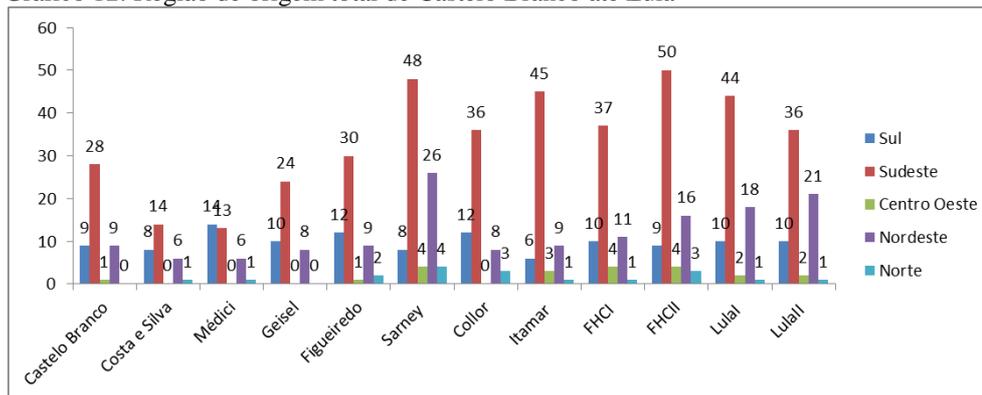
Há pouca variação se compararmos o perfil de gênero das equipes econômicas dos diferentes governos com o quadro geral das elites. Assim, não é só a elite político-econômica a se revelar majoritariamente masculina, é a elite ministerial como um todo. Mesmo que possa ser destacado como demorou mais tempo para surgir uma mulher dentro dos quadros de elites político-econômicas.

Gráfico 11: País de origem total dos atores de Castelo Branco até Lula



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

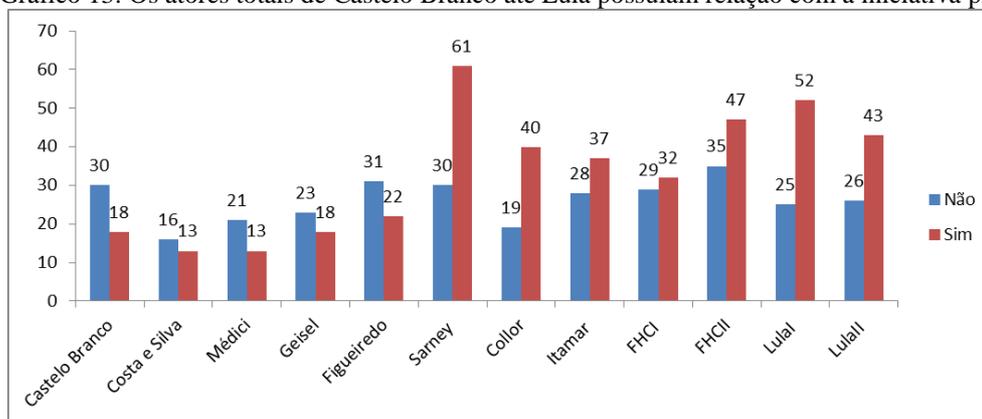
Gráfico 12: Região de origem total de Castelo Branco até Lula



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

No que diz respeito à nacionalidade houve pouquíssimos atores estrangeiros. Quanto aos locais, os que mais forneceram atores para as elites também se mantêm como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Assim o perfil de recrutamento de elites econômicas segue o perfil geral de recrutamento, com o predomínio de atores do Sudeste. Área mais rica e com um histórico de concentração de poderes e saberes, mesmo a capital tendo sido deslocada para Brasília.

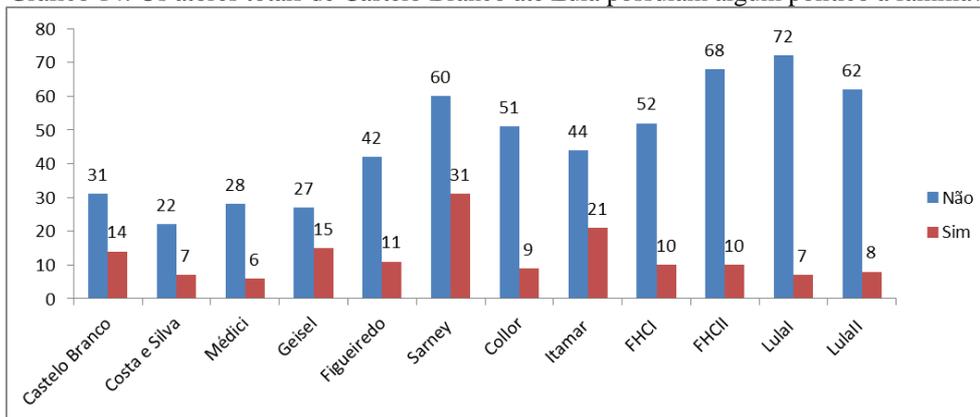
Gráfico 13: Os atores totais de Castelo Branco até Lula possuíam relação com a iniciativa privada?



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

As elites, em sua composição total, possuem uma ligação de 55% com a iniciativa privada, contra 75% se considerarmos apenas as elites econômicas. E o quadro total de elites começa a recrutar mais atores com ligação à iniciativa privada depois do fim do regime militar, logo é diferente do quadro político-econômico que sempre recrutou mais atores com ligação ao mundo privado.

Gráfico 14: Os atores totais de Castelo Branco até Lula possuíam algum político a família?



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Quanto a questão relativa a existência de políticos na família, o quadro total de elites apresenta perfil similar se comparado aos atores da área econômica.

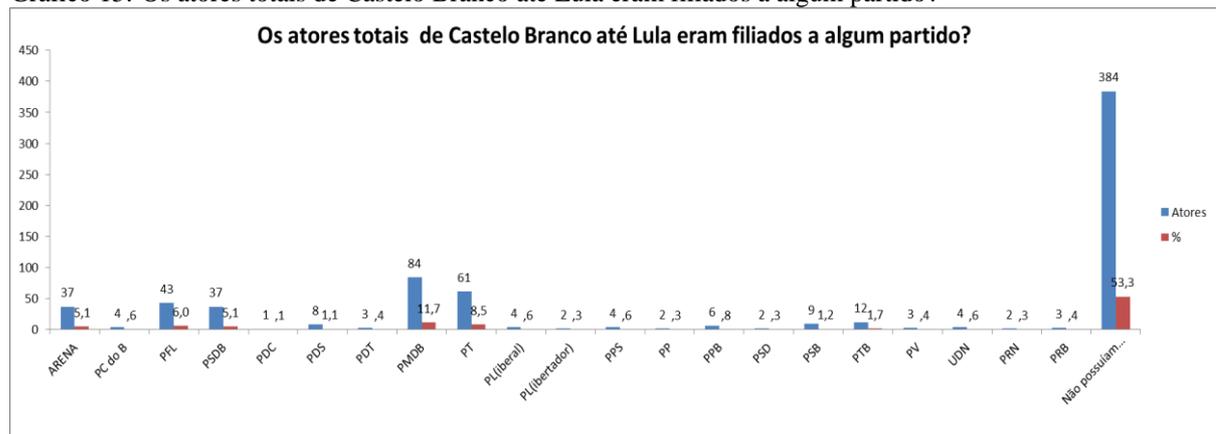
Tabela 4: Nível de escolaridade dos atores totais de Castelo Branco até Lula

	Até o ensino médio	Superior incompleto	Superior completo	Especialização	Mestrado	Livre-docência	Doutorado	Formação Militar	Carreira Diplomática
Castelo Branco	1	0	15	4	0	2	4	21	1
Costa e Silva	0	1	8	1	1	4	0	14	0
Médici	0	1	9	0	2	3	2	16	1
Geisel	0	0	15	3	1	0	1	20	1
Figueiredo	1	0	14	7	4	2	5	17	1
Sarney	6	0	39	15	6	1	11	12	0
Collor	3	0	23	6	4	0	13	8	2
Itamar	1	0	29	11	6	0	9	7	1
FHC I	2	1	14	12	4	0	21	7	0
FHC II	3	2	25	13	11	0	22	4	0
Lula I	4	7	27	13	9	0	16	0	2
Lula II	3	0	29	10	14	0	14	0	1

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Quanto ao nível de escolaridade, uma diferença interessante é: as elites econômicas possuem nível de escolaridade mais elevado, considerando-se os atores com doutorado no quadro total de recrutamento. No quesito de recrutamento total de elites, atores com doutorado representam apenas 18% do recorte.

Gráfico 15: Os atores totais de Castelo Branco até Lula eram filiados a algum partido?



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Existe baixa filiação partidária de um modo geral. Mesmo que entre as elites econômicas esses índices sejam mais baixos ainda. Quanto a partidos, os que possuíam mais atores, em nosso recorte total, foram PMDB seguido pelo PT.

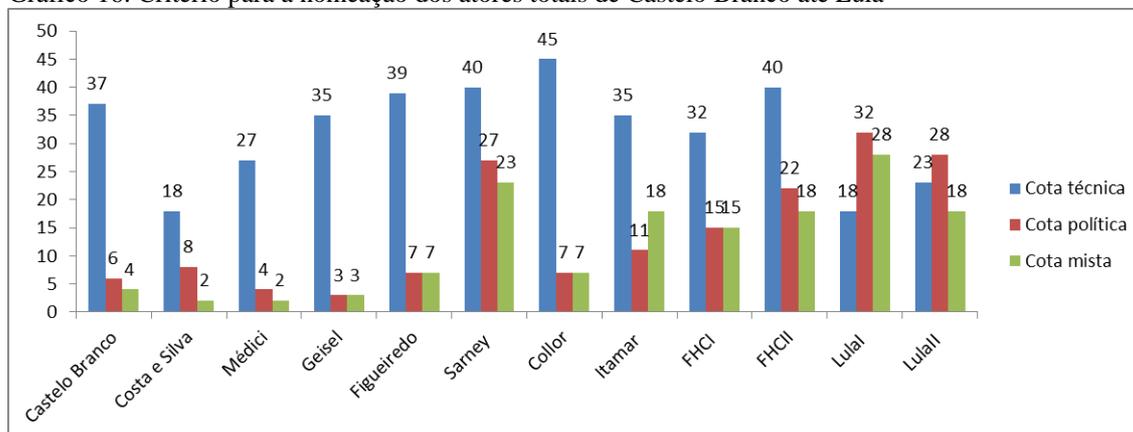
Tabela 5: Os atores totais de Castelo Branco até Lula já haviam participado do Poder Legislativo?

	vereador		deputado estadual		deputado federal		senador	
	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Castelo Branco	47	1	45	3	38	10	45	3
Costa e Silva	29	0	29	0	23	6	28	1
Médici	34	0	34	0	32	2	33	1
Geisel	41	1	41	1	39	3	42	0
Figueiredo	53	1	52	2	48	6	50	4
Sarney	82	9	73	18	57	34	80	11
Collor	61	0	61	0	52	9	55	6
Itamar	64	1	61	4	50	15	53	12
FHCI	58	5	58	5	48	15	52	11
FHCII	80	3	78	5	67	16	73	10
LulaI	70	9	72	7	44	35	67	12
LulaII	66	6	69	3	50	22	67	5

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

A relação com o Legislativo é mais alta no quadro total de recrutamento de elites do que no quadro econômico, porém atores com relação com o Legislativo parece minoria em ambos os quadros.

Gráfico 16: Critério para a nomeação dos atores totais de Castelo Branco até Lula



Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

No quesito de recrutamento total das elites, vemos que a cota predominante é a cota técnica, mesmo os índices de cota técnica sendo mais altos nas elites econômicas. No quadro de ministérios totais o único momento, o qual não possui primazia de atores de cota técnica é Lula que também não arrisca colocar cotas políticas nas pastas econômicas.

3. Conclusão

“No final? Nada termina, Adrian. Nada nunca termina.”
Alan Moore

O objetivo da presente dissertação é o de produzir conhecimento sobre um grupo da elite política nacional. Trata-se dos titulares dos principais cargos executivos do nível federal, da área econômica. Ministros, secretários equiparáveis a ministros e presidentes de bancos estratégicos.

Para tanto, começamos o nosso trabalho falando da questão das elites, de um modo geral, e demos prosseguimento tratando de alguns dos autores clássicos, para essa discussão, no nosso campo específico da Ciência Política. Nessa jornada voltamos até nomes como Mosca, Pareto e Michels, mas não ignoramos autores mais novos ou autores nacionais.

Depois iniciamos uma exposição dos governos em estudo, apontando seus principais acontecimentos políticos/econômicos, que serviram para explicar o contexto. Vimos algumas das características das elites federais, de caráter econômico, dos governos em questão. E também as diferenças entre as elites econômicas e as elites gerais desses governos.

Esse grupo de dirigentes da área econômica são portadores de algumas características comuns ao conjunto das elites. Como semelhanças temos: são praticamente os mesmos locais que recrutam atores. Eles são homens, brasileiros, de cota técnica predominante, baixa relação com o Legislativo e baixo índice relativo de políticos na família.

Já a maior diferença, entre os padrões de recrutamento, é o nível de escolaridade, as elites econômicas, aqui se diferenciam mostrando uma diplomação mais alta.

Examinamos que existem nas pastas econômicas, como era esperado, um predomínio de atores mais de cota técnica. Ou seja, em sua maioria, são economistas tomando conta da economia.

Analisar os economistas enquanto atores políticos não é uma novidade dentro das Ciências Sociais. Desde os anos 30 já existia um aprofundamento da importância deles enquanto atores políticos e ocupantes de cargos públicos. Na época da Ditadura Militar essa regra não se modificou, talvez sendo aprofundada, quando os militares colocaram o país nas mãos de gente como Mário Henrique Simonsen, Delfim Netto, João Paulo Velloso, entre outros. O saber técnico regeu a economia do país, em todo esse período aqui analisado.

Nesta área econômica, os governos democráticos não se mostraram como a exata exceção para essa regra. Claro, em momento democrático, o quadro se mostra mais complexo, no sentido de que os presidentes tiveram de lidar com mais forças em disputa, se comparado aos regimes de exceção.

Mais uma vez, parece-nos um ponto fundamental a competência técnica dos atores das instituições econômicas. A economia geralmente surge para os leigos como um campo hermético, misterioso, e que portanto deve ser protagonizado por técnicos.

Um erro pode acarretar consequências monstruosas, logo a economia fica para os economistas. Enquanto o mesmo não pode ser dito obrigatoriamente de outros campos do Executivo, os quais podem ser mais facilmente “invadidos” por políticos, leigos nos respectivos temas. Mas claro, dependendo do quadro do país, um economista mais do tipo A ou B será chamado, economistas estabilizadores possivelmente tomarão medidas diferentes de entes desenvolvimentistas e isso não pode ser ignorado, como bem mostra nossa história, ou criará problemas.

Anexo

Aqui apresentamos uma lista de quais atores foram considerados como elites para nossa pesquisa e as principais biografias dos atores político-econômicos.

Usamos como fonte de informações biográficas o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas.

1. Castelo Branco

Tabela 6.1: Elites ministeriais da área econômica do governo Castelo Branco ¹⁵

Banco Central do Brasil/SUMOC	Dênio Chagas Nogueira
Banco Central do Brasil/SUMOC	Dênio Chagas Nogueira
Banco do Brasil	Luís de Moraes Barros
BNDE(S)	José Garrido Torres
BNDE(S)	Genival de Almeida Santos
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Octávio Gouveia de Bulhões
Ministério da Indústria e do Comércio	Daniel Agostinho Faraco
Ministério do Planejamento e Coordenação Geral	Roberto de Oliveira Campos
Ministério da Indústria e do Comércio	Paulo Egydio Martins
Presidência da República	Humberto de Alencar Castelo Branco

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Dênio Chagas Nogueira nasceu no Rio de Janeiro e estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Trabalhou em 1939 no Conselho Nacional de Águas e Energia e em 1942 se tornou estatístico do Ministério da Educação. Tendo feito seu bacharelado na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, foi em 1943 estudar na School of Graduate Students, da Universidade de Michigan, onde produziu reflexões sobre a inflação brasileira. De volta ao Brasil, aceitou convite de Otávio Gouveia de Bulhões para a elaboração do parecer técnico do Conselho Nacional de Economia, na época do governo de Goulart, propondo um reajuste do salário mínimo de 33%, mas a ideia foi desconsiderada e foi colocado no lugar um aumento de 100% do salário.

¹⁵ Dênio aparece duas vezes na presente tabela, na mesma categoria, pois foi o último presidente da SUMOC e o 1º presidente do Banco Central. Logo isso não é um dado repetido por erro.

Em 1958, auxiliou a SUMOC a desenvolver dois programas de estabilização econômica, entrando em contato com o ministro da Fazenda Lucas Lopes e com Roberto Campos, superintendente do BNDE.

Foi consultor econômico do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro e da Associação Latino-Americana para Livre Comércio (ALALC), além de Redator econômico do jornal *Ação Democrática*.

Em 1964 saiu da chefia da divisão de finanças do Conselho Nacional de Economia e aceitou o convite de Otávio Gouveia de Bulhões para chefiar a SUMOC, sendo que, como é já sabido, esse foi o período de transição entre a SUMOC e a criação do Banco Central do Brasil. Em abril de 1965 tal instituição foi criada e foi Dênio seu primeiro presidente, além de se tornar membro do Conselho Monetário Nacional. Trabalhando ao lado de Otávio G. Bulhões, na Fazenda, para realizarem a tão cobiçada estabilização econômica.

Otávio Gouveia de Bulhões nasceu no Rio de Janeiro em 1906 e foi:

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais com curso de Doutorado pela Faculdade do Rio de Janeiro tendo feito curso de especialização em Economia na *American University* (Washington); Professor de Ciências Econômicas e Sociais na Universidade do antigo Estado da Guanabara. Ingressou no Ministério da Fazenda [...] em 1926 na Diretoria-Geral do Imposto de Renda. Foi Membro do Conselho Nacional de Economia do Conselho Superior da Caixa Econômica Federal do Primeiro Conselho de Contribuintes (1934) [,] Chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros (1939-51). Representante do Brasil às Convenções sobre estabilização monetária [,] membro da Delegação do Brasil à Conferência Monetária e Financeira de *Bretton Woods* e da Delegação Brasileira à Convenção de Estudos de Investimentos - New York (ARAÚJO, 2015).

Foi superintendente da SUMOC duas vezes e chegou ao ministério da Fazenda em caráter interino, sendo ele mantido no cargo por Castelo Branco.

Para fechar a trindade, *Roberto Campos*.

Este nasceu em MG, em 1917, diplomando-se em teologia e filosofia, antes de vir para o Rio de Janeiro a procura de trabalho. Realizando em 1939 um concurso para o Itamaraty. Foi aprovado e trabalhou no Departamento Econômico de tal instituição. Em 1942 foi mandado para o exterior, indo para a embaixada do Brasil em Washington, na seção comercial, aproveitando a oportunidade para

estudar economia na Universidade George Washington. Mesmo sendo transferido posteriormente, terminou o curso de economia.

Em 1944 integrou a delegação brasileira à famosa Conferência Monetário-Financeira da ONU em Bretton Woods. Morando em Nova Iorque, 1947, iniciou pós-graduação em economia na Universidade de Colúmbia, tendo também concluído tal curso.

Roberto Campos integrou também o Conselho do Desenvolvimento, no governo de J. Kubitschek, criado em fevereiro de 1956.

Além dos trabalhos posteriores, como embaixador, participou da elaboração do projeto de criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), foi presidente de tal banco de 1958 até 1959.

Campos apoiou os militares na destituição de Goulart, pois alegava que tal presidente preparava um golpe, e entre comunistas ou os militares, os militares foram melhor opção para ele. Roberto assumiu em 14 de maio o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, criado por decreto três dias antes.

2. Costa e Silva

Tabela 6.2: Elites ministeriais da área econômica do governo Costa e Silva

Banco Central do Brasil/SUMOC	Rui Aguiar da Silva Leme
Banco Central do Brasil/SUMOC	Ermani Galveas
Banco do Brasil	Nestor Jost
BNDE(S)	Jaime Magrassi de Sá
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Antonio Delfim Netto
Ministério da Indústria e do Comércio	Edmundo de Macêdo Soares e Silva
Ministério do Planejamento e Coordenação Geral	Hélio Marcos Penna Beltrão
Presidência da República	Arthur da Costa e Silva

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Delfim Netto é um economista paulista, nascido em 1928, o qual começou a trabalhar desde muito jovem nas indústrias Gessy Lever, chegando a exercer funções administrativas. Escrevia sobre economia para jornais como *Folha da Tarde* e *O Tempo*. Em 1948 ingressou na USP, onde depois de formado se tornou

assistente do professor catedrático Luís Freitas Bueno. Chegando, dentro da instituição, a posição de livre-docente em 1958 com sua tese *O problema do café no Brasil*. No mesmo ano também se tornou vice-presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, além de membro do conselho editorial da *Revista de Ciências Econômicas*.

Em 1965 ingressou no Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN), assessorando assim, na questão econômica, o governo do Castelo Branco. Defendeu as propostas do PAEG. E foi indicado por Roberto Campos para integrar o Conselho Nacional de Economia.

Com a posse de Costa e Silva, em 15 de março de 1967, Delfim Netto foi nomeado ministro da Fazenda.

Hélio Beltrão nasceu no Rio de Janeiro em 1916, seu pai era jornalista e também foi deputado federal pelo Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de 1951 a 1955. Trabalhou no serviço público a partir de 1936. Ele prestou concurso no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), foi aprovado em primeiro lugar. Em 1937 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais, também assumiu a chefia do Serviço de Comunicações e do gabinete da presidência do IAPI.

Chegou a ser nomeado procurador-geral e chefe da divisão jurídica do IAPI em 1946. Foi chefe de gabinete e da assessoria técnica do presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1953, e integrante da diretoria da Petrobras, de 1954 a 1956. Tendo presidido o Instituto Brasileiro do Petróleo, 1958 até 1962.

Beltrão se filiou a Arena com a extinção dos partidos políticos até então existentes no país. Em 1966 foi integrado no conselho administrativo do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Como a posse de Costa e Silva, assumiu a pasta do Planejamento, passando a integrar o Conselho Monetário Nacional.

Rui Aguiar da Silva Leme nasceu na cidade de São Paulo no ano de 1925. Obtendo, em 1948, o título de Engenheiro Civil pela USP. Tornou-se professor de economia, também pela USP, chegando a professor livre-docente em 1951, e a dirigir a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, da USP, entre 1958 e 1960. Também nesse período, o qual bate com o governo de Juscelino Kubitschek, 1956 até 1961, trabalhou em órgãos vinculados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

De 1965 e 1966 colaborou na elaboração de projetos para os setores industrial e regional do governo de Castelo Branco. Em março de 1967, assumiu a presidência do Banco Central, sendo sucessor de Dênio Nogueira. Mesmo muito bem quisto, pelo Delfim, houve desentendimentos, com o setor dos banqueiros e posteriormente com o próprio presidente, e ele acabou sendo demitido do posto.

Ernane Galvêas nasceu em 1922 no Espírito Santo. Em 1942 iniciou carreira no Banco do Brasil, antes mesmo de obter seu diploma em contabilidade. Assumindo em 1953 o cargo de chefe adjunto do departamento econômico da SUMOC.

Em 1954 iniciou curso de economia, no Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos, México, obtendo o diploma em 1956. Fez mestrado nos EUA em 1958, no Economic Institute e na Universidade de Yale. Em 1961 deixou seu cargo na SUMOC, ocupando o cargo de assistente econômico do Ministério da Fazenda.

Em 1963 deixou suas funções no Ministério da Fazenda para ocupar a direção financeira da Comissão de Marinha Mercante, até junho de 1965, quando retornou a sua posição de assistente econômico, do Ministério da Fazenda, na gestão do ministro Otávio Gouveia de Bulhões. Em fevereiro de 1968, governo Costa e Silva, foi nomeado por Delfim para a presidente do Banco Central.

3. Médici

Tabela 6.3: Elites ministeriais da área econômica do governo Garrastazu Médici

Banco Central do Brasil/SUMOC	Emani Galveas
Banco do Brasil	Nestor Jost
BNDE(S)	Marcos Pereira Viana
BNDE(S)	Jaime Magrassi de Sá
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Antônio Delfim Netto
Ministério da Indústria e do Comércio	Marcus Vinícius Pratini de Moraes
Ministério da Indústria e do Comércio	Fábio Rioldi Yassuda
Ministério do Planejamento e Coordenação Geral	João Paulo dos Reis Velloso
Presidência da República	Emílio Garrastazu Médici

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

João Paulo dos Reis Velloso nasceu no Piauí, em 1931. Fez curso técnico de comércio, na Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral, e trabalhou na empresa Moraes. Em 1950 participou da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN, derrotado por Getúlio Vargas.

Em 1951 foi transferido para o Rio de Janeiro, trabalhando como secretário do deputado federal Jorge Lacerda, da UDN. Em 1952 se tornou escriturário e oficial de administração no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Em 1955 passou em concurso para o Banco do Brasil, em São Paulo. Iniciando nesse local, no ano de 1957, o curso de economia na Fundação Álvares Penteado.

Em 1958 voltou para o Rio como assessor da presidência do Banco do Brasil, dando continuidade ao seu curso de economia, na atual UERJ. Em 1960, com a inauguração da nova capital, foi para Brasília.

Em 1961, mais uma vez, voltou ao Rio trabalhando no gabinete do ministro da Fazenda, Válder Moreira Sales. Realizou cursos de pós-graduação no Conselho Nacional de Economia, na Fundação Getúlio Vargas e se tornou mestre em economia pela Universidade de Yale, em 1964. Retornando ao Brasil, Roberto Campos o nomeou chefe do IPEA, onde ficou até 1968.

Enquanto Hélio Beltrão era ministro do Planejamento, Reis Velloso chegou a ser secretário-geral da pasta, passando posteriormente a ser o ministro.

4. Geisel

Tabela 6.4: Elites ministeriais da área econômica do governo Geisel

Banco Central do Brasil/SUMOC	Paulo Hortêncio Pereira Lira
Banco do Brasil	Carlos Heinz Rischbieter
Banco do Brasil	Ángelo Calmon de Sá
BNDE(S)	Marcos Pereira Viana
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Mário Henrique Simonsen
Ministério da Indústria e do Comércio	Severo Fagundes Gomes
Ministério da Indústria e do Comércio	Ángelo Calmon de Sá
Ministério do Planejamento e Coordenação Geral	João Paulo dos Reis Velloso
Presidência da República	Ernesto Geisel

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Sobre *Mário Henrique Simonsen* poderíamos recordar, ele

[...] formou-se em Engenharia Civil com especialização em Engenharia Econômica e Economia atuando como Consultor de inúmeras empresas privadas e ligando-se à Fundação Getúlio Vargas onde ocupou várias funções passando a dirigir a Escola de Pós-Graduação em Economia a partir de 1965. Consagrado como técnico desde o início da sua carreira profissional participou ativamente da instituição da correção monetária da formulação da política salarial e de diversos estudos vinculados às áreas cambial [,] industrial e habitacional particularmente no Governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Esteve à frente do MOBREAL (Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização) durante o Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici. Convidado pelo Presidente Ernesto Geisel para exercer o cargo de Ministro da Fazenda executou com firmeza uma política econômica destinada a enfrentar a crise internacional decorrente da elevação abrupta dos preços do petróleo em 1973 obtendo-se índices satisfatórios de crescimento do produto real e dos níveis de emprego desde então ao mesmo tempo em que se superava com êxito a inflação reprimida aguda existente no início de 1974 (ARAÚJO, 2015).

E também:

Academicamente, Simonsen foi um pioneiro no Brasil na detecção e investigação do fenômeno da realimentação (ou inércia) inflacionária. Porém, ao contrário dos "heterodoxos" que lançaram os primeiros, e fracassados, planos anti-inflacionários a partir da segunda metade da década de 80, Simonsen nunca deixou de alertar que o rigor fiscal era indispensável a um bem-sucedido programa de estabilização (FGV EPGE, [201-?]).

Sobre *Paulo Hortêncio Pereira Lira*:

[...] nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 30 de janeiro de 1930, filho de José Pereira Lira e de Beatriz de Almeida Pereira Lira. Seu pai foi constituinte de 1934, deputado federal pela Paraíba (1935-1937), diretor geral do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) em 1946, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República (1946-1951) e ministro do Tribunal de Contas da União (1951-1969).

Paulo Lira diplomou-se em economia pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, tendo feito pós-graduação na Universidade de Harvard (EUA).

Professor de teoria monetária do curso de economia do antigo Conselho Nacional de Economia, tornou-se também professor-assistente de microeconomia na faculdade em que se formara. Deu aulas de teoria de investimento da firma no curso de aperfeiçoamento de economistas da Fundação Getúlio Vargas e de moeda e crédito no curso de economia patrocinado pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

Diretor da empresa Ecotec-Economia e Engenharia Industrial, trabalhou no Banco do Brasil como chefe da consultoria técnica da presidência dessa entidade. Foi ainda chefe da seção monetária e bancária da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que após 1964 se transformou no Banco Central do Brasil.

Diretor-executivo adjunto do Fundo Monetário Internacional (FMI) pelo Brasil em Washington, entre 1966 e 1968, tornou-se diretor da área externa do Banco Central em 1968, desempenhando essa função até o início de 1974. Em março desse último ano, por ocasião da posse do general Ernesto Geisel na presidência da República, substituindo Ernâni Galveias na presidência da instituição. (FGV CPDOC, [201-?]).

5. Figueiredo

Tabela 6.5: Elites ministeriais da área econômica do governo Figueiredo

Banco Central do Brasil/SUMOC	Carlos Brandão
Banco Central do Brasil/SUMOC	Afonso Celso Pastore
Banco Central do Brasil/SUMOC	Carlos Geraldo Langoni
Banco Central do Brasil/SUMOC	Ernani Galveas
Banco do Brasil	Osvaldo Roberto Colin
BNDE(S)	José Carlos Perdigão Medeiros da Fonseca
BNDE(S)	Jorge Lins Freire
BNDE(S)	Luís Sande de Oliveira
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Carlos Heinz Rischbieter
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Ernani Galveas
Ministério da Indústria e do Comércio	Murilo Paulino Badaró
Ministério da Indústria e do Comércio	João Camilo Penna
Presidência da República	João Baptista de Oliveira Figueiredo
Secretaria do Planejamento	Antonio Delfim Neto
Secretaria do Planejamento	Mário Henrique Simonsen

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Karlos Heinz Rischbieter

[...] Engenheiro Civil formado pela Universidade Federal do Paraná. Iniciou sua carreira pública como Diretor da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) hoje Banco do Desenvolvimento do Paraná (BADEP) onde trabalhou de 1962 a 1965 tendo sido mais tarde seu Presidente. Foi Assessor do Presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC) no Rio de Janeiro assumindo em seguida a Chefia do Instituto em Hamburgo na Alemanha de 1965 a 1967 período em que acumulava o cargo de Membro do Conselho Consultivo de Planejamento do Ministério do Planejamento. De 1968 a 1971 foi Diretor-Gerente da Paraná Comércio e Administração S/A e Diretor da PAFISA - S/A Crédito Financiamento e Investimento. Voltou ao setor público em 1972 como Presidente do BADEP. Em 1974 foi nomeado Presidente da Caixa Econômica Federal no Governo do Presidente Ernesto Geisel e como tal foi Representante do Brasil no 2º Encontro Econômico Brasil/Alemanha tendo apresentado trabalho intitulado "Desenvolver o Brasil; um desafio não só para brasileiros" (edição bilingüe em alemão e português). Em 1977 assumiu a Presidência do Banco do Brasil e em 1978 foi Presidente da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ALIDE). Em 1979 ocupou a pasta da Fazenda permanecendo até 1980 quando se incompatibilizando pediu sua demissão. Na sua gestão entre outros atos destacam-se os seguintes: instituição da Câmara Superior de Recursos Fiscais; o que suprimiu a incidência do Imposto de Renda na fonte sobre o 13º salário (Dec.-Lei nº 1.695 de 18.09.1979); o que transferiu o CIP (Conselho Interministerial de Preços) para a Secretaria de Planejamento; o da criação da Secretaria Executiva do CONCEX; o referente à transferência do CONCEX (Conselho Nacional de Comércio Exterior) do Ministério da Indústria e do Comércio para o Ministério da Fazenda (ARAÚJO, 2015).

Carlos Brandão

[...] nasceu em Passos (MG), no dia 17 de dezembro de 1928 [...].

Nos Estados Unidos, fez o curso de técnicas de controle monetário e estudou técnicas de elaboração e execução orçamentária na Dinamarca, Bélgica e França.

[Em] São Paulo, foi contratado como investigador de cadastro do Banco Itaú. Aprovado em concurso do Banco do Brasil, começou a trabalhar na instituição em 1953 [...].

À frente da Ceplac, coordenou o grupo de trabalho do Conselho Nacional de Comércio Exterior [...].

Em 1972, fez o curso de regulamentação e fiscalização do mercado de capitais, no Practising Law Institute, nos Estados Unidos, e no ano seguinte representou o Banco Central na Reunião Anual da Federação Latino-Americana de Bancos (Felaban), realizada em Bariloche, Argentina.

Incorporou-se, em março de 1974, à diretoria do Banco do Brasil, 3ª região, que abrangia os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. [...]

Durante sua gestão instituiu os sistemas de informações gerenciais, de controle e de fluxo de caixa, e subordinou os departamentos de tesouraria e de contabilidade geral à sua diretoria.

Na condição de diretor financeiro, integrou a Comissão Consultiva de Mercado de Capitais, o conselho diretor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc), o conselho de administração da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA), o conselho do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica (Fipecc) do Banco do Brasil e o conselho consultivo do Programa Nacional de Crédito Educativo — ligado aos ministérios da Fazenda e da Educação e Cultura. Presidiu o colegiado e assumiu a diretoria executiva do Fundo de Democratização do Capital das Empresas (Fundecce), criado por decreto [...] (FGV CPDOC, [201-?]).

Affonso Celso Pastore

[...] é doutor e livre docente pela Faculdade de Economia e Administração da USP, na qual foi professor e diretor. Foi Secretário da Fazenda do estado de São Paulo entre 1979 e 1983, e Presidente do Banco Central do Brasil entre 1983 e 1985 (ELSEVIER, [201-?]).

Carlos Langoni nascido no Rio de Janeiro, em 1944, é economista possuindo mestrado e doutorado pela Universidade de Chicago.

6. Sarney

Tabela 6.6: Elites ministeriais da área econômica do governo Sarney

Banco Central do Brasil/SUMOC	Vadico Valdir Bucchi
Banco Central do Brasil/SUMOC	Francisco Roberto André Gros
Banco Central do Brasil/SUMOC	Fernando Milliet de Oliveira
Banco Central do Brasil/SUMOC	Fernão Carlos Botelho Bracher
Banco Central do Brasil/SUMOC	Elmo de Araújo Camões
Banco Central do Brasil/SUMOC	Antônio Carlos Lemgruber
Banco do Brasil	Camilo Calazans de Magalhães
Banco do Brasil	Mário Jorge Gusmão Bérard
BNDE(S)	André Franco Montoro Filho
BNDE(S)	Nei Fontes de Melo Távora
BNDE(S)	Marcio João de Andrade Fortes
BNDE(S)	Dilson Domingos Funaro
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Mailson Ferreira da Nobrega
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Francisco Oswaldo Neves Domelles
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Dilson Domingos Funaro
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Luiz Carlos Bresser-Pereira
Ministério da Indústria e do Comércio	Roberto Cardoso Alves
Ministério da Indústria e do Comércio	Roberto Herbster Gusmão
Ministério da Indústria e do Comércio	José Hugo Castelo Branco
Presidência da República	José Ribamar Ferreira de Araujo
Secretaria do Planejamento	João Sayad
Secretaria do Planejamento e Coordenação	Aníbal Teixeira de Souza

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Começamos pela elite do Banco Central.

Antônio Lemgruber nasceu em RJ, no ano de 1947. Obteve o título de economista, pela UFRJ, no ano de 1969. Trabalhou na sucursal da Folha de São Paulo nesse período, de graduação, e terminou por conhecer gente de peso como Delfim Netto, João Paulo dos Reis Velloso e Alexandre Kafka, esse último diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Brasil.

Realizou mestrado no EUA entre 1970 e 1972, com bolsa da Comissão Fulbright, na Universidade de Virgínia, chegando a concluir doutorado posteriormente na Brookings Institute, em Washington.

Em 1974 por indicação de Kafka, foi trabalhar na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, como pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia e como professor. Em 1981 assumiu a diretoria da área internacional do Banco Boavista. Dias depois da eleição de Tancredo Neves foi indicado para assumir a presidência do Banco Central.

Seu substituto foi *Fernando Carlos Botelho Bracher*, nascido em São Paulo em 1935. Esse se formou em direito em 1957 pela USP, tendo em seguida realizado especialização na Alemanha, em Heidelberg e Freiburg.

No Brasil iniciou trabalho no Escritório Pinheiro Neto, em 1961. Deixou esse ofício para se tornar diretor do Banco da Bahia S. A. Quando Mário Henrique Simonsen iniciou gestão no Ministério da Fazenda, em 1974, Bracher assumiu o cargo de diretor da área externa do Banco Central. Deixando seu cargo em 1979 e retornando à iniciativa privada. Em 1981 assumia a vice-presidência do Bradesco.

Em agosto de 1985, foi convidado pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, seu amigo, para assumir a presidência do Banco Central.

Francisco Gros nasceu no Rio de Janeiro em 1942. Mas foi educado nos EUA, tendo realizado o curso de economia pela Universidade de Princeton e feito pós-graduação pela Universidade de Colúmbia.

No Brasil iniciou carreira no grupo financeiro Metropolitana em 1967, em SP. Em 1972 estava mais uma vez nos EUA para trabalhar na corretora Kideer, Peabody and Co. Inc. Em 1975 voltou para o Brasil trabalhando no Grupo Multiplic, no Rio de Janeiro. Em 1977 se tornou superintendente de empresas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 1981 deixou a CVM e assumiu um cargo de diretor-executivo do Unibanco. Em 1985 abandonou sua antiga posição, se tornando diretor de mercado de capitais do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nessa posição aproximou-se de Dílson Funaro, então presidente da instituição. Em fevereiro de 1987, Funaro, já à frente do Ministério da Fazenda, o convidou para substituir Bracher na presidência do Banco Central.

Fernando Milliet de Oliveira

[...] empresário e administrador de empresas, fez pós-graduação nas universidades de Harvard e Michigan, nos Estados Unidos. Professor da Fundação Getúlio Vargas e diretor da Comind Companhia de Seguros, deixou esta empresa para assessorar o governo de Paulo Egídio Martins (1975-1979), no qual assumiu depois a Secretaria estadual de Administração de São Paulo. No final do governo, voltou para a iniciativa privada e trabalhou numa empresa ligada ao Grupo Soma.

Em 1983 foi convidado pelo governador de São Paulo, Franco Montoro (1983-1987) para o cargo de vice-presidente do Banespa durante o governo de Franco Montoro (1983-1987). Dois anos depois substituiu Luís Carlos Bresser Pereira na presidência da instituição. Deixou o banco em março de 1987, ao final do governo Montoro, e durante um mês apenas presidiu o Soma Clube de Seguros, pois em abril tornava-se presidente do Banco Central em substituição a Francisco Gros.

Milliet assumiu o cargo pouco depois da decretação da moratória da dívida externa brasileira, decidida pelo governo do presidente José Sarney (1985-1990) e que se prolongaria até outubro de 1987. (FGV CPDOC, [201-?]).

Elmo de Araújo Camões nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1927. Foi funcionário de carreira do Banco do Brasil, instituição que ingressou em 1946, e que ocupou diversas posições.

Em 1972 transferiu-se para o Banespa, sendo o gerente geral da agência de Nova Iorque. Durante sua permanência nos EUA foi ainda: diretor da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, membro do conselho diretor do Institute Foreign Bank of New York, membro do conselho de administração da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio, membro do conselho de administração e representante do Banespa no Brasilvest e presidente da Câmara Brasil/Paraguai.

Em 1978 aposentou-se, iniciando uma vida na iniciativa privada. Foi diretor-presidente do Banco Société Générale (Sogeral) e ocupou vários cargos nessa institui  o e no sistema financeiro. Tendo até ocupado cadeira no Conselho Monetário Nacional, como representante do sistema financeiro.

Em março de 1988 assumiu a presidência do Banco Central.

Wadico Waldir Bucchi nasceu em 1951 na cidade de São Paulo, foi auxiliar

[...] da Divisão de Estudos Econômicos do Banco de Crédito Nacional S.A., cargo no qual permaneceu até agosto de 1972. Dois meses depois, ingressou no Investbanco Banco de Investimentos S.A., atuando como chefe da Divisão de Análise Financeira até setembro de 1974. Neste mesmo mês, passou a trabalhar como gerente do Departamento Financeiro da Comind Companhia de Seguros, de cuja função se desincompatibilizaria em junho de 1978.

Entre agosto e novembro de 1975, frequentou o curso de aperfeiçoamento em administração financeira da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) — instituição na qual lecionaria entre 1980 e 1981. Admitido na Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Universidade Mackenzie, obteve o grau de bacharel em ciências contábeis em dezembro de 1978. Em dezembro de 1981, a mesma instituição lhe concederia o bacharelado em administração.

Investido, em agosto de 1978, no cargo de coordenador da Assessoria Técnica da Superintendência do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, deixou-o, em junho de 1982, viajando logo em seguida para a Califórnia, Estados Unidos, onde frequentou, até dezembro, curso de cultura americana e língua inglesa oferecido pela California State University.

Ainda na Califórnia, obteve, em junho de 1984, o título de master of business administration após apresentar a dissertação *Economies of scale in financial institutions: a study on the Brazilian insurance industry* à Graduate School Management da University of California (Riverside) — em dezembro de 1985 a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Universidade de São Paulo (FEA-USP) analisou o trabalho, reconhecendo-lhe a equivalência ao título de mestre da instituição.

Ainda em dezembro de 1985, foi alçado ao cargo de diretor executivo do Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa), por cuja função respondeu até março de 1987. Neste ano, foi admitido no corpo docente da FEA-USP. Em maio de 1987, Bucchi tornou-se diretor da área bancária do Banco Central (BC).

Em junho de 1989, o presidente José Sarney (1985-1990) nomeou-o presidente do BC, em substituição a Elmo Camões. Mantendo o posto de diretor do órgão, Bucchi foi o primeiro presidente do BC a ser submetido à sabatina pública da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Em setembro do mesmo ano, passou a acumular os cargos de governador suplente do Banco Mundial (BIRD), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). (FGV CPDOC, [201-?]).

Sobre *Francisco Dornelles* nascido em MG, no ano de 1935, podemos dizer:

Bacharelado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1958. Concluiu o curso de Técnico em Contabilidade na Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes na Academia do Rio de Janeiro. Obteve o Diploma de Estudos Superiores Europeus no Centre Européen Universitaire na Universidade de Nancy na França Diploma do Programa Internacional de Tributação em Harvard Law School - Universidade de Harvard. Mestrado em Direito Público - Faculdade Nacional de Direito - Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutorado em Direito Público - Faculdade Nacional de Direito - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Participou de várias Conferências Congressos e Seminários. Exerceu cargos e funções no Serviço Público: Secretário particular do Presidente do Conselho de Ministros. Membro do Conselho Central da Fundação da Casa Popular. Procurador Representante da FAZENDA na Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; Professor de Direito Financeiro - Faculdade de Direito Cândido Mendes. Procurador da Fazenda Nacional na Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes (Imposto de Renda de Pessoa Física). Participou como Membro da Delegação brasileira que negociou acordos para evitar a dupla tributação da renda com os governos de vários países inclusive como chefe de algumas delas. Foi nomeado Secretário da Receita Federal - mar. 1979/mar.1985. Membro do Conselho Diretor do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) - ago. 1983/mar. 1985. Presidente da Comissão de Planejamento e Coordenação de Combate ao Contrabando (COPLANC) - jan. 1981/mar. 1985. Foi Ministro da Fazenda - mar/ago. 1985 (ARAÚJO, 2015).

Dilson Funaro nascido em SP, no ano de 1933:

Estudou engenharia na Universidade Mackenzie, em São Paulo, atuou em grêmios estudantis e formou-se em 1956. Em 1958, tornou-se diretor do Departamento de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Ao final da década de 1950, tornou-se empresário do setor de plásticos e brinquedos e em 1969 torna-se presidente da Trol. Neste mesmo ano, inicia sua vida pública e assume a Secretaria de Planejamento do governo do estado de São Paulo para posteriormente, em 1970, assumir a Secretaria de Fazenda do mesmo governo e integrar a delegação brasileira na reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde o início do governo Sarney (1985-1989), esteve cotado para o Ministério da Fazenda, mas acabou assumindo a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de 16 de março a 27 de agosto de 1985, para em seguida assumir a pasta da Fazenda no lugar de Francisco Dornelles. Em 28 de fevereiro de 1986, lançou o pacote de medidas para a economia que ficou conhecido como Plano Cruzado que, dentre outras coisas, estabeleceu o congelamento de preços e salários; instituiu uma reforma monetária que alterou o nome da moeda brasileira para Cruzado, com o corte de três zeros, e fixou o valor do dólar, com a eliminação da sistemática de reajustes automáticos e diários para o câmbio. Em novembro do mesmo ano, lançou novo pacote de medidas conhecido como Plano Cruzado II, que estabeleceu aumento de impostos, tarifas e preços de produtos e alterou o índice de inflação, relacionando-o apenas ao consumo de famílias com até cinco salários

mínimos de renda mensal. Todas essas medidas, no entanto, não foram suficientes para a estabilização da economia e a proclamação da moratória unilateral por parte do Brasil, em 1987, com a suspensão do pagamento de juros da dívida por prazo indeterminado, tornou sua posição frágil junto a banqueiros, empresários e políticos, o que provocou sua saída em 29 de abril de 1987 (ibidem.).

Bresser-Pereira nascido em 1934 em São Paulo:

Formou-se [...] em direito pela Universidade de São Paulo em 1957, quando trabalhou como revisor, repórter, crítico de cinema, redator e subsecretário dos jornais *O Tempo* e *Última Hora* (1956-1957). [...] foi redator em empresas de propaganda e em 1959 ingressou na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo como auxiliar de ensino. Já em 1961, obteve o título de Master of Business Administration na Michigan State University e em 1963 entra para o grupo Pão de Açúcar [...]. Paralelamente, tornou-se membro do conselho diretor do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) em 1970 e passou a professor titular da FGV em 1972, quando obteve, também, o título de doutor em economia pela USP. A partir de 1974, passou a escrever para jornais tornando-se colunista da *Folha de São Paulo*. Em 1980 criou a *Revista de Economia Política* e em 1984 obteve o título de livre-docente em economia na USP. Já na vida pública, foi diretor-presidente do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA (1983-1984) e secretário do governo do estado de São Paulo (1985-1986). Já em 1987, teve breve passagem pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, como secretário, para em seguida assumir o Ministério da Fazenda em substituição a Dilson Funaro (ibidem.).

Maílson Ferreira nascido em PB, no ano de 1942 era:

Formado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas Contábeis e de Administração do Distrito Federal (1974). Fez curso na Escola Superior de Guerra. Funcionário de carreira do Banco do Brasil desde 1963 onde exerceu diversos cargos de relevo [...] [foi] o de Chefe da Consultoria Técnica da Presidência. Foi Chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Indústria e do Comércio (em 1977) convidado pelo Ministro Angelo Calmon de Sá. No Ministério da Fazenda iniciou sua colaboração como Coordenador de Assuntos Econômicos em março de 1979. Nomeado para Secretário-Geral do Ministério da Fazenda e Substituto do Ministro da Fazenda durante o seu impedimento em março de 1983. Foi Presidente da Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - COTEPE/ICM (1979-83). Integrou vários Conselhos Comissões e Grupos de Trabalho em órgãos colegiados. Participou de diversas missões no exterior como Delegado do Brasil em reuniões do Fundo Monetário Internacional do Banco Mundial e outras (ibidem.).

João Sayad nascido em 1945, na cidade de São Paulo, bacharelou-se em economia pela USP em 1967 e tornou-se professor da mesma universidade. Concluiu curso de mestrado em 1970 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da FEA/USP.

Em 1973 vai para os EUA obtendo o título de *Master of Arts*, na Universidade de Yale. E depois o título de *Philosophy Doctor* (PhD) em 1976.

Tornou-se livre-docente do Departamento de Economia da USP em 1978. Também, nesse ano, se tornou secretário-executivo da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia.

Em 1983 assumiu a Secretaria da Fazenda de São Paulo, e com esses bons resultados foi convidado para ser o secretário do planejamento de Tancredo Neves, mesmo com a morte de tal político seu nome foi mantido.

Aníbal Teixeira de Sousa nasceu em Belo Horizonte em 1933, realizou o curso de advocacia pela Faculdade Nacional de Direito, obtendo o título em 1959.

Foi durante o governo de Juscelino Kubitschek: diretor do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e secretário executivo do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias. Trabalhou no Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), entre outros cargos.

Em 1962 candidatou-se a uma cadeira na Assembleia Legislativa de MG, e foi eleito. Em 1964 se afastou de tal ocupação para assumir cargo na Secretaria Estadual de Abastecimento e Crédito Rural do governo de José de Magalhães.

Com o início da fase do bipartidarismo político, se filiou ao MDB. Aníbal teve seu mandato caçado em 1969 pelo AI-5. Passando assim a trabalhar na iniciativa privada com temas envolvendo: construção civil, loteamento e comércio.

Com o fim do bipartidarismo se filiou ao Partido Popular (PP), chegando a membro da direção regional do partido em 1981. Com a transformação de tal partido em PMDB, passou a ser filiado a esse novo nome e trabalhou na

campanha vitoriosa de Tancredo Neves para o governo de MG.

Por tal partido se tornou deputado federal em 1983. Em 1985 foi convocado pelo presidente Sarney para a Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC). Em 1987 foi chamado para a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), em substituição a João Sayad.

7. Collor

Tabela 6.7: Elites ministeriais da área econômica do governo Collor

Banco Central do Brasil/SUMOC	Francisco Roberto André Grós
Banco Central do Brasil/SUMOC	Ibrahim Éris
Banco do Brasil	Alberto Policaro
Banco do Brasil	Lafaiete Coutinho Torres
BNDE(S)	Eduardo Marco Modiano
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Marcilio Marques Moreira
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Zélia Maria Cardoso de Mello
Presidência da República	Fernando Afonso Collor de Mello

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Ibrahim Éris nasceu na Turquia, no ano de 1945, tendo feito sua formação em economia no mesmo país. Realizou pós-graduação, também em economia, nos EUA, na Universidade Vanderbilt, Tennessee, em 1966. Local onde também ministrou aulas por período curto.

Veio para o Brasil em 1973 e trabalhou até 1979 na USP, quando foi convidado a realizar assessoria para Delfim Netto, no Planejamento. Após esse trabalho, assessorou várias empresas do mercado financeiro. Em 1990 fez parte do governo de Collor.

Ibrahim participou dos dois planos econômicos de tal governo. Tendo circulado rumores que ele havia deixado vazar informações privilegiadas, momento em que ele chegou a pedir demissão, mas não saiu do cargo. Nesse período conturbado também chegou a ter prisão decretada pela juíza Selene Maria de Almeida, graças a um desentendido sobre liquidação extrajudicial da Corretora

Argos do Rio de Janeiro, porém não foi preso. Com o afastamento de Zélia, ele saiu do governo.

Zélia de Mello nasceu em São Paulo, em 1953. Em 1975 graduou-se em economia pela USP, em 1977 já era professora de tal instituição. No ano de 1981 se tornou doutora em economia e foi para Londres trabalhar na embaixada do Brasil, no departamento econômico.

Retornou ao Brasil e se filiou ao PMDB, auxiliando, no governo de Sarney, a pasta do Planejamento chefiada por Dílson Funaro. Foi a cabeça dos planos econômicos do governo de Collor em uma pasta, a qual fundia os ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio e alguns elementos do Ministério da Agricultura.

Marcílio Marques Moreira nasceu no Rio de Janeiro em 1931, filho de um embaixador. Realizou o curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, em 1954. Em 1957 terminou o bacharelado em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). De 1957 a 1961 serviu como secretário na Embaixada do Brasil em Washington. Em 1963 ainda concluiu mestrado em Ciência Política, pela Universidade de Georgetown, Estados Unidos.

Foi assessor do Ministro da Fazenda na gestão de San Tiago Dantas. Também foi, até 1965, assessor de Operações Internacionais do BNDE.

De 1968 a 1971 foi diretor-financeiro do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. De 1986 a 1991 exerceu o cargo de embaixador do Brasil, junto ao governo dos Estados Unidos.

8. Itamar Franco

Tabela 6.8: Elites ministeriais da área econômica do governo Itamar Franco

Banco Central do Brasil/SUMOC	Paulo Cesar Ximenes Alves Ferreira
Banco Central do Brasil/SUMOC	Pedro Sampaio Malan
Banco Central do Brasil/SUMOC	Gustavo Jorge Laboissière Loyola
Banco do Brasil	Alcir Augustinho Calliari
BNDE(S)	Pérsio Arida
BNDE(S)	Luiz Carlos Delben Leite
BNDE(S)	Antônio Barros de Castro
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Ciro Ferreira Gomes
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Paulo Roberto Haddad
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Fernando Henrique Cardoso
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Rubens Ricupero
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Eliseu Resende
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho
Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo	Élcio Álvares
Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo	José Eduardo de Andrade Vieira
Presidência da República	Itamar Augusto Cautiero Franco
Secretaria do Planejamento, orçamento e gestão	Yeda Rorato Crusiees
Secretaria do Planejamento, orçamento e gestão	Alexis Stepanenko
Secretaria do Planejamento, orçamento e gestão	Benedito Clayton Veras Alcântara

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Gustavo Jorge Laboissière Loyola nasceu em 1952 em Goiânia, sendo seu currículo marcado pelas seguintes informações:

[...] exerceu a presidência do Banco Central do Brasil por duas vezes: entre novembro de 1992 e março de 1993, e entre junho de 1995 e agosto de 1997. Além disso, foi Diretor de Normas do Mercado Financeiro do BC, entre março de 1990 e novembro de 1992. Como funcionário de carreira do Banco Central exerceu outros cargos naquela instituição, dentre os quais o de Chefe do Departamento de Normas do Mercado de Capitais.

Gustavo Loyola é economista, Doutor em Economia pela Escola de Pós Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, onde também cursou o mestrado em Economia. Publicou o livro "Preços Relativos em um Processo Inflacionário" em 1991, pela Editora da FGV.

Participou de diversas reuniões e seminários internacionais no campo da regulação financeira representado o Brasil, inclusive no FMI e no BIS, na Basiléia.

Na área acadêmica, foi professor de Teoria Monetária e Macroeconômica da FGV, em São Paulo, em 1988 e 1989. (ABECIP, [201-?]).

Paulo César Ximenes nasceu no Rio de Janeiro em 1943, sendo economista e possuindo especialização em política monetária pelo Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos.

Paulo começou sua carreira como escriturário no Banco do Brasil. Em 1979 se tornou assessor especial da pasta da Fazenda.

Em 1985 ocupou o cargo de Chefe do Departamento Regional do Banco Central, mas retornou, em 1987, ao Ministério da Fazenda para assumir o cargo de Secretário-Geral Adjunto. Em janeiro de 1988 assumiu a Secretaria de Assuntos Econômicos, também assumiu, nesse ano, o cargo de Secretário do Tesouro Nacional.

Sobre *Pedro Malan* peguemos os dados do *site* do Ministério da Fazenda:

Presidente do Banco Central do Brasil no período de 09 de setembro de 1993 a 31 de dezembro de 1994.

Consultor Especial e Negociador-Chefe para Assuntos da Dívida Externa - Ministério da Fazenda no período de 1991 a 1993.

Diretor Executivo junto ao Banco Mundial no período de 1986 a 1990 e de 1992 a 1993;

Diretor Executivo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento no período de 1990 a 1992.

Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1965 e PhD em Economia pela Universidade de Berkeley Califórnia em 1973. Ingressou no Ministério do Planejamento em 1966. Foi membro de Pesquisa Sênior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Ministério do Planejamento. Diretor do Centro de Empresas Transnacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque no período de agosto de 1983 a dezembro de 1984. Diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais da ONU em Nova Iorque no período de janeiro de 1985 a outubro de 1986 (ARAÚJO, 2015).

Paulo Haddad nasceu em Oliveira (MG), possuindo uma família com certa tradição política, em que seu pai e seus dois irmãos já haviam participado de tal ofício. Obteve diploma em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1962, e obteve um título de pós-graduado em planejamento

econômico na Holanda. Foi professor convidado na Universidade de Vanderbilt, Estados Unidos, no ano de 1970. Também foi um dos fundadores da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), tendo sido o primeiro secretário-executivo, de 1971 a 1973.

De 1975 até 1978 foi diretor de planejamento econômico da Fundação João Pinheiro e, no ano de 1975 se tornou professor titular da UFMG. Exerceu a função de Secretário do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais, entre 1979 e 1982. Trabalhou na Secretaria de Estado da Fazenda, entre 1982 e 1983.

Nas eleições de 1990, criou o plano econômico de Pimenta da Veiga, concorrente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ao governo de Minas Gerais.

Era Diretor do Instituto JK de Pesquisa Sócio-Econômica e Política quando foi convidado por Itamar Franco para a pasta do Planejamento. E quando Itamar foi definitivamente efetivado como Presidente da República, Haddad passou para o Ministério da Fazenda.

Yeda Rorato Crusius, que o substituiu na pasta do Planejamento, nasceu em São Paulo, 1944. Atuou, entre 1964 e 1966, como assistente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Sua formação é em economia pela Universidade de São Paulo (USP), obtendo o título em 1966. Realizou pós-graduação na USP, 1968, e em 1969 realizou uma pós na Universidade do Colorado, EUA, para depois iniciar mestrado na Universidade Vanderbilt, EUA. Obteve o título de mestre em 1971.

Yeda lecionou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo uma das primeiras diretoras da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A partir de 1974, trabalhou como consultora de empresas e, em 1976, especializou-se em estatística pela UFRGS.

Em 1988 foi contratada como comentarista econômica pela Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), na Rede Globo de Televisão.

Entre 1989 e 1990, foi vice-diretora da Faculdade de Economia da UFRGS, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Depois de Yeda, foi a vez de *Alexis Stepanenko* assumir a pasta do Planejamento. Esse nasceu em São Paulo em 1938.

Entre 1959 e 1961 estudou na Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo (USP), transferindo-se em 1962 para a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pela qual diplomou-se dois anos depois. Enquanto era estudante de graduação trabalhou como pesquisador social em diversas empresas, entre as quais a McCann Ericsson e a World Press, em São Paulo.

Em 1967, quando lecionava na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), engajou-se na campanha de Itamar Franco para prefeito. Eleito, Itamar nomeou-o assessor especial para elaboração de um plano diretor para a cidade. Desde então passou a ser identificado como parte do denominado Grupo de Juiz de Fora.

A partir de 1972, exerceu diversas atividades: superintendente editorial de empresa do grupo Delta-Larousse (1972 e 1973); aluno de curso de especialização na Universidade de Madri, Espanha (1973); sócio-gerente da empresa Cirh (1973 a 1975), diretor do Sindicato Nacional de Editores de Livro (1973 a 1975); técnico da Financiadora de Estudos e Projetos (1975); técnico da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento (Seplan); editor da revista *Infância e Adolescência* e professor de pós-graduação em ciência da informação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do então denominado Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

Foi também vice-presidente (1975-1976) e presidente (1977-1978) do comitê executivo do Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina (Cerlal), organismo da UNESCO sediado em Bogotá, na Colômbia, gerente de departamento e membro da diretoria executiva do Banco Lar Brasileiro, no Rio de Janeiro (1975 a 1978) e realizou cursos de gerência financeira na África do Sul. De 1978 a 1981 foi gerente de treinamento e desenvolvimento na Indústria e Comércio Atlantis do Brasil Ltda. em São Paulo. Em seguida foi consultor das Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) por meio da empresa que originou a Marktela Consultoria S/C Ltda., da qual viria a ser sócio-gerente (1985 a 1990). Em 1988, tornou-se professor de pós-graduação em *marketing* e pesquisa em organizações da Fundação Getulio Vargas (FGV), em Brasília.

Em julho de 1992, convidado pelo vice-presidente Itamar Franco, ocupou o cargo de coordenador da assessoria técnica do Gabinete da Vice-Presidência. Com o afastamento de Fernando Collor, em 29 de setembro para responder a processo de *impeachment*, Itamar assumiu interinamente a presidência em 2 de outubro. Nesse mês, Stepanenko foi promovido a subsecretário-geral da Presidência da República, tendo sido o autor da reforma administrativa do governo. Em novembro tornou-se vice-presidente do sistema do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em maio de 1993 deixou o BNDES para assumir o Ministério do Planejamento substituindo Ieda Crusius (FGV CPDOC, [201-?]).

Benedito Veras foi o último Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República de Itamar Franco e em sua biografia consta que ele:

[...] chega ao cargo de Governador do Estado do Ceará após ocupar cargos da mais alta importância na comunidade empresarial cearense e na política local e nacional. Foi o primeiro Presidente do Centro Industrial do Ceará (CIC), a partir de 1978, quando os chamados "jovens empresários" assumiram o controle político e administrativo daquela entidade. Foi Assessor Especial do Governador Tasso Jereissati (1987-1991), Senador da República (no mandato de 1991-1999), Ministro do Planejamento no Governo Itamar Franco à época da formulação do Plano Real e Vice-Governador do Estado do Ceará.

Nascido em 1935, cearense de Crateús, o Governador Beni Veras estudou no Liceu do Ceará [...]. Formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará em 1967. Ainda na Faculdade, associou-se com comerciantes cearenses e tornou-se industrial, participando da montagem e chegando a ser um dos principais executivos de uma das empresas cearenses da área de confecção mais bem-sucedidas em sua época, a extinta Saronord, que chegou a se situar entre as maiores empresas do País no setor têxtil.

Após deixar a Saronord, ingressou na Confecções Guararapes, na época a maior indústria brasileira do setor, passando a residir em São Paulo. Em pouco tempo, tornou-se Vice-Presidente da Guararapes e convenceu a direção da empresa a investir no Ceará. Dirigiu a construção e a criação de todo o parque industrial da Guararapes no Estado, com a montagem de três fábricas, gerando mais de 3.000 empregos diretos.

No final da década de 70, Beni Veras assumiu a presidência da primeira diretoria do Centro Industrial do Ceará (CIC), então o braço político da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC). [...]

Desde que assumiu o mandato de Senador da República (1991), Beni Veras abandonou suas atividades empresariais, passando a gestão de sua empresa para familiares e executivos (SFIEC, [201-?]).

No ministério da Fazenda: Gustavo Krause, Paulo Haddad, Eliseu Resende, FHC, Rubens Ricupero e Ciro Gomes.

Em primeiro lugar *Gustavo Krause*, nascido em 1946, em PE:

Graduado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife, fez o curso interamericano sobre técnicas tributárias no Centro Interamericano de Estudos Tributários - Buenos Aires tendo sido bolsista da Organização dos Estados Americanos - OEA. Exerceu algumas atividades profissionais, tais como: Oficial de Gabinete das Secretarias de Administração e de Coordenação no período de 1965 a 1966. Adjunto de Auditor Fiscal de 1969 a 1970. Aprovado em concurso

público no ano de 1970 como Técnico Fazendário da Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco. Em 1971 ascendeu ao cargo de Diretor Geral da Receita da Secretaria da Fazenda de Pernambuco. Foi chefe do Grupo de trabalho que incorporou as normas do SINIEF (Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico - Fiscais) à legislação do Estado de Pernambuco - 1971. No período de 1971 a 1973 exerceu o cargo de Assessor Jurídico da Secretaria da Fazenda de Pernambuco. Exerceu o cargo de Assessor Especial do Ministério da Agricultura no período de 1973 a 1974 tendo sido Subchefe de Gabinete. No governo Moura Cavalcanti, exerceu o cargo de Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco no período de 1975 a 1979. No governo Marco Maciel, foi Prefeito da cidade do Recife no período de 1979 a 1982. No governo de Roberto Magalhães, foi eleito Vice-Governador do Estado de Pernambuco no período de 1983 a 1986. No período de 1986 a 1987, foi governado do Estado de Pernambuco. Foi eleito Vereador pela cidade do Recife no ano de 1989. Em 1990, foi eleito deputado Federal pelo Estado de Pernambuco. No ano seguinte (1991), foi Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco no governo de Joaquim Francisco. Exerceu atividades no Magistério tais como: professor de História do Brasil, História Geral e Organização Social e Política - Colégio Salesiano - 1965 a 1966; professor do I Curso de Atualização Tributária - Secretária da Fazenda de Pernambuco no ano de 1977; Professor Titular da Cadeira de Legislação Tributária - Curso de Administração na Universidade Católica de Pernambuco no período de 1972 a 1974; professor de Imposto Sobre Valor Agregado - I Simpósio de Atualização Tributária (1978); Professor Titular da Cadeira de Política fiscal - Curso de Economia da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA no período de 1978 a 1981. Publicou de alguns trabalhos: "A Ideologia do Colonialismo" - Publicado na revista "Idéias" da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco num. 11 - 1968 (ARAÚJO, 2015).

Depois de Krause, como ministro, entra o já citado Paulo Haddad, depois de Haddad, a pasta passa para *Eliseu Resende*. Tal ministro nasceu em 1929 em Oliveira (MG) e possui como dados no site do Ministério da Fazenda:

Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), obteve o "Master of Sciences" e o "Doctor of Philosophy" (Ph.D) pela Universidade de Nova Iorque. Foi professor Catedrático da Escola de Engenharia da UFMG do Curso de Engenharia Nuclear do Instituto de Pesquisas Radioativas e Professor Titular da Universidade Católica de Minas Gerais. Exerceu os cargos de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e de Ministro de Estado dos Transportes. A partir de 1983 foi eleito Diretor-Presidente das Empresas Petroquímicas do Brasil (EPB), Presidente do conselho de Administração da Companhia Petroquímica Camaçari (CPC), membro do Conselho de Administração da COPENE - Petroquímica do Nordeste S/A, membro do Conselho de Administração da SALGEMA - Indústrias Químicas S/A, membro do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e membro do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Em 4 de junho de 1990, foi eleito Diretor-Presidente de FURNAS - Centrais Elétricas S/A e membro do Conselho de Administração da Nuclebrás Engenharia S/A - NUCLEN. Em 21 de outubro de 1992 foi nomeado Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS (Ibidem.).

Depois dele entrou em cena nome bem conhecido, *Fernando Henrique Cardoso*, vejamos o que o Ministério da Fazenda diz sobre sua trajetória:

No ano de 1952, formou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) e especializou-se em sociologia pela mesma faculdade no ano de 1953. Em 1961, formou-se Doutor em Ciências pela USP e concluiu, no ano de 1962/63, curso de pós-graduação no Laboratoire de Sociologie Industrielle na Université de Paris. Foi livre docente em sociologia na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP em 1963 e titular da Cátedra de Ciência Política na mesma faculdade em 1968.

Em sua trajetória na vida pública, destacam-se principalmente:

Suplente de Senador da República em 1978 pelo Estado de São Paulo pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) com 1.240.000 votos.

Membro fundador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1980, filiado ao diretório de Indianópolis, São Paulo em 20/09 (a primeira convenção do PMDB foi em 06/11/80).

No ano de 1983 assumiu a cadeira no Senado.

Participou do Grupo Parlamentar Brasil-México.

No Senado, atuou como membro efetivo das Comissões de Infraestrutura e de Educação e como membro suplente das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e de Assuntos Econômicos no período de 1983/92

Candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) à Prefeitura de São Paulo (perdendo por uma diferença de menos de 1% de votos) no ano de 1985.

Líder do Governo no Congresso (1985/86).

Foi reeleito senador da República para o Estado de São Paulo pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com 6.223.900 votos. Atuou como titular nas Comissões de Infraestrutura e de Educação e como suplente nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e de Assuntos Econômicos no ano de 1986.

Foi Senador Constituinte (1987/88).

Relator do Regimento interno da Assembléia Constituinte (1987).

Relator-adjunto da Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte e líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Senado no período de 1987/88.

Membro fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1988.

Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no Senado no período

de 1988/92.

Ministro de Estado das Relações Exteriores do Itamaraty no Governo Itamar Franco (outubro de 1992 a maio de 1993).

Ministro de Estado da Fazenda Governo Itamar Franco (maio de 1993 a março de 1994) (ibidem.).

Rubens Ricupero nasceu em São Paulo, 1939, e foi:

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo 1959. Fez curso de preparação à carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco (1960). Funcionário de carreira do Itamaraty desde 1961 onde exerceu várias funções [...].

Foi professor de Teoria de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (1979/87 1994) professor de História das Relações Internacionais do Brasil do Instituto Rio Branco (1980-87 1994) professor honorário da Academia Diplomática do Peru professor da UNITAR - Cursos ministrados no Suriname e Gabão.

Autor de ensaios e artigos sobre relações internacionais história diplomática e desenvolvimento econômico. Recebeu o Prêmio Rio Branco (Medalha de Vermeil) e Medalha Lafayette de Carvalho e Silva.

Assumiu o cargo de ministro de Estado da Fazenda em março de 1994 permanecendo até meados de setembro de 1994 (ibidem.).

Por fim, o último ministro dessa lista foi *Ciro Gomes*, o qual nasceu em Pindamonhangaba (SP), no ano de 1957:

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará tendo conquistado o primeiro lugar no vestibular.(1976/79). ainda na faculdade foi monitor da cadeira de Direito Constitucional. Foi professor de Estudos de Problemas Brasileiros - EPB Finanças públicas e Direito tributário da Universidade Vale do Acaraú - UVA. (1980/82). Professor de Direito Constitucional e Direito Tributário da Universidade de Fortaleza - Unifor. (1985/87). Atuou como advogado no período de 1979/82). Exerceu algumas atividades públicas dentre as quais o de Procurador da Prefeitura Municipal de Sobral/CE. (1983/87) Deputado Estadual/CE. (1983/87) Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará Deputado Estadual/CE (1987/89) líder do Governo do Estado na Assembléia Legislativa (1987/89) Prefeito Municipal de Fortaleza/CE (1989/90) governador do Estado do Ceará/CE (1991/94).

Assumiu o cargo de ministro de Estado da Fazenda em 1994 (ibidem.).

9. FHC

Tabela 6.9: Elites ministeriais da área econômica do governo FHC

Banco Central do Brasil/SUMOC	Gustavo Henrique de Barroso Franco
Banco Central do Brasil/SUMOC	Pérsio Arida
Banco Central do Brasil/SUMOC	Gustavo Jorge Labossière Loyola
Banco do Brasil	Paulo Cesar Ximenes Alves Ferreira
BNDE(S)	Edmar Lisboa Bacha
BNDE(S)	José Pio Borges de Castro Filho
BNDE(S)	André Pinheiro de Lara Resende
BNDE(S)	Luiz Carlos Mendonça de Barros
Ministério da Administração e Reforma do Estado	Luís Carlos Bresser Gonçalves Pereira
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Pedro Sampaio Malan
Ministério da Indústria e do Comércio	José Botafogo Gonçalves
Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo	Dorothea Fonseca Furquim Werneck
Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo	Francisco Oswaldo Neves Domelles
Ministério do Planejamento e Orçamento	José Serra
Ministério do Planejamento e Orçamento	Antônio Kandir
Ministério do Planejamento e Orçamento	Paulo de Tarso Almeida Paiva
Presidência da República	Fernando Henrique Cardoso

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

José Serra:

[...] nasceu no bairro da Mooca na capital paulista, filho de imigrantes italianos [em 1942]. Era estudante de engenharia na Escola Politécnica da USP quando foi eleito presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo e, no ano seguinte, presidente da União Nacional de Estudantes (UNE).

Perseguido e depois condenado à prisão pelo governo militar, depois do golpe de 1964, Serra foi forçado a seguir para o exílio. Sem poder concluir seu curso de engenharia, passou a estudar economia em Paris e em Santiago, onde obteve o mestrado e tornou-se professor da Faculdade de Economia da Universidade do Chile. Também foi funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU) nesse período.

Após o golpe do general Pinochet, em 1973, Serra foi preso no Estádio Nacional do Chile, em Santiago. Conseguiu escapar e refugiar-se na embaixada da Itália. Foi em seguida para os Estados Unidos, onde obteve outro mestrado e o doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade de Cornell. E por dois anos, foi professor do Instituto de Estudos Avançados de Princeton.

José Serra retornou ao Brasil em 1978. Tornou-se professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e editorialista da Folha de S. Paulo. Ajudou a fundar o PMDB, a partir do antigo MDB, sendo relator do primeiro programa do partido. No governo Franco Montoro (1983-1987), foi secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

Elegeram-se deputado federal por São Paulo em 1986 e reelegeram-se em 1990, com a maior votação do estado e a segunda do Brasil. Na Constituinte, foi relator de três capítulos, sendo o parlamentar que aprovou a maior proporção de emendas, entre elas a que criou o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, Norte e centro Oeste. Em 1988 foi um dos fundadores do PSDB, sendo relator do seu programa. Em 1995 foi eleito senador por São Paulo, o mais votado do Brasil. Ocupou os ministérios do Planejamento e Orçamento e da Saúde no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (JOSÉ SERRA, [201-?]).

Antônio Kandir

[...] nasceu em São Paulo, no ano de 1953. Graduou-se em engenharia mecânica pela USP em 1975, em momento seguinte trabalhou no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dirigiu a empresa Kandir e Associados Ltda., coordenou a área de estudos econômicos da Itaú S.A. Planejamento e Engenharia e fez parte da equipe de pesquisa do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Quando Franco Montoro assumiu o governo paulista, em 1983, integrou a equipe do secretário estadual de Planejamento Econômico, José Serra. Em 1984 trabalhou na preparação do Programa de Ação Governamental (PAG) apresentado por Tancredo Neves. Também conquistou o título de mestre, em economia, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e iniciou carreira no magistério como professor de economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, onde permaneceria por dois anos, já em foi contratado para o corpo docente da Unicamp e colaborou como consultor do III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Em 1985 foi consultor do Banco do Estado de São Paulo (Banespa).

Em 1987 além de ser professor visitante na Universidade de Notre Dame, EUA, foi assessor da Secretaria de Planejamento e Controle no Rio de Janeiro.

Em 1988 se tornou doutor pela Unicamp.

Em 1990, no governo de Fernando Collor de Melo, foi secretário especial de Política Econômica do Ministério da Economia, encabeçado por Zélia Cardoso. Com a saída de tal ministra, também se afastou de seu cargo. Filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em outubro de 1994 e candidatou-se a deputado federal, tendo sido eleito.

Em maio de 1996, Kandir foi convidado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para assumir o Ministério do Planejamento, substituindo José Serra, o qual era candidato à prefeitura de São Paulo, na legenda do PSDB (FGV CPDOC, [201-?]).

Paulo de Tarso Paiva nasceu em Ouro Fino, MG, em 1940.

Cursou geografia na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) obtendo o título em 1963. Ainda tendo realizado, em 1974, mestrado em demografia pela Universidade da Pennsylvania, EUA.

Voltando ao Brasil, assumiu em 1980 a coordenação do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), do curso de pós-graduação em economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, se tornando em 1985 professor adjunto da mesma instituição.

No ano de 1987 tornou-se diretor do Cedeplar, e em 1991 se tornou secretário de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais, além de presidente do conselho de administração dos bancos estaduais de MG.

Com a vitória de Fernando Henrique foi convidado para ser ministro do Trabalho de tal governo, assumindo tal cargo em janeiro de 1995.

Em 1998 quando deveria Antônio Kandir sair para disputar uma vaga na Câmara, foi transferido para o ministério do Planejamento.

No Banco Central depois da saída de Loyola, tivemos a frente desse órgão *Pérsio Arida*. Esse nasceu no ano de 1952 em São Paulo. Participou de movimentos clandestinos contra o governo militar na época do general Médici, sendo preso e torturado em 1970.

Em 1975 se formou em economia na USP, em seguida se tornou professor convidado na Institute for Advanced Study de 1978 a 1979. Foi professor da USP e da PUC de 1980 até 1984. Fez doutorado na Massachusetts Institute of Technology (MIT), EUA, obtendo o diploma em 1992.

No ano de 1985, Pérsio Arida juntamente com André Lara Resende lançam as ideias, as quais constituíam o núcleo do artigo famoso *Inertial inflation and monetary reform in Brazil*, publicado na coletânea organizada por J. Williamson, *Inflation and indexation: Argentina, Brazil and Israel*, contribuindo com uma opinião heterodoxa, contrária a pura ideia da inflação inercial. Esse foi o

berço da proposta Larida.

Pérsio Arida foi um dos responsáveis pela criação do Plano Cruzado, no governo Sarney. Foi secretário de Coordenação Econômica e Social, e em seguida se tornou diretor da área bancária do Banco Central do Brasil, em 1986.

Depois de deixar o governo Sarney, ele se voltou para o mundo privado, em 1987, e foi diretor da Brasil Warrant até 1989. No ano de 1988 foi um dos vice-presidentes do Unibanco.

Filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e foi indicado ao presidente Itamar Franco por Fernando Henrique Cardoso, para a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tendo assumido a pasta em setembro de 1993. A frente de tal instituição foi um dos realizadores do Plano Real.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, Arida foi escolhido para a presidência do Banco Central.

Gustavo Franco nasceu no Rio de Janeiro em 1956. Seu pai, Guilherme Arinos Lima Verde de Barroso Franco, foi colaborador próximo de Getúlio Vargas. Tendo Guilherme Arinos sido chefe de gabinete de dois ministros da Fazenda e parte da primeira diretoria do BNDE, em 1952.

De 1975 até 1979, Gustavo realizou o curso de economia na PUC-Rio. Tendo em 1982 se tornado mestre em economia também pela PUC, ainda foi professor visitante da FGV, entre 1981 e 1982.

Em 1984 foi professor visitante na National Bureau of Economic Research (NBER), EUA. Em 1985 foi professor visitante da Center of European Studies e no Center for International Affairs, ainda nesse ano recebeu o título de Master of Arts pela Universidade de Harvard. No ano seguinte, por essa instituição, obteve o PhD. Seu trabalho de tese foi exatamente sobre o fenômeno da hiperinflação em diferentes casos no mundo.

No ano de 1986, ao retornar ao Brasil, se tornou professor da Puc-Rio, dando continuidade aos seus estudos sobre inflação e, claro, sobre estabilização econômica. No governo de Itamar Franco, e com a posse de Fernando Henrique no ministério da Fazenda, foi indicado por Malan a fazer parte da equipe ministerial.

Com a posse de Malan na presidência do Banco Central, em 1993, Franco assumiu a Diretoria de Assuntos Internacionais de tal instituição dando continuidade na sua colaboração para a estabilização econômica nacional. Gustavo Franco foi o relator do Plano Real. E fez parte da equipe econômica ministerial até alcançar o posto de presidente do Banco Central.

10. FHC II

Tabela 6.10: Elites ministeriais da área econômica do governo FHCII

Banco Central do Brasil/SUMOC	Gustavo Henrique de Barroso Franco
Banco Central do Brasil/SUMOC	Armínio Fraga Neto
Banco do Brasil	Andrea Sandro Calabi
Banco do Brasil	Eduardo Augusto de Almeida Guimarães
Banco do Brasil	Paolo Enrico Maria Zaghen
BNDE(S)	José Pio Borges de Castro Filho
BNDE(S)	Francisco Roberto André Grós
BNDE(S)	Eleazar de Carvalho Filho
BNDE(S)	Andrea Sandro Calabi
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Pedro Sampaio Malan
Ministério do Orçamento e Gestão	Pedro Pullen Parente
Ministério do Orçamento e Gestão	Paulo de Tarso Almeida Paiva
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Guilherme Gomes Dias
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Martus Antônio Rodrigues Tavares
Presidência da República	Fernando Henrique Cardoso

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Armínio Fraga Neto nasceu no Rio de Janeiro em 1957. Graduiu-se em economia pela Puc-Rio, mesma instituição em que conseguiu seu título de mestre, no ano de 1981. Obteve o título de doutor em 1985 pela Universidade de Princeton, EUA.

Voltando ao Brasil, trabalhou na gerência do Banco de Investimentos Garantia. Também foi contratado como professor de economia da Fundação

Getúlio Vargas e da PUC-Rio.

Entre 1988 e 1989 foi professor visitante na Universidade da Pennsylvania. Assumiu em seguida um posto de vice-presidente do Banco Salomon Brothers.

Voltou ao Brasil a pedido de Marcílio Marques Moreira, para fazer parte da nova equipe econômica, no Banco Central, do governo do presidente Collor. Com o fim de tal governo foi mais uma vez para os Estados Unidos, onde trabalhou na firma de investimentos de George Soros.

No início de 1999 foi indicado por Fernando Henrique para substituir Franco no Banco Central, graças à crise monetária internacional dessa época.

Martus Tavares nasceu em CE em 1957. Tornou-se economista pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e obteve o título de mestre pela USP.

De 1980 até 1986 deu aulas de economia na Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Paraná. De 1986 até 1989 trabalhou na Secretaria do Tesouro Nacional. Em 1989 passou a ser Diretor-Adjunto do Departamento de Orçamentos da União do Ministério da Economia. Foi secretário-adjunto de Política Econômica de tal ministério e ocupou a mesma função na Secretaria Nacional de Planejamento. Foi assessor do PSDB, na Câmara dos Deputados, de 1992 a 1994.

Em 1995 foi chefe da Assessoria Econômica, do Ministério do Planejamento, depois se tornou secretário-executivo do mesmo ministério. Assumiu a pasta do Planejamento, Orçamento e Gestão em 19 de julho de 1999 e foi um dos responsáveis pela formulação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Guilherme Gomes Dias nasceu em Vitória (ES) em 1961. Tornou-se economista pela Universidade Federal do Espírito Santo em 1982. Em 1984 foi admitido no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 1985 se tornou professor da UFRJ, função exercida até 1992. Obteve o título de mestre em 1990. Atuou pelo BNDES em diversos conselhos de gestão. Em 1999 foi secretário-executivo do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, em seguida sendo convidado a assumir a pasta.

11. Lula

Tabela 6.11: Elites ministeriais da área econômica do governo Lula I

Banco Central do Brasil/SUMOC	Henrique Campos Meirelles
Banco do Brasil	Cassio Casseb
Banco do Brasil	Rossano Maranhão
BNDE(S)	Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Le
BNDE(S)	Guido Mantega
BNDE(S)	Demian Fiocca
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Guido Mantega
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Antonio Palocci Filho
Ministério do Orçamento e Gestão	Guido Mantega
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Paulo Bernardo Silva
Presidência da República	Luís Inácio Lula da Silva

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Tabela 6.12: Elites ministeriais da área econômica do governo Lula II

Banco Central do Brasil/SUMOC	Henrique Campos Meirelles
Banco do Brasil	Antônio Francisco de Lima Neto
BNDE(S)	Demian Fiocca
BNDE(S)	Luciano Galvão Coutinho
Ministério da Fazenda/ Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento	Guido Mantega
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Paulo Bernardo Silva
Presidência da República	Luís Inácio Lula da Silva

Fonte: pesquisa Elites Políticas Brasileiras.

Antônio Palocci nasceu em 1960 em São Paulo e sua biografia nos indica que ele foi:

Prefeito do município de Ribeirão Preto, eleito em outubro de 2000, com 146.112 votos.

Deputado Federal eleito em 1998 pelo estado de São Paulo, com 125.462 votos. Atuou como 2º vice-presidente da Comissão de Reforma Tributária; titular da Comissão de Seguridade Social e Família e como suplente das comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Prefeito do município de Ribeirão Preto, de 1993 a 1996, eleito em 1992 com 112.359 votos.

Deputado estadual em São Paulo, em 1991 e 1992, eleito em 1990 com aproximadamente 25 mil votos.

Vereador do município de Ribeirão Preto em 1989 e 1990, eleito com cerca de 3.500 votos.

Nascido em 4 de outubro de 1960, Antonio Palocci Filho é médico sanitarista formado pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Antes de ser eleito vereador, trabalhou por cinco anos como servidor da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo em Ribeirão Preto, onde criou o Ambulatório de Saúde do Trabalhador e chefiou a diretoria regional da Vigilância Sanitária. Atuou em 1997 e 1998 como presidente do Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo.

Em 1996, recebeu o Prêmio Juscelino Kubitschek oferecido pelo SEBRAE-SP, estando à frente da prefeitura do município do estado de São Paulo que mais apoiou as micro e pequenas empresas. Em 2002, foi novamente premiado pela instituição com o Prêmio Mário Covas, pelas ações inovadoras em favor da micro e pequena empresa.

Em reconhecimento ao trabalho em favor da infância na prefeitura de Ribeirão Preto, o UNICEF no Brasil entregou a Antonio Palocci, em 1995, o Prêmio Criança e Paz. O prêmio é oferecido a personalidades e instituições do governo, da sociedade civil ou do setor privado que se destacam na defesa e na promoção dos direitos da criança e do adolescente (ARAÚJO, 2015).

Guido Mantega possui como informações no site do Ministério da Fazenda:

Formado em economia na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Professor de economia da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, licenciado.

Doutor em Sociologia do Desenvolvimento na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com especialização no Institute of Development Studies (IDS) da Universidade de Sussex, Inglaterra em 1977.

Professor de Economia no curso de mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP de 1982 a 87. Vice-Reitor adjunto da PUC-São Paulo de 1984 a 87.

Diretor de Orçamento e Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo, de 1989 a 1992.

Membro da Coordenação do Programa Econômico do PT nas eleições presidenciais de 1984, 1989 e 1998.

Assessor Econômico do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de 1993 a 2002 e um dos coordenadores do Programa Econômico do PT na campanha de 2002.

Publicou dezenas de artigos em revistas como Revista de Economia Política, Estudos CEBRAP e Teoria em Debate.

Livros publicados: "Acumulação Monopolista e Crises no Brasil", Editora Paz e Terra, 1981; "A Economia Política Brasileira", Vozes, 1984; "Custo Brasil - Mito

ou Realidade", Vozes, 1997; "Conversas com Economistas Brasileiros II", Editora 34, 1999, entre outros.

Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, designado em janeiro de 2003, cargo que exerceu até novembro de 2004.

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cargo que exerceu até março de 2006.

Ministro de Estado da Fazenda de 27 de março de 2006 a 31 de dezembro de 2014 (ibidem.).

Henrique Campos Meirelles nasceu no Estado de GO, no ano de 1945. Realizou curso de engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo formando-se em 1972. No início de carreira trabalhou no setor industrial chegando a montar uma fábrica, a qual produzia blocos de concreto.

Em 1974 resolveu trabalhar no mercado financeiro. Assim veio para o Rio de Janeiro e passou a exercer profissão no Banco de Boston. Sendo que esse foi o começo de uma longa carreira ascendente de quase 30 anos.

Em 1978 terminou mestrado em administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em 1981 já era vice-presidência do Banco de Boston no Brasil. Em 1984 realizou especialização em administração pela Universidade de Harvard. De volta ao Brasil assumiu a presidência de tal banco.

Em 1996 chegou a presidente mundial Banco de Boston.

Foi ainda presidente da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (1981-1984); diretor-executivo da Federação Brasileira de Bancos (1989-1996); presidente da Associação Brasileira de Bancos Internacionais (1989-1996) e da Câmara Americana de Comércio (1995-1997); membro do conselho da Bolsa de Mercadorias e Futuros, em São Paulo (2001-2002) e do Conselho das Américas, em Nova York (2002); e diretor da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, também em Nova York (2001-).

Na área acadêmica, foi agraciado em 1997 com o título de doutor *honoris causa* pelo Bryant College, de Rhode Island. Além disso, passou a integrar os conselhos consultivos de várias instituições universitárias norte-americanas. Em Harvard, tornou-se membro do Comitê de Conselheiros da Iniciativa de Políticas Corporativas (1998-) e do Conselho Consultivo do Reitor da Faculdade de Administração Pública (1998-). Foi ainda indicado para ocupar este último cargo na Faculdade de Administração do Massachusetts Institute of Technology (1999-), em Cambridge. Também passou a fazer parte do Conselho de Administração do Boston College (2000-) e do Conselho Consultivo do Centro de Assuntos Latino-Americanos da Universidade George Washington (2002-2003). (FGV CPDOC, [201-?]).

Em 2002 candidatou-se a deputado federal pelo PSDB, tendo sido eleito.

Por fim chegou à presidência do Banco Central, no governo de Lula, renunciando seu mandato como deputado federal e deixando o PSDB.

Paulo Bernardo Silva:

nasceu no dia 10 de março de 1952, na cidade de São Paulo (SP). É bancário e chegou a cursar a faculdade de Geologia na Universidade de Brasília (UNB). Foi diretor da Federação dos Bancários do Paraná (1987-1990). Três vezes deputado federal (1991-1995, 1995-1999 e 2003-2007), deixou o segundo mandato para assumir a Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul (1999). Em 1994, foi vice-líder do PT e presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Foi também secretário da Fazenda do município de Londrina (2001). Na legislatura de 2003, foi novamente vice-líder do PT e presidente da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização. Licenciou-se em março 2005 para assumir o ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (DIAP, [201-?]).

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão. O dilema institucional brasileiro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

ARAÚJO, Eduardo. **Galeria dos ministros**, 2015. Disponível em:<<http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros>>. Acesso em: 16 de nov. 2015.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 2009.

BELIEIRO JUNIOR, José Carlos M. Política e Economia no Governo FHC: a questão dos economistas. **Tópos**, São Paulo. vol. 2, n. 1, p. 185-203, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOTTOMORE, Thomas Burton. **As Elites e a Sociedade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

BOURDIEU, Pierre. 1983. **Questões de sociologia**. São Paulo: Annablume, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O Improvável presidente do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/Teatro de Sombras**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COENEN-HUTHER, Jacques. **Sociologia das Elites**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Disponível em:<http://diap.org.br/images/stories/ministro_do_planejamento.pdf>. Acesso em: 30 de nov. 2014.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro - CPDOC/FGV. Disponível em:<<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 1 de dezembro de 2013.

ELSEVIER. **Página do Autor**. Disponível em:<<http://www.elsevier.com.br/site/institucional/Minha-pagina-autor.aspx?seg=3&aid=96946>>. Acesso em: 30 de nov. 2014.

ESCOLA BRASILEIRA DE ECONOMIA E FINANÇAS - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Memorial Prof. Mario Henrique Simonsen. Disponível em:<<http://epge.fgv.br/pt/escola/memorial/mario-simonsen>>. Acesso em: 30 de nov. 2014.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. 2ª ed. Porto Alegre; São Paulo: Editora Globo/Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 2010.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

GIAMBIAGI, Fábio. et al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GRYNSZPAN, Mário. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **BIB – Revista brasileira de informações bibliográficas em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.41, p.35-83, 1º semestre 1996.

_____. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica e trajetórias sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

JOSÉ SERRA. **Biografia**. Disponível em:<<http://www.joseserra.com.br/>>. Acesso em: 30 de nov. 2014.

MARENCO, André. Estudos de elites políticas explicam como instituições tornam-se instituições? **BIB – Revista brasileira de informações bibliográficas em Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 65, n. 1, p. 5-26, 1º semestre 2008.

MOSCA, Gaetano. **The ruling class (Elementi di Scienza Politica)**. Nova York: McGraw-Hill Company, 1939.

PARETO, Vilfredo. **Traité de sociologie générale**. Paris: Librairie Payot & Cie, 1917.

RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos. **Banco central do Brasil: O Leviatã Ibérico**, São Paulo; Rio de Janeiro: Hucited Editora; Editora PUC-RIO, 2011.

_____. Economia e Política. **II Seminário Internacional Desafios da Diversidade e da Desigualdade**. PUC-RIO, 9 de setembro 2015.

RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos; KASAHARA, Yuri. Instituições fortes, moeda estável e Banco Central do Brasil autônomo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 53, n. 4, p. 921-958, 2010.

REND, Ayn. **A revolta de Atlas – 3 volumes**. São Paulo: Editora Arqueiro, 2010.

SANTOS, Rogério D. Oliveira Vianna e a modernização corporativa do direito no Estado Novo. In: **Uma Sociologia Indignada**. Minas Gerais: Editora UFMG, p 245-264.

SISTEMA FIEC. **Benedito Clayton Veras Alcântara (Beni Veras)**. Disponível em: <http://www.sfiec.org.br/documentacao/prem/trci/curr_bcva.asp>. Acesso em: 30 de nov. 2014.

SOWELL, Thomas. **Os intelectuais e a sociedade**. São Paulo: É Realizações, 2011.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil – vol1**. São Paulo: Editora José Olympio, 1952.

VILLA, Marco Antônio. **Mensalão**. São Paulo: Leya Brasil, 2012.

ŽIŽEK, SLAVOJ. **Violência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.